



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**VALDENY COSTA DE ARAGÃO**

**DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DO SUJEITO SURDO NA SOCIEDADE  
PIAUIENSE: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO DO JORNAL MEIO  
NORTE**

**TERESINA  
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**VALDENY COSTA DE ARAGÃO**

**DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DO SUJEITO SURDO NA SOCIEDADE  
PIAUIENSE: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO DO JORNAL MEIO  
NORTE**

Dissertação encaminhada para defesa junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL\UFPI), Área de concentração Estudos da Linguagem.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maraisa Lopes.

**TERESINA  
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Processos Técnicos

A659i      Aragão, Valdeny Costa de.  
              Da Inclusão educacional do sujeito surdo na sociedade  
              piauiense: compreensões acerca do discurso do Jornal Meio  
              Norte / Valdeny Costa de Aragão . -- 2018.  
              120 f.: il.

              Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Piauí,  
              Centro de Ciências Humanas e Letras, Mestrado em Letras  
              (PPGEL/UFPI), Teresina, 2018.

              “Orientação: Profa. Dra. Maraisa Lopes”.

              1. Análise do discurso – Dissertação. 2. Surdos – Inclusão  
              Educativa. 3. Discurso jornalístico – Dissertação. 4. Meio  
              Norte – (Jornal) – Dissertação. I. Título.

CDD: 401.41

VALDENY COSTA DE ARAGÃO

**DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DO SUJEITO SURDO NA SOCIEDADE  
PIAUIENSE: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO DO JORNAL MEIO  
NORTE**

Dissertação encaminhada para defesa junto ao  
Programa de Pós-graduação em Letras da  
Universidade Federal do Piauí (PPGEL\UFPI),  
Área de concentração Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maraisa Lopes  
Orientadora (Letras - UFPI)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. João Benvindo de Moura  
Examinador (UFPI)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Greciely Cristina da Costa  
Examinador (LABEUB/UNICAMP)

TERESINA  
2018

*Para minha filha, Ana Livia. Só ousei  
enxergar o melhor de mim mesma, após  
meu encontro com você!*

## AGRADECIMENTOS

*Na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras. O momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume autor. **Representa-se** na origem do que diz com sua responsabilidade, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação (ORLANDI, 2012, p.10)*

É como partícipe da ideia de que o homem é um ser simbólico, constituído em sujeito na/pela linguagem, que dedico estas breves palavras àqueles que se/me inscreveram em minha/sua história e que certamente tornaram possível este trabalho, meu reconhecimento a todos:

Àquela que inscreveu uma nova palavra em meu discurso, me deslocando a uma nova posição-sujeito, mestranda, que me inspirou, incentivou, que neste percurso foi capaz de identificar meus pontos de fragilidade, de apoiar, de me fazer avançar, de reinventar seu jeito de orientar, que respeitou meu momento de “silêncio” e que, por isso mesmo, “silenciou”, demonstrando por mim um dos sentimentos mais nobres que alguém pode ter, respeito. Maraisa Lopes, minha orientadora, muito obrigada!

Aos meus alunos surdos do Centro de Ensino Eugênio Barros (Caxias – MA), vocês nem podem imaginar o quanto aqueles momentos foram enriquecedores, ensinar **em** Libras era algo que eu não tinha vivenciado.

À todos os meus alunos e amigos de trabalho da UFPI, em especial, aos do curso de Letras-Libras, pelo aprendizado, inspiração, pela compreensão e pelo carinho que sempre me proporcionaram.

Ao Sr. Arimatéa Carvalho, editor-executivo do Jornal Meio Norte, pelo respeito com que me recebeu, pela confiança e por me disponibilizar anos de edições do Jornal em PDF, o que facilitou consideravelmente a constituição do meu *corpus*.

À professora Greciely Cristina da Costa da UNICAMP, que aceitou prontamente ao nosso convite para compor esta banca de avaliação, pela leitura dedicada, por fornecer orientações precisas, claras e de grande valor para escrita do texto.

Ao professor João Benvindo de Moura, que, juntamente com Maraisa Lopes, tem transformado o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD) da UFPI num espaço de importantes reflexões, inspirando seus alunos a desenvolverem um novo modo

de leitura, para além da superfície do texto, por sua sublime organização, pelo incentivo, pela tranquilidade e confiança que transmite, por compor esta banca e contribuir diretamente com nosso texto.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI (PPGEL), pelas contribuições diretas e indiretas com nossa pesquisa.

Aos meus amigos do PPGEL, por todos os momentos com vocês, marcados em mim em forma de música, de sorrisos, de abraços, em letras de canções, no toque do violão, no tom de cada voz, nas muitas emoções compartilhadas...

Às professoras Ludmila Venâncio e Natália Simeão, pelo alicerce que a amizade de vocês confere à minha vida, me dando plena certeza de que há sentimentos reais, verdadeiros e que valem realmente nosso esforço.

Às minhas conselheiras Anetiva Pereira e Janeth Jane, por sempre deixarem as portas de suas casas abertas pra mim, pelas orações, pelo carinho, pelas palavras de conforto, pelo cuidado.

À Natália Sousa, por sua presença, alegria e amizade contagiantes, pela capacidade de me influenciar sempre para o bem, uma menina apenas, mas com uma alma gigante.

À minha família, pelo apoio, por acreditarem em mim, sobretudo à força e amizade de minha mãe, D. Aldenir; à autoridade e esforço (deveras excessivo, rs) do meu pai, Sr. Valter; às memórias marcantes, à parceria, ao amor, que construí ao lado dos meus irmãos Valter Aragão (Júnior) e Valdênya Aragão (Val), à minha avó D. Lourdes (Ieie) e à minha princesinha, Ana Livia, por me ensinarem, de muitas formas, sobre amor, sobre carinho, sobre respeito e sobre verdade.

Àquele que é o próprio sentido do amor, que se materializa em meu viver, representado em tudo que é mais lindo e que nenhum homem pode explicar, a própria vida, a fé, a família, a minha filha, e que, em meio a tantas designações possíveis, em minhas orações eu chamo pelo nome de Jesus.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa, inscrita na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso formulada inicialmente por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, busca compreender, a partir de um gesto de leitura que põe em jogo o histórico, o linguístico e o ideológico, a forma como um acontecimento discursivo como a inclusão educacional de surdos piauienses foi posto em funcionamento pelo discurso jornalístico. O *corpus* discursivo constitui-se de 15 notícias sobre a inclusão educacional de surdos publicadas naquele que se considera, o maior jornal do Estado do Piauí, o Jornal Meio Norte, sendo 08 veiculadas em 2015 e 07 em 2016. Foram utilizados conceitos de autores que se inscrevem nesta perspectiva de trabalho, tais como Pêcheux (1995/2014/2015), Orlandi (2012/2015/2017) e Authier-Revuz (1998), além de Lage (2003) e Mariani (1996/1999) para pensarmos as questões próprias ao discurso jornalístico. Pautado pela busca de uma ‘pretensa objetividade e imparcialidade’, o discurso jornalístico procura trazer à baila diferentes vozes para legitimá-lo. Nas análises, foram trabalhados discursivamente os conceitos de Formações Discursivas, Posições-sujeito, Discurso Relatado, Funcionamento Discursivo da Negação, Palavra-Discurso, Silêncio e Resistência, sempre considerando a interferência da memória, que é constitutiva do discurso e que se faz presente em sua formulação, no intradiscurso, reorganizando as filiações de sentido. Constatamos que o discurso do Jornal Meio Norte é constituído a partir de duas formações discursivas e, por conseguinte, produz distintos sentidos sobre inclusão educacional e o sujeito surdo, uma pautada na concepção de surdez como anormalidade, limitação, nela, a grande barreira que o surdo deve superar é interna, sua deficiência, o descrédito que ele próprio atribui a si, e outra, que não atribui à surdez a causa das barreiras educacionais, mas compreende que a existência dela somente se torna um fator determinante para o fracasso escolar quando não são criadas condições para que estes sujeitos surdos sejam inclusos, quando por fatores externos, alheios a eles, não têm acesso ao conhecimento em sala de aula. Deste modo, foi possível compreender como o discurso produzido pelo jornal Meio Norte, representando um lugar de autoridade, um polo de resposta às demandas sociais, participa da constituição do imaginário social acerca da inclusão educacional de surdos na sociedade piauiense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso jornalístico. Inclusão Educacional de Surdos. Jornal Meio Norte.



## ABSTRACT

This research, subscribed in Discourse Analysis theoretical-methodological view, formulated initially by Michel Pêcheux and developed in Brazil by Eni Orlandi, seeks to understand, through a reading exercise that puts into scrutiny the historical, the linguistic and the ideological aspects of how a discursive event such as the educational inclusion of deaf people in Piauí was put into operation by the journalistic discourse. The discursive corpus consists of 15 pieces of news on the educational inclusion of deaf people published in which is considered the largest newspaper in the State of Piauí, *Jornal Meio Norte*, with 08 of those being published in 2015 and 07 in 2016. We have taken advantage of some authors' concepts developed under this perspective, such as Pêcheux (1995/2014/2015), Orlandi (2012/2015/2017) and Authier-Revuz (1998), in addition to Lage (2003) and Mariani (1996/1999) to think about the issues concerning journalistic discourse. Guided by the search for a 'false objectivity and impartiality', the journalistic discourse seeks to bring to the foreground different voices to validate it. In the analysis, the discursive formation, subject-positions, reported discourse, the discursive functioning of negation, word-discourse, silence and resistance were analyzed considering the interference of memory, which is fundamental to discourse and it is present in its construction, in the intra-discourse, reorganizing the sense affiliations. We realized that *Jornal Meio Norte's* discourse consists of two discursive formations and, consequently, produces different meanings about educational inclusion and the deaf, a pattern based on the deafness as an abnormality, a limitation where the biggest barrier the deaf must surpass is the inner one, the discredit that he attributes to himself, and another one, which does not attribute to deafness the cause of its educational barriers, but understands that the existence of it only becomes a determining factor for school failure when no conditions are created for these deaf subjects to be included, when due to external factors, unrelated to them, they do not have access to knowledge in classroom. In this way, it was possible to understand how the discourse produced by the newspaper *Meio Norte*, representing a place of authority, a pole of response to social demands, participates in the constitution of the social imaginary about the educational inclusion of deaf people in Piauí society.

**KEYWORDS:** Journalistic discourse. Educational Inclusion of the Deaf. *Jornal Meio Norte*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 ANÁLISE DE DISCURSO: UM LUGAR DE ENTREMEIO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 O JORNAL E SEU DISCURSO</b> .....	<b>33</b>
2.1 A prática jornalística da perspectiva comunicacional .....	33
2.2 Acontecimento jornalístico como prática discursiva.....	34
<b>3 A LEITURA DO ARQUIVO</b> .....	<b>38</b>
3.1 Jornal Meio Norte.....	42
3.2. O recorte .....	49
<b>4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO</b> .....	<b>52</b>
4.1 Conjuntura sócio-política do Piauí e sua relação com a imprensa (2015/2016) .....	54
4.2 Educação dos surdos – uma construção histórico/discursiva .....	61
<b>5. DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE SURDOS NO PIAUÍ.</b> .....	<b>68</b>
5.1 Formações discursivas.....	69
5.2 A heterogeneidade discursiva.....	70
5.2.1 O discurso relatado .....	72
5.2.2 Funcionamento discursivo da negação .....	74
<b>5.3 Análises</b> .....	<b>76</b>
5.3.1 A (in) capacidade do sujeito surdo: marcas ideológicas no discurso jornalístico sobre a inclusão. ....	76
5.3.3 A inclusão educacional do sujeito surdo: uma construção histórico-ideológica. ....	86
5.3.4 A Palavra-discurso, “superação”. .....	89
5.3.5 Surdos no Ensino Superior: do “silêncio” à resistência. ....	99
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

*Qual é a sua divisa preferida? Qual o dom da natureza que gostaria de ter?, respondi: Aproveitar a vida; quanto ao dom, já o tenho, sou surda.*

*Emanuelle Laborit*

Em meio às formulações acerca de uma melhoria na educação de pessoas com surdez, uma série de medidas políticas foram adotadas pelo governo brasileiro, sobretudo, a partir do ano de 2002, quando as pessoas surdas tiveram sua língua reconhecida legalmente para uso no país, por meio da Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, sendo mais tarde, em 2005, regulamentada pelo decreto Nº 5.626. A partir de então, a educação de surdos, que historicamente consolidou-se no imaginário social como terapêutica, especial, e, por vezes, de fracasso e insucesso, passa a receber um investimento diferenciado, com a oferta de cursos de língua de sinais, contratação de profissionais habilitados no uso desta língua, criação do curso superior em Letras-Libras, dentre outras medidas estabelecidas para promover a inclusão educacional de surdos.

Apesar das mudanças, a educação de surdos no Brasil permaneceu formulada a partir de distintas formações discursivas, ora pautadas na concepção de surdez como anormalidade, deficiência, e, portanto, voltada principalmente para atividades terapêuticas em detrimento das curriculares, e ora, voltada para o atendimento aos surdos em sua diferença, oferecendo a mesma educação dos demais alunos, porém, com métodos adequados.

Os discursos produzidos por aqueles que têm estudado a surdez no Brasil se dividem principalmente entre duas perspectivas. O médico e professor Albernaz (2008), autor da obra “Quem ouve bem vive melhor”, por exemplo, fala, não de surdez, mas de deficiência auditiva, e em toda a obra busca apresentar a reabilitação e a cura da deficiência como condição necessária para que estes possam melhorar sua qualidade de vida e melhorar suas relações psicossociais. Por outro lado, autores como Skliar (2013, 2015) e Lane (1992) defendem a percepção da surdez como diferença, e justificam que as pessoas surdas dispõem de uma ‘cultura surda’ e que, portanto, manifestam características específicas que devem ser consideradas ao se pensar em sua educação.

Ainda sobre a existência de distintas linhas de pensamento acerca das pessoas com surdez, Ribeiro (2008) em sua dissertação de mestrado, na qual analisou discursos sobre o ser surdo e a surdez produzidos na condição de surdez, valendo-se do aparato teórico-analítico da Análise de Discurso, doravante denominada AD, identificou duas formações discursivas, uma

que ela denominou de clínica e outra de linguístico-antropológica, chegando à conclusão de que, nos discursos analisados, obtidos por meio de questionários escritos, prevaleceu a segunda percepção, ou seja, mais voltada para questão da surdez como diferença e não deficiência.

Esta dicotomia deficiência-diferença também foi identificada em Nascimento e Souza (2016), os autores, analisando textos de pesquisadores, membros de comunidades surdas e documentos oficiais, concluíram que, em textos oficiais, o que se percebe é uma sustentação no discurso médico de que os surdos são “deficientes”, “anormais” e, portanto, necessitam de recursos, métodos e políticas de inclusão entre os “normais”, constaram ainda que, nos ambientes investigados a inclusão de fato não ocorre, parte pela ausência de ações do Estado, parte pela falta de informação dos profissionais envolvidos sobre como deve ser esta inclusão.

A inclusão de sujeitos surdos também é analisada discursivamente por Cardoso (2013) e Souza et al. (1999). Cardoso (2013) analisa textos sobre a surdez, os surdos e sua escolarização, escritos por professores de uma especialização em educação especial; Souza et al. (1999) analisam textos oficiais que tratam da inclusão social e escolar das pessoas surdas, principalmente do MEC, ambos os autores identificam que, na realidade, os surdos, nos contextos das pesquisas, não estão efetivamente inclusos, isto porque, ao tempo em que o modelo de inclusão indicado pelo governo, não impõe, apenas sugere alternativas de inclusão, os educadores envolvidos também não se sentem preparados ou capazes de atender aos alunos surdos por falta de treinamento e recursos específicos.

Considerando que pesquisas na área de surdez têm crescido substancialmente, mas que ainda há uma carência de trabalhos que representem a realidade piauiense, sobretudo pelo viés discursivo, uma análise de notícias veiculadas num portal de grande abrangência do Piauí se torna relevante, pois, segundo dados do IBGE (2010), no Estado, cuja população total é de 3.118.360 pessoas, 37.474 pessoas declararam possuir grande dificuldade auditiva, 4.730 não conseguem ouvir de modo algum, enquanto 143.771 pessoas apresentam alguma dificuldade de audição. Em 2017, o INEP registrou que em todo o Piauí são matriculados no ensino regular 484 surdos e 585 deficientes auditivos em classes comuns e, em classes especiais, são 02 surdos e 09 deficientes.

Apesar das duas instituições, IBGE E INEP, não seguirem o mesmo padrão para classificar os sujeitos considerados surdos ou deficientes auditivos, decidimos comparar, nos dados acima listados, a quantidade de pessoas surdas que declaram não ouvir de modo algum<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir (IBGE, 2010);

(4.730) e possuir grande dificuldade de audição<sup>2</sup> (37.474) no Estado (IBGE, 2010) com a quantidade de alunos surdos e deficientes auditivos matriculados na Educação Especial (1.033) em salas comuns e salas exclusivas (INEP, 2017). Foi possível concluir que ainda é bastante significativo o número de pessoas surdas que não fazem parte do sistema de ensino piauiense, cerca de 97,5 %. Em Quadros (2014, p.12-13), vemos que a realidade brasileira não é diferente, pois, após comparar dados do IBGE (2000) e INEP (2006), a autora já apontava que cerca de 91,07% dos surdos não faziam parte do sistema de ensino brasileiro. Esta realidade, portanto, incentiva e justifica a realização de pesquisas que contribuam para uma melhor compreensão sobre o processo de inclusão destes sujeitos no Estado do Piauí.

Esta pesquisa, inscrita na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso formulada inicialmente por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, busca, portanto, compreender, a partir de um gesto de leitura que põe em jogo o histórico, o linguístico e o ideológico, a forma como um acontecimento discursivo como a inclusão educacional de surdos foi posto em funcionamento em notícias produzidas pelo jornal Meio Norte. Mais especificamente nos empenhamos em analisar exemplares discursivos sobre a inclusão educacional de surdos no Estado do Piauí, com o objetivo de compreender em quais formações discursivas os jornalistas se inscrevem ao produzirem estas notícias, percorremos para isso o movimento sócio-histórico e ideológico que atravessou este acontecimento discursivo e, por fim, nos empenhamos em compreender que sentidos de inclusão de surdos têm sido construídos na sociedade piauiense a partir da produção do jornal. Nossa análise será conduzida a partir dos seguintes questionamentos: De que posição fala o sujeito jornalista, em qual formação discursiva se inscreve para enunciar sobre a inclusão educacional de surdos? Que efeitos de sentidos são aí produzidos, como a inclusão educacional de surdos é constituída no/pelo discurso do jornal Meio Norte?

Os discursos aqui são tomados como forma material, esta materialidade é o fio condutor da produção de sentidos, os quais nunca são dados, mas somente podem ser apreendidos a partir de relações com as condições em que são produzidos. A AD mobiliza conceitos que permitem ao analista atingir a discursividade do dizer, ou seja, ao modo como a exterioridade produz sentidos no discurso. A base da teoria à qual nos filiamos e os principais conceitos trabalhados por seus teóricos Pêcheux (1995/2014/2015), Orlandi (2012/2015/2017), Maldidier (2003, 2014), dentre outros, são apresentados em nosso primeiro capítulo, com destaque para o deslocamento feito por Pêcheux às noções de língua, sujeito e

---

<sup>2</sup> Para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo (IBGE, 2010);

história, que deram base para a construção de um novo gesto de leitura do texto, o qual não busca empreender nem a intenção do autor, nem o sentido do texto em si, mas o modo como sujeitos (posições no discurso) se constituem em seu dizer, afetados pela língua e pela história.

Para marcar nossa proposta de análise, o modo como faremos leituras de notícias jornalísticas sobre a inclusão educacional de sujeitos surdos, buscamos distinguir no capítulo 2, a prática jornalística vista pelo viés discursivo, ao qual nos filiamos, que toma a produção de notícia como um acontecimento, determinado por condições de produção específicas, da prática jornalística vista pela perspectiva comunicacional da linguagem, cuja produção de notícias se dá na forma de um relato de fatos empíricos.

No terceiro capítulo abordamos a leitura do arquivo, por meio de uma exposição dos procedimentos metodológicos de análise praticados em AD, mecanismos que permitem mobilizar os diferentes conceitos por trabalhados, e que possibilitam, que regulam a construção do arquivo, a realização dos recortes e a execução das análises dos *corpus* delimitado. É nesta sessão, portanto, que apresentamos o Jornal Meio Norte, a partir de uma leitura discursiva, feita das informações que são disponibilizadas, principalmente em sua página da internet, de onde descobrimos tratar-se do maior jornal do Piauí, em número de tiragens e de leitores. Dele foram selecionadas 15 notícias sobre inclusão educacional de surdos, para compor nosso *corpus*, identificadas nesta sessão por ano, data, caderno e título.

No capítulo 4 buscamos identificar e descrever as condições em que são produzidas as notícias em análise, explicitando o modo como sujeitos, situação e memória se relacionam, produzindo sentidos no dizer. Nesta análise, buscamos identificar o modo como a trajetória sociohistórica e ideológica de constituição do jornal Meio Norte produz marcas em seu discurso. Do mesmo modo, buscamos compreender o contexto de funcionamento das primeiras escolas para surdos no Piauí, para, então, chegarmos ao processo de constituição dos sentidos das notícias analisadas.

No capítulo 5, é trabalhada a heterogeneidade do discurso, do sujeito (jornalista) e dos sentidos (surdez, superação, inclusão). Nela, analisamos principalmente o modo de funcionamento do discurso relatado e da negação, por marcarem a inscrição do outro/Outro no dizer do jornalista e (re) produzirem diferentes sentidos sobre o sujeito jornalista, o sujeito surdo e sobre seu processo de inclusão educacional.

Sabendo-se que a sociedade recorre constantemente à mídia em busca de informações de seu interesse, e que, no tocante à questão da educação de surdos, ainda pairam muitas dúvidas, tanto por parte da família, quanto de profissionais da educação ou mesmo da

sociedade em geral, esta pesquisa se torna relevante, por analisar exemplares discursivos postos em circulação na sociedade piauiense, além disso, a teoria escolhida, a AD francesa, a partir dos postulados de Pêcheux, apresenta-se como salutar para a compreensão de como os discursos produzem sentidos.

## 1 ANÁLISE DE DISCURSO: UM LUGAR DE ENTREMEIO

Uma diferente reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento emerge do coração da França, mais precisamente, da Escola Normal Superior da rua d'Ulm, onde estudou Michel Pêcheux, filósofo, e fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso (1969) (MALDIDIER, 2003).

Surge de um posicionamento crítico de seu mentor em relação à noção de leitura, criando-se um artefato teórico sobre a interpretação, colocando-se contra as diferentes formas de evidência empírica da leitura, na medida em que não busca um sentido verdadeiro, não considera que há uma chave de interpretação para o sentido, como na Hermenêutica, ao contrário, questiona, analisa e busca compreender o próprio gesto de interpretação, isto por entender que o sujeito, constituído pelo inconsciente e pela ideologia, está sempre interpretando a realidade e produzindo sentidos, num processo que é determinado historicamente (ORLANDI, 2015).

O período ao qual nos referimos compreende os anos de 1960 a 1983. O cenário mundial estava repleto de manifestações que emergiam em diversos países como EUA, Alemanha, França, Itália, Japão, México e muitos outros. Na França, este período é marcado por greves gerais e rebeliões que atingiam todas as camadas sociais e econômicas, e foi de lá que se noticiou pelo mundo o maior movimento já registrado após a Segunda Guerra Mundial, em maio de 1968, quando dez milhões de trabalhadores participaram de uma greve geral, ocuparam fábricas e abalaram o governo do General Charles de Gaulle. Este movimento de greves estudantis e de operários foi cessado a partir de uma atitude do governo comunista Francês, de orientação stalinista. A crise apenas foi vencida após novas eleições, com a vitória de De Gaulle (SANTOS, 2013).

Neste momento, teóricos e pensadores dividem espaço entre estruturalismo, gerativismo e o marxismo althusseriano. Esta última corrente incentivava uma reflexão sobre ideologia e dava, portanto, abertura à psicanálise (SANTOS, 2013).

Havia um entendimento local de que os movimentos sociais estavam carregados de lutas ideológicas. Falava-se, por exemplo, nos ideais do comunismo de Stalin, o qual, liderando a União Soviética, desempenhou papel fundamental na derrota da Alemanha nazista na segunda guerra mundial (1939-1945) (PÊCHEUX, 1997).

Balibar (*apud* PÊCHEUX, 1997), resumindo a tese de Stalin sobre a relação língua/luta de classes, afirmou que a língua era indiferente à luta de classes, porém, as classes



faziam justamente uso dela para suas lutas políticas, fato que Pêcheux descreveu da seguinte forma “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1997, p.92).

Os escritos de Pêcheux surgem neste cenário, trazendo como temática o discurso político, influenciado pelo contexto social em que estava inserido. Sua obra, “Análise Automática do Discurso” (AAD 69), objeto de uma tese universitária defendida em 1968 e publicada no ano de 1969 pela editora Dunod, é considerada, mesmo que ainda como um esboço, o marco inaugural de uma teoria sobre o discurso que estava por nascer, a qual relacionaria a linguística com um exterior, articulando as “sequências discursivas com as condições históricas e/ou situacionais de sua produção” (COURTINE, 2005, p. 29). Além disso, é importante destacar que, de maneira paralela, Jean Dubois, linguista, lexicólogo e fundador da revista *Langages* (1966), também trabalhava com o discurso, porém, este mantinha um princípio estrutural em suas análises, de modo que o discurso era essencialmente a sequência do enunciado, pensada sob o modo do distribucionalismo harrissiano e das condições de produção, dando lugar à enunciação (COURTINE, 2005 e MALDIDIER, 2003).

Courtine (2005, p.23) ressalta que, nos trabalhos de Dubois, a noção de condições de produção e seu modo de articulação com as sequências linguísticas estavam por serem feitas, ou seja, sua análise permanecia no campo da linguística. É o que revela Maldidier (2014, p.25), “J. Dubois, já se viu, falava de submeter o texto somente ao aparelho da “gramática””.

Pêcheux, por sua vez, propõe uma ruptura epistemológica, “teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais e, em particular no campo da psicologia social”, seu interesse era justamente “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade”, isto por entender que, para que um estudo fosse considerado científico, seria necessária uma real apropriação dos instrumentos pela teoria, considerava, portanto, o estado das ciências sociais como “pré-científico” (HENRY, 1998, p. 14-15). Além disso, Pêcheux contesta que sejam consideradas ciências as disciplinas que, “sob o acobertamento do sujeito psicológico, ignoram, ou não querem saber de sua ligação com a política” (MALDIDIER, 2003, p.20).

Em dois textos<sup>3</sup> publicados com o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux se dedica em apresentar o conceito de instrumento científico e também defende que, toda ciência surge de um rompimento com a ideologia de um determinado campo científico, para isto, passa por

---

<sup>3</sup> Em 1966 foi publicado o texto “*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*”, assinado por Thomas Herbert. O segundo, em 1968, e tinha como título “*Remarques pour une théorie générale des idéologies*”.

duas fases, uma de elaboração teórico-conceitual por meio da qual se posiciona em relação ao discurso ideológico com que esta ciência rompe; e uma segunda fase, “aquela da reprodução metódica do objeto”, ou seja, sua fase experimental, na qual ocorre uma reinvenção dos instrumentos e ferramentas necessários, os quais são encontrados “nas práticas científicas já estabelecidas, bem como nas práticas ligadas ao processo de produção” (HENRY, 1998, p. 15-17).

Esta era a proposta de Pêcheux em sua obra lançada em 1969, *L'Analyse automatique du discours (AAD 69)*, apresentar um instrumento científico técnico e informatizado, concebido a partir de um deslocamento, uma “fissura”, no campo das ciências sociais, instrumento que foi emprestado e reinventado com o objetivo de transformar as práticas das ciências sociais e torná-la verdadeiramente científica. O autor, que era filósofo, via em sua construção, uma maneira de dar às práticas filosóficas tradicionais, empenhadas em criticar as ciências, um instrumento que facilitaria a aceitação de suas críticas por parte dos especialistas das ciências sociais (HENRY, 1998).

O lugar escolhido por Pêcheux para provocar esta ruptura no campo epistemológico das ciências era a teoria do discurso e o instrumento experimental que utilizaria para isto foi apresentado em AAD 69, a “máquina discursiva”, um modelo de máquina de ler que “arrancaria a leitura da subjetividade”, “um protótipo remodelado sem cessar, criticado, corrigido, finalmente abandonado, mas sempre presente”, o qual “lançou questões fundamentais sobre os textos, a leitura e os sentidos” (MALDIDIER, 2003, p.19).

O livro lançado em 1969 era apenas o início de uma construção teórica, escrito como o próprio autor afirmou, “na urgência teórica”, mas que contribuiu para se perceber que o discurso não poderia ser compreendido pela evidência de encadeamentos, seria necessário desconstruir a discursividade. Seus métodos de análise ganharam forma e foram revelados de maneira mais completa em 1975, com a publicação da obra “Semântica e Discurso”, quando foi definido o seu quadro epistemológico (MALDIDIER, 2003).

De modo mais específico, Pêcheux e Fuchs (1997) informam que este campo teórico abrange a linguística, a teoria do discurso propriamente e o materialismo histórico, os quais são atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

É por este motivo que se fala em disciplina de entremeio, já que a AD, trabalhada por Pêcheux, não absorve, não reúne, mas se posiciona em relação a estas disciplinas, resignificando as noções de língua (da linguística), sujeito (da psicanálise) e história (do materialismo histórico). Utiliza o discurso como objeto de análise e desenvolve métodos e procedimentos analíticos próprios (ORLANDI, 2006).

Interroga a Linguística pela historicidade que deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2015a, p. 18).

Ao se pensar estes conceitos, história, língua e sujeito, pelo viés discursivo, faz-se necessário perceber o modo como cada um foi se alocando e tomando formas e limites próprios no interior deste campo teórico.

Em Henry (1994), é possível compreender o modo como a noção de história é ressignificada por esta teoria, ao afirmar que a história não é evolução, nem cronologia, mas sim, sentido:

É verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (HENRY, 2014, p.55).

Ocorre, portanto, uma ruptura com a característica estritamente empírica e meramente descritiva de fatos que normalmente é atrelada à noção de história, e lhe atribui uma ligação direta e constitutiva com a língua, conforme resume Ferreira (2003, p. 191) "a história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar".

Este processo de inscrição da história na língua corresponde ao que Orlandi (1995) denomina de historicidade, a exterioridade constitutiva. Para ela, ao se analisar a historicidade de um texto, está se analisando a materialidade histórica dos sujeitos e dos sentidos, seu modo de produzir sentidos. Em nossa proposta, importa compreender o modo como esta exterioridade está materializada na produção discursiva de notícias sobre a inclusão educacional de surdos, como é possível compreender as formações ideológicas que constituem as posições a partir das quais enunciam os jornalistas, lhes sendo constitutivas ao produzirem textos jornalísticos.

O texto, na perspectiva do discurso, é, portanto, um objeto linguístico-histórico, ele é visto como uma unidade não fechada, incompleta, assim como o sujeito, o discurso e os sentidos, isto porque tem relação com outros textos, com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso ou memória do dizer), corresponde ao lugar a partir do qual o analista tem acesso aos processos de constituição do discurso (ORLANDI, 2006). Ao analisar uma notícia de jornal, não se considera tratar-se de uma unidade linguística disponível, preexistente, capaz de expressar concepções de mundo, mas uma forma material, parte de um processo pelo qual se tem acesso

à discursividade, fornecendo indícios de como o autor, o jornalista, pratica significações, é uma unidade imaginária sobre a qual opera a ideologia (ORLANDI, 2012).

Ideologia, assim como história, é outra noção que Pêcheux compartilha com Althusser, mas se distingue deste, por considerar que ela não está constituída apenas pela esfera das ideias, mas, possui uma materialidade específica, está relacionada à linguagem, produzindo efeitos de verdade no discurso (HENRY, 1994, p.34).

Para Pêcheux (1975), o discurso deve ser concebido como o aspecto material do que ele denomina de materialidade ideológica, “os processos discursivos são a fonte da produção dos efeitos de sentido e a língua constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 1975, p.16).

Orlandi (2016, p. 72) nos esclarece que é esta materialidade que permite observar o funcionamento discursivo e afirma que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”.

A língua, por sua vez, não é trabalhada em AD como fechada em si mesma, tal qual propunha Saussure, mas como algo não transparente, revestido de opacidade, cujos sentidos se constituem por uma relação com sua exterioridade, a partir de uma intervenção do político e do ideológico. Considera-se ainda que determinados sentidos não estão já-lá, já postos, mas somente significam a partir da inscrição da língua na história, ou seja, por sua discursividade. (ORLANDI, 2004a). Esta compreensão é que permite ao analista extrapolar os limites do texto, ir além, não limitar-se à sua superfície linguística, não tomar a notícia jornalística como verdade, como simples relato de um fato, mas como um efeito de sentidos produzidos a partir de uma teia de relações que envolvem a formação ideológica do próprio sujeito jornalista, além das condições históricas e ideológicas em que esta notícia foi produzida.

Em AD, não se adota a divisão saussuriana de forma e conteúdo, mais que uma estrutura, a língua é vista como um “acontecimento do significante (a língua) em um sujeito afetado pela história” (ORLANDI, 2015a, p.17).

Isto posto, podemos retornar à noção de texto, visto também como fato de linguagem, um lugar em que a língua, afetada pela história, produz um objeto simbólico, linguístico-histórico, que o analista do discurso é levado a interpretar, explicitar como ele funciona (ORLANDI, 2012). Trata-se de uma unidade, produzida em condições determinadas, que permite ao analista ter acesso ao funcionamento do discurso.

O discurso, em suas diversas formas de manifestação, como texto oral ou escrito, ou mesmo através de imagens, é um “efeito de sentidos entre os pontos A e B<sup>4</sup>”, é o lugar onde se observa a constituição dos sujeitos e dos sentidos (PÊCHEUX, 1997, p. 82), lugar da relação entre linguagem e ideologia, do dizer com sua exterioridade, com suas condições de produção, ou seja, com os sujeitos, a situação e também a memória (ORLANDI, 2015a).

Apenas para fins explicativos, as condições de produção podem ser pensadas em sentido estrito e em sentido amplo. Em sentido estrito compreende o contexto imediato, o aqui e agora do dizer e em sentido amplo corresponde ao contexto sociohistórico e ideológico. Ambas as situações funcionam conjuntamente no processo de constituição dos sentidos, fala-se em “efeito de sentidos entre locutores”, justamente porque, enunciador e destinatário, sendo sujeitos simbólicos (interpelados pela ideologia) participam do discurso dentro de circunstâncias dadas, cada um “afetado pelas suas memórias discursivas” (ORLANDI, 2006, p.15).

Este sujeito simbólico se constitui por um deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Apesar de em seus primeiros trabalhos Pêcheux ter demonstrado uma ligação maior com a noção de sujeito formulada por Althusser, na obra *Les vérités de La Palice (1975)*, o autor desloca-se para uma concepção de sujeito constituído entre a linguagem e a ideologia, entre o sujeito do inconsciente, de Lacan, e o sujeito da ideologia, de Althusser (HENRY, 1997).

Para Lacan, é pela linguagem que o indivíduo deixa de ser apenas um ser vivo, puramente orgânico, e passa a ser sujeito do inconsciente, ou seja, pela linguagem o bebê pode subjetivar-se e deixar de ser apenas objeto do desejo do outro. Trata-se de um sujeito dividido, entre o eu, o que toma a palavra, e o Outro (com O maiúsculo), o inconsciente, cujo discurso circula e antecede a constituição do sujeito, o qual se manifesta no dizer em forma de lapso, chiste, sendo que “à psicanálise interessa fundamentalmente a verdade que fala no lapso, no chiste, no tropeço da linguagem” (MARIANE E MAGALHÃES, p.117).

Em Althusser, fala-se em sujeito interpelado pela ideologia através dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Em sua tese, o autor busca demonstrar como a ideologia, ou o Sujeito (com S maiúsculo) da ideologia, funciona na vida social, como ela funciona transformando indivíduos concretos (sujeito) em sujeitos e submetendo-os às suas orientações valorativas, “eles se inscrevem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE, com exceção

---

<sup>4</sup> Os pontos A e B “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1997, p. 82), como, por exemplo, os lugares do patrão, do funcionário, do operário (DELA-SILVA, 2015).

dos “maus sujeitos” que acabam por provocar a intervenção de algum setor do aparelho repressivo do Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 105).

A princípio, a teoria de Althusser permanece em nível abstrato, compreende a ideologia como a relação imaginária que os indivíduos têm com suas condições reais de existência ou ainda, com as relações sociais e de produção, mas, não chega a considerar as formas sociais e históricas de manifestação da ideologia (ALTHUSSER, 1985), fato revisto por ele mesmo nos anexos de sua obra intitulada “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Nela, Althusser esclarece que, apesar de sua análise ter assumido um caráter abstrato, no centro de sua concepção estava a luta de classes, o modo como elas podem interferir no funcionamento dos aparelhos ideológico do Estado e afirma “não existir prática senão através de e sob uma ideologia; não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p.42), está, portanto, materializada nas práticas de um aparelho. O autor esclarece ainda que “as ideologias não nascem nos AIE, mas têm sua origem nas classes sociais envolvidas na luta de classes: em suas condições de existência, em suas práticas, em suas experiências de luta, etc.”(ALTHUSSER, 1985, p. 128).

Pêcheux, por sua vez, posiciona-se entre o sujeito do inconsciente, o qual manifesta-se como uma forma de linguagem, e o sujeito da ideologia, procura mostrar a relação existente entre fatores extralinguísticos e fatores linguísticos na produção de sentidos dos enunciados, os quais são produzidos na medida em que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, ou seja, na relação com o simbólico, na história (HENRY, 1997).

Em AD o sujeito é, portanto, posição entre outras, resulta de um processo em que sua situação social (empírica) é transformada em posição-sujeito (discursiva) por meio da ideologia, que o interpela em sujeito, submetendo-o à língua, ou seja, está assujeitado a ela (ORLANDI, 2012).

O processo discursivo funciona como um jogo, no qual ocorre uma projeção imaginária<sup>5</sup> de seus protagonistas, locutor e interlocutor, ou seja, do lugar que cada um atribui a si, ao outro e ao referente, da imagem que cada um faz de seu lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1997).

Neste mesmo jogo imaginário se dá o processo de argumentação, de modo que o locutor fala, por antecipação, a partir da imagem que ele pensa que o interlocutor tem dele. Este processo ocorre na instância da formulação, “em que entram as intenções” (ORLANDI,

---

<sup>5</sup> Orlandi (2015a) se refere às *formações imaginárias* como projeções do sujeito no discurso, passando de suas situações empíricas (os lugares dos sujeitos) para as posições no discurso, que significam em relação ao contexto sociohistórico e à memória (o já-dito).

2004, p. 50). Porém, toda esta movimentação já está determinada por relações de forças e relações de sentido, de modo que o sujeito não tem acesso a ela. A primeira é marcada pelo lugar de onde se enuncia, ou seja, da posição ideológica que o sujeito ocupa ao enunciar e, dependendo de qual seja, as palavras assumirão novos sentidos, de modo que significa enunciar do lugar do patrão ou do operário, cada posição estando, portanto, carregada de poder. As relações de sentido, por sua vez, correspondem ao fato de que todo dizer tem relação com outros dizeres, são parte de um processo discursivo mais amplo, contínuo, gerando efeitos de sentido no que é dito (ORLANDI, 2015a).

Nesta pesquisa, buscamos identificar a partir de qual posição o sujeito jornalista enuncia, ou seja, à que formação discursiva se filia ao produzir notícias sobre a inclusão educacional de sujeitos surdos, justamente por compreendermos que, dependendo da formação discursiva na qual o sujeito jornalista se inscreve, são produzidos efeitos de sentidos diferentes. Vimos, por exemplo, que pesquisas diversas já apontam para a existência de, pelo menos, duas formações discursivas distintas a partir das quais são produzidos os discursos sobre a surdez e o sujeito surdo, uma que enuncia a surdez como doença, deficiência, negando a condição de ser surdo, e outra, que a enuncia como diferença, capaz de produzir uma identidade, uma cultura que é própria aos sujeitos surdos, elevando estes sujeitos à condição de igualdade em relação aos demais sujeitos em sociedade. Lembramos que inscrever-se nesta ou naquela FD não é resultado da vontade do sujeito, o jornalista não decide de maneira consciente em qual delas se inscreverá seu discurso, trata-se de um processo ideológico que escapa à vontade do sujeito.

Em AD não se trabalha, portanto, com as “intenções do sujeito”, justamente por considerar que o sujeito “já tem sua posição determinada e já está sob o efeito da ilusão subjetiva” (ORLANDI, 2004, p. 50) e, se produz argumentos, é apenas sob a ilusão de fazê-los pelas suas intenções:

Além disso, também os argumentos (por exemplo, falar a favor dos pobres) são produzidos pelos discursos vigentes, em suas relações historicamente (politicamente, ideologicamente) determinadas. Os argumentos derivam das relações de discursos. As intenções do sujeito não mudam nada em relação a isso (ORLANDI, 2004, p. 50).

Na sociedade, que é representada por classes antagônicas, o indivíduo é conduzido, sem se dar conta e acreditando fazê-lo por sua própria vontade, a ocupar um lugar em uma dessas classes, mantidas e subsidiadas pelo que Althusser (1985) designou “Aparelhos Ideológico do Estado”. Isto se dá por meio de um mecanismo ideológico que tem por efeito

marcar o lugar de cada indivíduo nesta sociedade, o mecanismo da sujeição (PÊCHEUX E FUCHS, 1997).

A ideologia provoca um efeito de evidência e de significações que são aceitas pelo indivíduo, de modo que ele não reconhece “sua subordinação-assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito”, há, portanto, um esquecimento daquilo que o determina e de que o seu dizer, nada mais é que a reprodução de sentidos que foram se construindo historicamente, a partir de relações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p.149).

Estas relações ideológicas, ou formações ideológicas, correspondem a elementos não-discursivos (representações, posições políticas, imagens ligadas a práticas etc.)

“suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras". (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, P.166)

Após esclarecerem o conceito de formações ideológicas, Pêcheux e Fuchs (1997) tratam de estabelecer a relação entre ideologia e discurso. Para eles, as formações discursivas devem ser concebidas como um dos aspectos materiais do que eles designam materialidade ideológica, e estão relacionadas a determinadas posições, correspondem a certos lugares dentro do aparelho ideológico, determinando o que pode e deve ser dito destes lugares, dentro de uma conjuntura dada. Os autores destacam ainda, que as formações ideológicas podem comportar uma ou várias formações discursivas interligadas.

Para exemplificar este funcionamento, Pêcheux e Fuchs (1997) fazem referência à formação ideológica religiosa, a qual, no modo de produção feudal (em certas condições de produção, dentro de uma conjuntura dada, no qual a ideologia dominante é a religiosa), interpela os indivíduos em sujeito, por meio do Aparelho Ideológico do Estado religioso, que através de práticas (batismo, casamento, enterro...) intervêm na realidade social. Em todas estas relações ideológicas de classes, intervêm diversas formações discursivas, e no exemplo dado são citadas duas específicas, a pregação camponesa direcionada à população do campo e o sermão do Alto-Clero, direcionado para a nobreza.

Temos, portanto, um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, sendo constituído pelo simbólico. Neste sentido, Pêcheux e Fuchs (1997) ressaltam que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, porém se realizam neste sujeito, está, pois



assujeitado à língua, que por sua vez, se inscreve na história para significar. É a este mecanismo que se refere Lopes (2016) quando descreve:

Desse modo, não há sujeito, nem sentido sem o assujeitamento à língua. Quando nascemos não criamos uma língua, entramos no processo discursivo que já está instalado na sociedade e nos submetemos à língua, subjetivando-nos. A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza, quando se diz que o indivíduo é assujeitado, o assujeitamento não é quantificável (LOPES, 2016, p. 122).

É válido ressaltar que o processo de assujeitamento apresentado por Pêcheux em 1975 na obra “Semântica e Discurso”, desenvolvido a partir de Althusser, não demonstrava falhas, funcionava “bem demais” através de interpelações bem sucedidas pela ideologia dominante (MALDIDIER, 2003, p.69). Porém, em uma publicação feita no ano de 1978, com o título “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, Pêcheux relata o que falhou em “Semântica e Discurso”, o fato de “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em Les Vérites de La Palice” (PÊCHEUX, 2014, p.275). Tratava-se, portanto, de uma auto-crítica quanto à forma como concebia o sujeito do discurso. Maldidier (2003) faz questão de situar o leitor às condições históricas e sociais em que esta reflexão de Pêcheux foi produzida:

É preciso, para apreender seu lugar no percurso de Michel Pêcheux, recolocar este texto na situação do inverno de 1978, alguns meses após a ruptura do Programa comum da esquerda, no meio do imenso debate que esta suscitou nos militantes do partido comunista francês. O desespero político rola. Há decididamente “algo que falha” na prática política (MALDIDIER, 2003, p. 66).

Pelo exposto percebe-se que, ao tempo em que Pêcheux assiste às mudanças políticas que estavam acontecendo na França, passa a refletir sobre os movimentos de resistência que surgem das classes dominadas e conclui que, se algo falha na cena da política, algo falha também nas referências que fez aos conceitos da psicanálise. A partir de então, passa a promover uma série de retificações em sua teoria sobre o sujeito, admite, por exemplo, que o próprio processo de interpelação está sujeito a falhas, ou seja, “há falhas na interpelação da ideologia dominante”, manifestas em forma de lapsos, atos falhos, revelando traços de resistência e revolta (MALDIDIER, 2003, p.70).

Os sujeitos se inscrevem em determinadas formações ideológicas de modo que suas “palavras, expressões etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2014, p.146). Estas formações ideológicas estão linguisticamente representadas no discurso por meio das formações discursivas:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014, p.147).

O indivíduo, portanto, é sempre afetado por um “já lá”, que Pêcheux denomina de interdiscurso ou “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014, p.149).

O interdiscurso, ou memória discursiva, isto é, aquilo que já foi dito e esquecido, participa da constituição do discurso e se faz presente em sua formulação, no intradiscurso, naquilo que se está dizendo em dado momento, em certas condições, quando sujeito e sentido se constituem pelo encontro do simbólico e do político, num processo de subjetivação em que o sujeito coloca-se na origem do que diz (ORLANDI, 2012). Neste sentido, não se considera que o jornalista é a fonte, a origem da informação, mas apenas, suporte, seu discurso é o efeito de um processo maior, ocorrido anteriormente, ele apenas reproduz discursos, sentidos que já estão em circulação.

Ao discorrer sobre o funcionamento do enunciado, Courtine (2009) também explicita a relação indissociável entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre o já-dito e o que está sendo dito. Considera que o interdiscurso representa um eixo vertical, no qual o enunciado tem relação com outras formulações de outras sequências discursivas no interior de uma formação discursiva; enquanto que o intradiscurso forma um eixo horizontal, o eixo da formulação, onde o que é dito se relaciona com outras formulações no interior mesmo do intradiscurso.

Orlandi (2006) chama a atenção para uma distinção entre o interdiscurso e a memória de arquivo, afirmando que a memória de arquivo corresponde aos discursos disponíveis em documentos e não esquecidos, aos quais se pode ter acesso, bastando para isso consultar aos arquivos das instituições que os representam.

Por outro lado, Robin (2016) nos apresenta diversas possibilidades de apagamento de memórias, inclusive as memórias de arquivo. Destacamos dois tipos em especial, apresentados no capítulo intitulado “A cor do esquecimento”, apagamento e substituição. O primeiro ocorre quando um acontecimento é silenciado dos arquivos em virtude das condições sociais, políticas ou culturais do contexto em que foi produzido, não deixando vestígios do fato, ou por terem sido destruídos ou por terem se perdido, como ocorreu, por exemplo, com diversas memórias relacionadas ao povo judeu na Alemanha nazista, quando tiveram seus vilarejos e suas sinagogas destruídos, ou mesmo seus nomes apagados nas listas dos que ia às

câmaras de gás. O segundo tipo, a substituição, ocorre quando antigos nomes, textos ou até monumentos são substituídos por outros, como exemplo, a autora cita a reconstrução da igreja Frauenkirche na cidade de Dresden (Alemanha), destruída por um bombardeamento em 13 de fevereiro de 1945, restando suas ruínas, que funcionavam como um memorial da Segunda Guerra Mundial. Porém, com o fim da guerra e a reunificação da Alemanha muitos monumentos do período comunista foram demolidos e esta igreja foi reconstruída no mesmo local onde estavam suas ruínas, apagando tanto uma memória da República Democrática Alemã<sup>6</sup>, quanto uma memória da Segunda Guerra Mundial. Em referência às palavras de Adrian Forty, a autora cita, “trata-se de reconstruir algo para esquecer o que sua ausência significava” (ROBIN, 2016, p.94).

Em Courtine (2009) fala-se em “pré-construído”, termo utilizado por Paul Henry para se referir também a esta construção anterior constituída no interdiscurso e que atravessa o intradiscurso de uma sequência discursiva, enunciada por um sujeito, sendo apagado, esquecido no movimento da formulação. Por isso é que se afirma que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento.

A “teoria dos dois esquecimentos” é trabalhada por Pêcheux e Fuchs no artigo número 37 da revista *Langages*, publicado em março de 1975. Por meio de uma releitura da obra, feita por Malidier (2003), vemos que nesta edição da revista, Pêcheux trata da ilusão que o sujeito tem de estar na fonte do sentido.

Os autores do artigo, Pêcheux e Fuchs (1997), qualificam o esquecimento de duas formas: o esquecimento de nº 1, da ordem da constituição, por meio do qual o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, esquece, não tem consciência de que a os sentidos se formam em um processo que lhe é exterior, carrega a ilusão de ser a origem do seu dizer; e, o esquecimento nº 2, da ordem da formulação, corresponde à zona em que o sujeito se move na constituição do seu dizer, colocando fronteiras entre o que é “selecionado”, dito, e o que é rejeitando em seu dizer. Orlandi (2015a) nos permite concluir, portanto, que o esquecimento de nº 2 é o que dá ao sujeito jornalista a ilusão de que suas palavras não poderiam ser ditas de outra forma.

Pensando a relação existente entre os esquecimentos de nº1 e de nº 2, Pêcheux e Fuchs

---

<sup>6</sup>A Alemanha Oriental ou Alemanha Socialista, oficialmente República Democrática Alemã (RDA), foi um Estado criado em 1949 no território da zona de ocupação soviética, uma das zonas ocupadas pelos Aliados na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, quando o território alemão foi repartido entre os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a União Soviética. Enquanto a zona soviética deu origem à RDA, a junção das outras três deu origem à República Federal da Alemanha (RFA), ou Alemanha Ocidental. À primeira atribui-se a construção do Muro de Berlin, símbolo da Guerra Fria, construído para evitar que a população oprimida pelo regime socialista da parte oriental migrasse para a parte ocidental, capitalista. (Fonte: Wikipédia)

(1997) estabelecem que é possível ao sujeito penetrar de maneira consciente na zona de nº 2, já que por meio de um mecanismo de antecipação, ele prevê o efeito que pensa que suas palavras produzem em seu interlocutor, podendo retornar ao seu discurso corrigindo, aprofundando ou reformulando o seu dizer, trata-se da zona dos processos de enunciação. Por outro lado, o esquecimento de nº 1, corresponde a uma zona inacessível ao sujeito, é constitutivo da subjetividade na língua, ou seja, se apaga aos olhos do sujeito o processo pelo qual uma sequência discursiva é produzida e dotada de sentidos, a forma como elas se relacionam com outras sequências, formando famílias parafrásticas que, ao se inscreverem em determinada formação discursiva, são constitutivas dos efeitos de sentido.

Para concluir, os autores Pêcheux e Fuchs (1997) destacam que há uma exterioridade que é constitutiva de uma formação discursiva (referindo-se ao esquecimento de nº 1) e que não pode ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação (referindo-se ao esquecimento de nº 2), onde os sujeitos conseguem se deslocar, retornando, modificando ou enfatizando as suas formulações.

Para Orlandi (2015a, p.34) é assim que os indivíduos se constituem sujeitos, “ao se identificarem com o que dizem”, é pelo esquecimento “que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento”.

É por este mesmo movimento que Orlandi (2006) ressalta que não há origem dos sentidos e dos sujeitos, pois para análise de discurso, eles não são idealizados, mas materialmente constituídos por suas relações com a sociedade e a história, estão, portanto, divididos.

Orlandi (2015a, p.34) apresenta a incompletude como condição da linguagem, destaca que “nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados”, eles estão sempre se constituindo por um movimento do simbólico e da história. O funcionamento da linguagem se assenta, portanto, “na tensão entre processos parafrásticos e processos polissemicos”, entre o mesmo e o diferente. Por paráfrase, a autora, compreende aquilo que se mantém em todo dizer, joga com o mesmo, considera que o dizer compreende palavras já-ditas, corresponde ao processo de produtividade. Já a polissemia corresponde a uma ruptura, um deslocamento nos processos de significação, o novo, relacionando-se à criatividade.

Em palestra proferida à Fiocruz em agosto de 2014 sob o título “Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio”, Eni Orlandi também fala da importância do apoio teórico que a AD, enquanto disciplina de interpretação, dá ao analista, permitindo-lhe analisar a relação do sujeito com o sentido; destaca que esta relação não é de transparência, mas de

opacidade, já que o indivíduo não tem acesso à origem dos sentidos produzidos nele, os quais dependem da relação imaginária que o sujeito tem com suas condições de existência.

Na palestra, a Orlandi (2014) fala ainda em fuga, justamente referindo-se ao movimento dos sentidos, ao deslocamento, à polissemia<sup>7</sup>, inclui neste processo o próprio silêncio como constitutivo, não o silêncio enquanto ausência de ruído, mas algo simbólico e histórico, algo que resulta do funcionamento da ideologia no discurso, ao fato de que “não há dizer total, não se pode falar de todas as perspectivas”, sempre que se fala algo se deixa de falar outros.

Para a autora, os dizeres são mais que mensagens a serem decodificadas, são “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de aprender” (ORLANDI, 2015a, p.28).

As reflexões de Pêcheux foram naturalmente tomando forma, num percurso em que novos conceitos foram inseridos, outros reavaliados, mas que construíram um aparato teórico consistente e cujo ponto forte foi discutir o modo como se define e funciona a ideologia, fornecendo as bases para o surgimento de outras perspectivas de análise diferenciadas, em certos pontos contrárias, porém, igualmente relevantes na incansável e necessária busca, não apenas dos sentidos produzidos, mas do modo como se produzem os sentidos e os sujeitos da linguagem (SANTOS, 2013).

Atualmente a Análise de Discurso apresenta duas grandes divisões, uma americana e uma europeia. A primeira diferencia-se da segunda principalmente por trabalhar com a noção de sujeito intencional. Por outro lado, na perspectiva europeia, ao propor uma ruptura com a linguística, faz uma releitura da noção de língua e de sujeito, e passa a considerá-lo como “afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia”, ou seja, assujeitado, não intencional (ORLANDI, 2005, p. 79).

Orlandi (2015) esclarece que no Brasil a divisão ocorre pelo modo de relacionar a análise de discurso com a linguística e com a pragmática, há principalmente divergências quanto à relação sujeito/língua/ideologia. Pois, por um lado, há os que compreendem que os estudos do discurso não podem se deslocar do campo da linguística, mantendo suas análises nesta perspectiva e acrescentando componentes de reflexão próprios da pragmática (atos de linguagem) e da teoria da enunciação (o sujeito). Por outro lado, há os que compreendem a

---

<sup>7</sup> Orlandi (2014) esclarece que a polissemia, enquanto efeito, ocorre quando são produzidos diferentes movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico.

relação entre linguística e análise de discurso, concordam com a relação de entremeio e tomam como objeto de análise, o discurso, trabalhando com seus próprios métodos, conceitos e procedimentos analíticos. Para Orlandi (2015), assim como para Pêcheux, o discurso é tomado como lugar de observação da relação entre língua e ideologia.

É justamente esta forma de trabalhar a linguagem numa relação estreita com a ideologia que gera estranhamento e acaba por colocar a AD francesa de Michel Pêcheux “numa condição de isolamento entre as demais análises de discurso” (FERREIRA, 2007, p. 43).

Apesar de na França o grupo de pesquisa liderado por Pêcheux ter pedido força com o seu desaparecimento em 1983, no Brasil, sua teoria permanece firme, sendo propagada principalmente por Eni Orlandi (FERREIRA, 2007).

Eni Orlandi estudava em Vincennes (França) em 1969, quando o Brasil enfrentava o período de ditadura militar, foi quando teve contato com a obra de Pêcheux, AAD69, recém publicada pela editora Dunod. A partir de então, a autora, que era professora da USP, encontrou o recurso de que necessitava para expressar suas ideias, até então reprimidas pelo regime ditatorial, motivo pelo qual, ao retornar ao Brasil, em 1970, optou por analisar, inicialmente, os discursos pedagógico e religioso, mas já apresentando o político como constitutivo destes discursos, a não transparência da linguagem, a incompletude do sujeito, a existência da paráfrase e da polissemia, além da relação língua/ideologia (ORLANDI, 2016).

Orlandi estava, portanto, diante de uma nova maneira de ler, sustentada por dispositivos teóricos e analíticos, que lhe permitiam compreender o modo como os sentidos e os sujeitos se constituem na relação do simbólico com o político.

Por “político” compreendem-se as relações de poder que estão simbolizadas no e pelo discurso, relações que derivam do contexto sociohistórico (ORLANDI, 2006). A AD, tal como Pêcheux a pensou, permite que numa reflexão sobre a linguagem sejam consideradas as especificidades histórico-políticas dos contextos em que são produzidos os discursos em análise, considera que o político (o ideológico, o histórico) são determinantes do discurso e que, portanto, ao analisá-lo não se pretende extrair o sentido do texto, mas colocar-se numa “relação de confronto de sentidos”, explicitando o seu funcionamento (ORLANDI, 2008, p. 42).

O político é o poder pelo qual se sustentam as relações discursivas, nas quais, linguagem e sujeito se articulam, deste modo, o acontecimento da linguagem (a produção do discurso) é um acontecimento político, pelo qual o sujeito marca seu lugar social, isto numa sociedade constituída por relações de forças, dividida desigualmente, uma desigualdade, no

entanto, necessária à vida social. Guimarães (2005, p.16-17), a partir do viés da Semântica, define o político como sendo “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”.

A AD é considerada uma disciplina que incorpora o político em suas discussões, justamente por investigar “as várias formas de exercício das práticas discursivas político-pedagógicas (em termos das relações de forças que atuam numa sociedade)” (MARIANI, 1996, p.24).

É por esse motivo que o cenário político brasileiro da década de 70 era um ambiente favorável à instalação da AD, por apresentar-se dividido, por um lado, entre produções discursivas “do golpe”, calcadas pela censura e pela privação de direitos e, por outro, as “da resistência” reivindicando, por exemplo, por eleições democráticas e anistia a presos. A AD possibilitava revelar outros sentidos existentes nos discursos dominantes ou mesmo o silenciamento produzido por eles (ORLANDI, 2016).

Em seus últimos trabalhos (1980-1983) Pêcheux volta-se para a questão da leitura do arquivo, mas de uma maneira bem diferente da trabalhada em AAD69. As novas reflexões se dão, sobretudo, em debates realizados na RCP ADELA<sup>8</sup>, onde diferentes teóricos desenvolviam trabalhos de análise de discurso (MALDIDIER, 2003).

Nesta fase, Pêcheux e seus seguidores passam a tomar como objeto de análise os discursos ordinários, o conversacional em detrimento dos doutrinários, analisando-os a partir de sua ligação com uma rede de memória (MAZIÈRE, 2007), passam a trabalhar, por exemplo, com a análise da relação do texto com a imagem<sup>9</sup>, a qual é apresentada por Pêcheux (2015, p.45) como “um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar”.

Pêcheux (2015) chama atenção para a existência de diversas discursividades que são produzidas em torno de um acontecimento, algumas de aparência logicamente estável e outras irremediavelmente equívocas. Sua constatação baseia-se no imenso arquivo, oral e escrito, que se formou em torno de um acontecimento jornalístico ocorrido em 10 de maio de 1981 em Paris, e na análise feita por ele em um enunciado específico, “*On a gagné*” (“Ganhamos”), formulado e posto em circulação pela mídia em decorrência da eleição do futuro presidente da República Francesa, François Mitterand, representante da esquerda.

---

<sup>8</sup> RCP (Recherche Coopérative programée: Pesquisa cooperativa programada); ADELA (Analyse de Discours et Lecture D’Archive: Análise de Discurso e Leitura do Arquivo. (MALDIDIER, 2003, p. 74).

<sup>9</sup> Esta relação foi apresentada no texto “Papel da Memória” publicado em Abril de 1983 nas Atas da Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”, realizada na Escola Normal Superior de Paris. (ACHARD *et al*, 2015, p.7).

Em meio a muitas indagações construídas em torno deste enunciado, que mais parece “o grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar”, Pêcheux (2015, p.21) destaca sua opacidade, o modo como sua estrutura, ou ainda, sua materialidade léxico-sintática (com um pronome indefinido em posição de sujeito, um tempo verbal marcando algo realizado, o lexema ganhar, a ausência de complementos) não produz sentidos do tipo estabilizado, mas, provoca uma série de interrogações, como por exemplo, “Qual o sujeito do verbo ganhar?”, ou ainda, “Qual o seu complemento? Ganhou o quê? Só é possível atribuir sentidos a este enunciado a partir de uma memória discursiva, retomando valores históricos tanto esportivos, quanto políticos. Há, portanto, um acontecimento discursivo, uma relação da materialidade discursiva com a história, relação esta que faz com que Pêcheux (2015) passe a entender o discurso como estrutura e acontecimento, como “efeitos de sentidos que se atualizam no dizer, ao se inscrever na memória” (DELA-SILVA, 2015, p.215).

Tomar o discurso como estrutura e acontecimento é se posicionar contra a estabilidade do dizer, estabilidade esta que, para Pêcheux, é uma necessidade que o sujeito pragmático tem, “face às diversas urgências de sua vida”, ou por si mesmo, de homogeneidade lógica (PÊCHEUX, 2015, p.33). Homogeneidade presente tanto nas atividades cotidianas, como no uso de agenda, na realização diária de tarefas, nas decisões da vida social, etc., como também nos discursos que surgem, que são produzidos, nestes espaços designados como “logicamente estabilizados”. Porém, o autor percebe que nestes espaços, cujos discursos são construídos sob a suposição de que todo falante sabe do que se fala e que seus enunciados são transparentes, há o atravessamento de uma série de equívocos, estão suscetíveis “de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis” (PÊCHEUX, 2015, p. 33).

A esta necessidade de tudo estabilizar que o sujeito pragmático tem, soma-se a necessidade de “coisas a saber”, de uma reserva de conhecimentos que o permita se colocar contra ameaças de toda espécie em sociedade, um conhecimento que é fornecido o mais frequentemente, ao menos em nossa sociedade, pelo Estado e por suas instituições, os quais funcionam como “pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda” (PÊCHEUX, 2015, p.34).

Diferentes ciências se constituíram com o propósito de administrar este saber, este real que circula em sociedade. Houve o tempo de estruturar os saberes relacionadas às divindades (escolástica aristotélica); depois surgem as ciências exatas se contrapondo à anterior, tralhando de maneira positivista com o real (física, química, biologia); em seguida, o marxismo aparece como saber que se sobressai aos demais, trabalhando a questão da história,



pondo em evidência o processo de exploração capitalista (PÊCHEUX, 2015).

Diferente destes saberes, Pêcheux (2015, p.43) pensa a existência de um real “constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”, é deste saber que o Estruturalismo se ocupa, buscando entender a presença de não-ditos no interior do que é dito, mas em suas análises ocupava-se em descrever os arranjos textuais, ou seja, via o discurso apenas como estrutura.

A teoria de Pêcheux se posiciona em relação a todas estas ciências, não trabalha sob a ilusão que se pode saber do que se fala, mas, admite a existência do equívoco, considera que todo enunciado é “linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

Deste modo, num trabalho de análise feito com o discurso jornalístico à luz da AD francesa, é possível empreender o funcionamento do equívoco, percebendo “se há, como em geral na mídia, uma manutenção do ‘mesmo’ (produtividade) ou, num deslocamento, o ‘diferente’ (criatividade) funcionando nele” (LOPES, 2009, p.21), permitirá compreender, assim como Pêcheux (2015) com o enunciado “*On a gagné*” (“Ganhamos”), o funcionamento das diferentes discursividades produzidas pelo jornal Meio Norte em torno de um acontecimento, a inclusão escolar de surdos no Estado do Piauí.

Tomado como um objeto simbólico, linguístico e histórico, o texto produzido pelo jornal deve ser analisado sem se limitar ao sentido das palavras, mas no efeito de sentido produzido quando são movimentadas posições enunciativas, história, linguagem e memória do dizer (MARIANI, 1996).

Ao analista caberá “explicitar a determinação histórica dos sentidos e dos sujeitos, num vai-e-vem constante entre a descrição e a interpretação”; desconstruir, identificar as lacunas, as incongruências produzidas em determinado discurso, os efeitos que são produzidos ali no texto, se analisa a memória constitutiva ali, como isto está significando numa situação discursiva específica (as notícias sobre inclusão de surdos postas em circulação entre os anos de 2015 e 2016), num sujeito locutor específico (os jornalistas do MN) (ORLANDI, 2006).

O analista fará, portanto, a distinção dos gestos (movimentos) de interpretação que constituem os sentidos, os sujeitos e suas posições, sem se referir à intenção do autor, nem ao texto em si, mas, identificar um sujeito, no caso, o jornalista (em sua posição) que se constitui na interpretação, afetado pela língua e pela história (ORLANDI, 2014), “um sujeito que se

produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso)”, inscrevendo-se em determinada formação discursiva (ORLANDI, 2004, p. 49).

É válido ressaltar que, para a AD, a interpretação não se fecha; “temos a ilusão de seu fechamento quando na realidade só temos seus efeitos” (ORLANDI, 2004a, p.21), pois está situada no tempo, manifestando diferentes sentidos.

Explicitados os mecanismos de análise praticados em AD, faz-se presente a necessidade de estabelecer uma distinção entre a prática jornalística vista pelo viés discursivo, que toma a produção de notícia como um acontecimento, determinado por condições de produção específicas e a prática jornalística vista pela perspectiva comunicacional da linguagem, cuja produção de notícias se dá na forma de um relato de fatos empíricos (DELA-SILVA, 2015).

## 2 O JORNAL E SEU DISCURSO

### 2.1 A prática jornalística da perspectiva comunicacional

Os acontecimentos importantes sempre foram alvo da indústria jornalística, sendo, portanto, transformados em notícia e postos em circulação através dos diferentes dispositivos de informação (LAGE, 2001).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, década de 1930, iniciou-se uma revolução tecnológica-comunicacional, a partir de então, começou-se a falar em *Comunicação de massa* (MORIN, 1997). Neste cenário, o jornalismo se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo imediato (LAGE, 2003).

Lage (2011, p.50) ressalta que *massa*, corresponde a “um público desconhecido e indiferenciado”, dele se pretende obter “condutas desejáveis”, a notícia jornalística pode, portanto, funcionar como meio de manipulação e controle social.

Ao passar do modo artesanal para o modo industrial, a produção de notícia toma um novo formato, o jornalista, por exemplo, busca afastar-se de crenças e perspectivas individuais e busca revestir-se de impessoalidade (LAGE, 2001). Esta marca de impessoalidade se manifesta em um dos conceitos de notícia apresentados por Lages (2001, p. 53 *apud* AMARAL, 1969, p.60) quando a define como “Informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas”.

A linguagem jornalística, utilizada na produção de notícias, visa atingir maior aceitação social, busca fazer um equilíbrio entre o registro escrito formal, adotado pelo sistema escolar e característicos de grupos socialmente privilegiados, e o registro coloquial, mais simples, mais usado no cotidiano informal e, portanto, mais eficiente na comunicação (LAGE, 2003). Trata-se de uma linguagem predominantemente referencial que evita o uso de aferições que manifestem juízos de valor, prioriza a imparcialidade, afastando o emissor e o receptor, motivo pelo qual é recorrente o uso de terceira pessoa (LAGE, 2001).

Outra forma de conferir maior isenção no relato de fatos, além da estrutura da linguagem já informada, “é dar voz a todos os envolvidos através das citações e dos depoimentos”, (...) “sem privilegiar, favorecer ou prejudicar um lado em detrimento de outro” (ALVES FILHO, 2011, p.104-105).

No entanto, em Lage (2011), vemos que, apesar de toda a técnica investida, as notícias ainda ocultam os preconceitos e pontos de vista dos grupos sociais dominantes. Existe um compromisso ideológico, isto porque, a prática jornalística é um acontecimento registrado socialmente e historicamente. Nelas, tradições e costumes nacionais e coletivos são preservados (LAGE, 2003).

No geral, o que se espera do discurso jornalístico é uma estrutura linguística formal, uma posição de imparcialidade e um compromisso com a verdade no relato de acontecimentos que são postos em circulação no dia a dia em forma de notícia (MARQUES, 2008).

Ressaltamos que, quando falamos em acontecimento na área de comunicação social estamos nos referindo ao fato em si, a algo empírico, a um evento que, dependendo da relevância, será transformado em notícia na mídia (DELA-SILVA, 2015). Ao jornalista caberá, portanto, investigar causas e antecedentes para os fatos, interpretá-los e produzir “versões da realidade” (LAGES, 2001, p.52).

Pelo exposto, podemos resumir a prática jornalística, vista pela perspectiva comunicacional da linguagem, como sendo “o relato de um fato que, por seu presumível interesse jornalístico, receberia espaço na mídia, tornando-se de conhecimento público” (DELA-SILVA, 2015, p. 220).

Acrescentamos que, na produção deste relato, adota-se, tradicionalmente, uma visão estruturalista da linguagem, vista como algo transparente, capaz de transmitir mensagens a um público-alvo e produzir nele os efeitos desejados. Um fato é esse referente, sobre o qual a mensagem é gerada, para depois ser transmitida do enunciador para o público-alvo (DELA-SILVA, 2015).

Ao nos deslocarmos desta concepção comunicacional da linguagem para o viés discursivo, vemos que o conceito de discurso “não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (MALDIDIER, 2003, p.21) e é sobre esta percepção que explanaremos agora.

## 2.2 Acontecimento jornalístico como prática discursiva

Nesta pesquisa, considera-se que os discursos em circulação, quando produzidos pelo jornal, não se sustentam pelo relato de fatos concretos, mas por gestos de interpretação (DELA-SILVA, 2015).

Ao pensarmos, por exemplo, a inclusão educacional de surdos na sociedade piauiense,

transformada em notícia pelo Jornal Meio Norte, temos uma produção discursiva atravessada pela ilusão da transparência dos sentidos, como se estes fossem fechados e formulados num espaço discursivo logicamente estabilizado. Trata-se de uma ilusão necessária, de modo que há um esquecimento pelo sujeito jornalista da origem do seu dizer, como se a linguagem fosse transparente. Porém, este universo tido como lógico é, na verdade, atravessado por uma série de equívocos que a análise de discurso se propõe a investigar (PÊCHEUX, 2015).

O acontecimento jornalístico é, portanto, um discurso que se manifesta no encontro de uma atualidade (seu contexto imediato) e uma memória que ele convoca (PÊCHEUX, 2015, p. 19), ao contrário da transparência, caracteriza-se pela opacidade e, portanto, demanda interpretação (DELA-SILVA, 2015).

Neste sentido, a impressão de realidade que o jornalista tem ao produzir seu discurso é efeito da interpretação, que se dá na relação entre “o simbólico e o político” (ORLANDI, 2004, p. 42), “na ordem da língua enquanto estrutura, mas em sua indissociável relação com a história”, constituindo ao mesmo tempo sujeito e sentidos (DELA-SILVA, 2015, p. 216).

A produção discursiva da notícia, ou sua formulação, resulta de um gesto de interpretação do sujeito-jornalista, cujos efeitos de sentidos se produzem no jogo entre regularidades e rupturas, entre o mesmo e o diferente, resulta da relação permanente entre o interdiscurso e o intradiscurso (DELA-SILVA, 2015).

Em análise de discurso não se trata simplesmente de transmitir informações, pois, no funcionamento da linguagem, ou na produção de notícias, estão em relação sujeitos e sentidos “afetados pela língua e pela história”, ocorre, portanto, “um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2015a, p. 19), o discurso é visto como um acontecimento:

o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU E MALDIDIER, 2014, p. 172)

Dela-Silva (2015, p. 222-223) trabalha com a noção de acontecimento jornalístico, justamente por considerar que os dizeres da mídia não se constituem por “uma evidência em função de um fato”, mas resultam de um gesto de interpretação que se faz a partir de uma posição ideológica e não de outra, numa relação constante com as condições em que ele foi produzido.

Classificado como uma modalidade de *discurso sobre*, o discurso jornalístico é atravessado por discursos outros, ocupando uma posição intermediária entre um discurso-origem e um interlocutor (MARIANI, 1996, p. 64).

*Falar sobre*, tem como efeito imediato “tornar objeto aquilo sobre o que se fala”, provoca um efeito de distanciamento, no qual o jornalista aparece como observador imparcial, que, justamente por não participar da questão, pode emitir opiniões, formular juízos de valor (MARIANI, 1996, p. 64).

Porém, esta imparcialidade, como já informado, é apenas ilusória, já que a produção de sentidos para os fatos, ou a interpretação, enquanto mecanismo ideológico, se dá “a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal” (MARIANI, 1996, p.63).

Podemos concluir que evidência dos sentidos é produzida pela ideologia, e que o sujeito jornalista ao interpretar “é afetado pelo inconsciente, isto é, por meio da relação entre linguagem/interpretação/ideologia, o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência do que diz, esquece e significa” (COSTA, 2014, p.37).

Este mecanismo ideológico é uma condição necessária para que ocorra o processo de significação em toda forma de manifestação da linguagem, é “por meio dela que o sujeito dá sentido a um objeto, a um acontecimento, (...), como evidente” (COSTA, 2014, p. 36-37), permite, por exemplo, que o jornal se torne um “veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política” (MARIANI, 1996, p. 63).

Ao tomar como objeto a inclusão de surdos, o jornal produz notícias sobre a inclusão destes sujeitos, todavia, seus relatos só ganharão sentidos, “se conectados interdiscursivamente a um “já-lá” dos assuntos em pauta” (MARIANI, 1996, p. 64).

Ao analista caberá recuperar esta interdiscursividade, ou memória, “através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo” (MARIANI, 1996, p. 64).

Ao compreender o discurso jornalístico como acontecimento, o analista busca observar a sua interpretação, seus efeitos de sentidos, o modo como, ao se constituir (discurso), constitui os sujeitos do discurso, “num movimento constante entre repetições e rupturas” (DELA-SILVA, 2015, p.217).

Para análise do discurso, o jornal “se constitui como lugar de (re)afirmação de versões, de interpretações e de legitimação de discursos e compreensões” sobre acontecimentos, trata-se de “um lugar de memória, de disputas, de conflitos e de contradições”, cujos sentidos são

*relação à*<sup>10</sup>, “está sempre em relação com a exterioridade” (LOPES, 2009, p.26), seus sentidos estão sempre divididos, e é no gesto de interpretação do sujeito jornalista que eles tomam uma direção (ORLANDI, 2004).

Quando nos propomos a ler um arquivo, composto por notícias sobre a inclusão educacional do sujeito surdo postas em circulação por um jornal de grande abrangência no Estado do Piauí, tomamos como lugar de observação o próprio gesto de interpretação dos seus jornalistas, buscando compreender como o seu discurso significa, como as condições de produção (sujeito, situação imediata e contexto sócio-histórico), a memória e a ideologia são convocadas na produção de sentidos, buscamos identificar o que se mantém e o que se descola (ORLANDI, 2015a). Para isto, é necessária a construção de um dispositivo analítico, que ponha em funcionamento conceitos e procedimentos disponibilizados pela teoria do discurso, e que possam mediar a relação entre descrição e interpretação.

---

<sup>10</sup> Em seu texto “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux (2014, p. 66 *apud* G. Canguilhem, 1990, p.16-17) faz referência ao sentido, criticando “toda redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica ou mecânica”. Para o autor, quando se recorre às máquinas inteligentes é possível estabelecer relações entre os dados, mas não em relação ao que o utilizador se propõe, já que o sentido é “relação à”, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada”.

### 3 A LEITURA DO ARQUIVO

Tendo feito uma exposição teórica da Análise de Discurso, nos voltamos agora para AD enquanto prática, e como tal, ela disponibiliza procedimentos metodológicos que possibilitam a mobilização dos diferentes conceitos já apresentados, a fim de executar a análise do *corpus* delimitado (INDURSKY, 2013).

Em seu campo de análise, “a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros<sup>11</sup> discursivos, que formam uma memória sociohistórica” (PÊCHEUX, 2016, p. 146). O objeto da análise de discurso é justamente esta exterioridade, este corpo de traços inscritos em “corpora heterogêneos e estratificados, em reconfiguração constante” (PÊCHEUX, 2016, p. 146).

Para compreender o funcionamento destes traços languageiros externos na produção de sentidos de um discurso é necessário “reconhecer a materialidade da língua na discursividade do arquivo” (ORLANDI, 2004a, p.97), reconhecer que os fatos estão sujeitos à interpretação e que é possível ao analista fazer leituras, mas, antes, precisa fazer uso de um dispositivo de análise que lhe permita construir seu arquivo e chegar às análises das sequências discursivas.

Uma pesquisa de base discursiva, desenvolvida sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, inicia-se, portanto, pela constituição do *corpus*, para isto, o analista deve seguir critérios teóricos, que intervenham regendo a relação entre o analista e seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo e com a interpretação (ORLANDI, 2015a).

O *corpus* é instável e provisório, isto porque em AD trabalha-se com um *continuum* discursivo, não há início nem fim, mas estados de um processo discursivo (ORLANDI, 1998) que se estabelece “por uma relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2015a). Fala-se em exaustividade na análise, não no sentido de explorar um objeto em sua completude ou extensão, mas em relação aos objetivos da análise e à sua temática (ORLANDI, 1998).

Em Courtine (2009, p.77), são apresentadas duas formas de corpora em AD, os *corpora* de arquivos, “constituídos a partir de materiais preexistentes”, e os *corpora* experimentais, “que equivalem à produção de sequências discursivas por locutores colocados em uma situação experimental definida”. Em nosso empreendimento trabalharemos com o primeiro, denominado discursivamente de arquivo.

---

<sup>11</sup> Aspectos históricos e psicológicos que estão ligados à leitura de arquivo (PÊCHEUX, 2014, p. 57).



O arquivo, definido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 59), ou sobre um tema, trata-se de um “discurso documental, institucionalizado, memória que acumula” (ORLANDI, 2012, p. 59) que recebe tanto em sua constituição quanto ao ser analisado, uma organização, por meio de diferentes gestos de leitura (PÊCHEUX, 2014).

A perspectiva atual da AD não se assenta sob a evidência de uma materialidade arquivista, tomada como um “reflexo passivo de uma realidade institucional”, e sim em sua complexidade, admite-se que “o arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”, portanto, para compreender seu funcionamento faz-se necessária uma leitura que “traga à tona dispositivos e configurações significantes”, que considere sua abrangência social (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170), uma leitura interpretativa.

Pelo exposto, podemos concluir que o que interessa nos estudos de AD são os discursos em circunstâncias determinadas, preocupam-se com o uso social da língua, com o fato de se dizer uma coisa e não outra, diante de um conjunto de possibilidades. O discurso é, portanto, um acontecimento, aquilo que se realiza em torno de um tema específico (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014).

Se pensarmos os discursos sobre o tema “inclusão acadêmica dos sujeitos surdos” enquanto acontecimento, teremos, portanto, uma análise, não do que está posto como evidência na notícia, nem do fato histórico de surdos piauienses entrarem na universidade, mas uma análise do modo como este dizer, posto em circulação em forma de notícia, está ligado à uma memória, à outros discursos (interdiscurso) sobre inclusão de surdos que se entrecruzam em um momento dado, trabalha-se o trajeto temático, reconstrói-se os caminhos para se chegar a um acontecimento discursivo, e, principalmente, interessa-se pelo novo, o que mudou no discurso sobre a inclusão de surdos (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014; ORLANDI, 2004).

Henry (2014, p. 55) nos revela que “não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. O discurso corresponde a este espaço simbólico, passível de interpretação, marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio, é o lugar próprio da ideologia (ORLANDI, 2004). O gesto de interpretação, portanto, só é acionado porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pelo deslize, pela falha e pela relação com o silêncio (LOPES, 2009).

Buscando compreender o modo como estes gestos de leitura são praticados em AD, faremos uma distinção entre as noções de historicidade e compreensão. A primeira funciona

de modo a marcar a posição do analista de discurso em relação à do historiador, já que em AD a história é tomada, não como conteúdo, mas como efeito que participa da constituição dos sentidos (NUNES, 2007).

Neste sentido, tanto na construção do arquivo quanto na sua leitura, o analista trabalha com a historicidade, “observa os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstrói a noção de clareza e de certitude” (NUNES, 2007, p. 373), explicita o funcionamento de mecanismos ideológicos que se inscrevem no discurso (NUNES, 2007).

A compreensão, por sua vez, vista pela perspectiva histórico política, leva em consideração os conflitos de interpretação, atenta-se “para os vários direcionamentos de sentido que funcionam em um mesmo espaço discursivo” (NUNES, 2007, p. 375), considera o processo de significação no contexto da situação. Assim, compreender o funcionamento de um arquivo consiste em

observar os gestos de interpretação a partir das posições de sujeitos e, em seguida, mostrar as relações entre essas interpretações, identificando as filiações discursivas, as contradições, as retomadas e deslocamentos, enfim, explicitar o movimento dos sentidos e dos sujeitos (NUNES, 2007, p. 375).

Nesta conjuntura, entende-se que “toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue”, mostra-se como não transparente e deve articular-se em dispositivos teóricos (ORLANDI, 2015a, p. 23). A compreensão depende, então, da posição do analista frente ao dispositivo analítico que ele constrói sempre à luz da teoria do discurso (ORLANDI, 2015a).

Marques (2011) esclarece que as pesquisas na perspectiva da AD não dispõem de uma metodologia pronta, visto que o seu dispositivo analítico vai sendo construído pelo pesquisador a partir do contato com o objeto da pesquisa e de acordo com questão de pesquisa formulada pelo analista. Assim, “o objeto e as perspectivas da pesquisa que vão impondo a teoria” (MARQUES, 2011, p.62).

A construção deste dispositivo analítico se torna relevante por permitir uma intervenção na relação do pesquisador com os objetos simbólicos em análise, deslocando-o da posição do leitor para o lugar construído pelo analista (ORLANDI, 2015a). “Nesse lugar ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação” (ORLANDI, 2015a, p.59).

Para iniciar sua pesquisa e obter êxito, o analista tem a responsabilidade de formular a questão que desencadeia a análise e, a partir dela, construir seu dispositivo de análise, mobilizando rigorosamente conceitos e procedimentos específicos que são disponibilizados pela teoria e que podem ajudá-lo na mediação entre a descrição e a interpretação,

possibilitando a resolução de sua questão (ORLANDI, 2015a).

Este processo de compreensão, que envolve a construção do dispositivo analítico e a própria análise discursiva, segue algumas etapas ou percursos que permitem passar do texto ao discurso, conforme esquematizado abaixo:

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto (Discurso)
	para o	
2ª Etapa: Passagem da	Objeto Discursivo para	Formação Discursiva
	o	
3ª Etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: ORLANDI (2015a, p. 76).

A primeira etapa consiste em “converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em objeto teórico”, um objeto produzido a partir de uma abordagem analítica (ORLANDI, 2015a, p. 64), já que recorre à teoria, mais especificamente ao conceito de “Esquecimento de nº 2”, para desfazer-se da ilusão de que “aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela forma” (ORLANDI, 2015a, p. 76).

O corpus discursivo é constituído por diferentes sequências discursivas obtidas e organizadas por meio de recortes, formando uma unidade discursiva de análise (INDURSKY, 2013).

A noção de recorte foi formulada por Orlandi (1984) como “uma unidade discursiva de fragmentos correlacionados de linguagem e situação”, fala-se em “fragmento de situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14), isto porque, mais do que segmentar a frase, como fazem os linguistas, o analista de discurso delimita uma porção de linguagem sempre associada à sua exterioridade, à situação em que foi produzida.

Ao fazer recortes, o analista busca então “compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes” (LAGAZZI, 2009, p. 67), verificar porque certos sentidos ficam mais evidentes do que outros, fazer relações entre as sequências discursivas recortadas com uma formação discursiva de referência, “pensando as posições sujeito, delimitando as fronteiras (sempre porosas e instáveis) destas formações discursivas (FD)” (AIUB, 2012, p.75).

A partir de então, o analista é capaz de visualizar o funcionamento de outros conceitos, como, por exemplo, a relação do dito no texto com o que não foi dito, a existência de paráfrases, ou dizeres que já foram ditos e se mantêm nestes discursos.

Para Orlandi (2015a), o momento em que o analista identifica as formações discursivas e as relaciona às formações ideológicas que elas representam no discurso,

corresponde à segunda etapa da pesquisa, só então o analista atinge os processos discursivos que provocaram os efeitos de sentidos produzidos no texto, isto configura a terceira etapa do processo de compreensão apresentado Orlandi (2015a), é quando o analista pode finalmente apresentar suas conclusões, retomando, para isto, sua questão inicial.

Conforme já enunciado anteriormente, o principal neste processo analítico, é observar aquilo que falha, o equívoco, ou efeito metafórico, este “é o lugar da interpretação” (ORLANDI, 2015a, p.78), do funcionamento da ideologia, da historicidade, é quando as mesmas palavras significam diferente e acabam por remeter a discursos outros (região do interdiscurso), cujos sentidos derivam de formações discursivas, deixando escapar no discurso, ou texto, a formação ideológica dominante ali (ORLANDI, 2015a).

A partir do exposto e, com o objetivo de construir nosso próprio dispositivo analítico, lançamos a questão norteadora desta pesquisa: De que posição fala o sujeito jornalista, em qual formação discursiva se inscreve para enunciar sobre a inclusão educacional de surdos? Que efeitos de sentidos são aí produzidos, como a inclusão educacional de surdos é constituída no/pelo discurso do jornal Meio Norte?

Nosso arquivo é composto por exemplares discursivos de notícias sobre a inclusão educacional de sujeitos surdos na sociedade piauiense, as quais foram postas em circulação pelo Jornal Meio Norte nos anos de 2015 e 2016, tendo sido disponibilizadas para esta pesquisa pelo editor-executivo do Jornal Meio Norte em formato PDF.

É fundamental ressaltar que não temos a pretensão de esgotar a descrição e interpretação dos textos selecionados, já que, consoante Orlandi (2015a), todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo, “se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”, corresponde a um processo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes (ORLANDI, 2015a, p. 60).

Apresentaremos agora com maior detalhe a composição do nosso arquivo, iniciando pelo jornal de onde foram coletadas as notícias e em seguida o recorte feito para análise em nossa pesquisa.

### 3.1 Jornal Meio Norte

*Somos um jornal que está onde o povo está. Há mais de vinte anos transmitimos credibilidade e apontado nas pesquisas como o jornal mais completo e independente do Piauí. Único aferido pelo IVC com uma tiragem de 10 mil exemplares diários.*

*Sistema Meio Norte*

Integrante do Sistema Meio Norte de Comunicação, o Jornal Meio Norte, é apresentado na página eletrônica do grupo, <<http://sistemameionorte.com.br>>, como o maior do Estado do Piauí. Esta, e outras informações sobre o Jornal Meio Norte são disponibilizadas na mesma página. Além disso, em de junho de 2015, o próprio grupo publicou um vídeo em seu canal no YouTube<sup>12</sup> com duração de cinco minutos e sob o título “Jornal Meio Norte completa 20 anos na liderança do mercado”, nele, a estrutura e a história do jornal é contada por meio de depoimentos, dados estatísticos e imagens.

Foi principalmente nesses dois espaços, no portal do Grupo Meio Norte e no vídeo em homenagem aos 20 anos do Jornal Meio Norte, que coletamos as informações postas aqui, repito, características, percursos e avanços do jornal contados pelo próprio grupo que a faz circular, um acontecimento discursivo que, tal como defendia Paul Henry (1994), reclama por interpretação.

Iniciaremos nossa exposição pelas informações disponibilizadas na página do Sistema Meio Norte de Comunicação, nela os quatro produtos ofertados pelo sistema são apresentados, a Televisão (Rede Meio Norte), as rádios (Meio Norte FM e Boa FM), o portal de notícias na internet (MEIONORTE.COM) e o Jornal Meio Norte, em suas versões escrita e digital, sobre o qual manteremos o foco.

Logo que clicamos no link destinado às informações sobre o jornal, nos deparamos com esta página:

**Figura 1 – Página de Apresentação do Jornal Meio Norte.**



**Fonte: Site do Sistema Meio Norte de Comunicação<sup>13</sup>**

Algo que chamará logo a atenção do leitor é o enunciado em destaque, que apresenta o jornal como “o maior do Piauí”. Esta produção, mesmo estando isolada na página, ganha espessura pela repetição, já que aparece de diferentes formas no mesmo portal, bem como em outros espaços discursivos, como no caso do vídeo que

<sup>12</sup> O vídeo está disponibilizado no canal do Portal Meio Norte sob o endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=wZbQalhABQM>

<sup>13</sup> Disponível em: <http://sistemameionorte.com.br/jornalmeionorte.html>.

utilizamos também para compor nosso arquivo, feito em homenagem aos 20 anos do jornal. Como constatação deste processo, que à luz da teoria podemos chamar de parafrásticos, temos as seguintes sequências discursivas (SDs):

SD 1- [líder de mercado]

SD 2- [jornal mais completo e independente do Piauí]

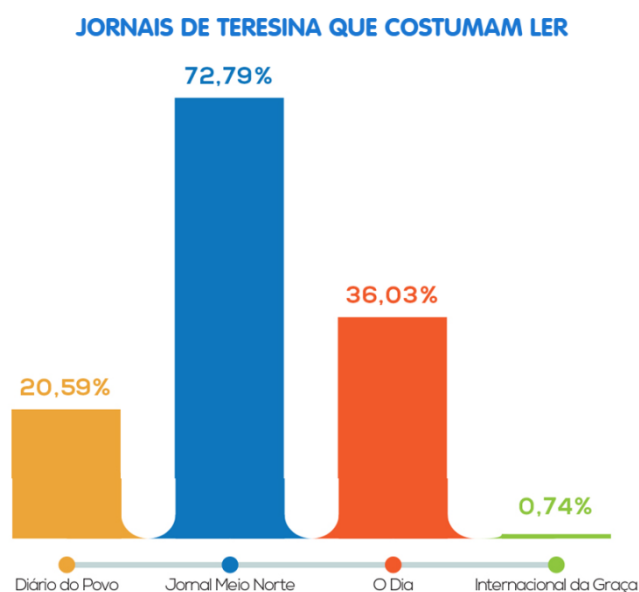
SD 3- [único com aferição do IVC<sup>14</sup>]

SD 4- [A tiragem de 10 mil exemplares é a maior do Estado]

SD 5- [o Jornal Meio Norte é o mais lido, o que tem mais cadernos]

Todas estas discursividades (SD1-SD5) sustentam a posição de liderança do Jornal no Estado do Piauí, os próprios dados estatísticos, expostos de maneira gráfica se colocam como uma forma de relatar o mesmo, a grandiosidade do jornal em relação a outros em circulação no mesmo Estado. Isto pode ser observado no gráfico contendo os dados de aferição do ICV:

**Figura 2 – Ranking dos jornais mais lidos no Piauí.**



Fonte: Site do Sistema Meio Norte de Comunicação<sup>15</sup>.

A página fornece ainda informações que permitem ao leitor conhecer um pouco mais da história do jornal, sua origem e sua evolução como empresa do ramo da informação.

Lançado em 1º de janeiro de 1995, o jornal Meio Norte apresenta-se ao público leitor como um “sujeito” jovem, com 22 anos; ousado, sendo o primeiro a circular na capital do

<sup>14</sup> O IVC Brasil é uma entidade nacional sem fins lucrativos responsável pela auditoria multiplataforma de mídia. Seu objetivo é fornecer ao mercado dados isentos e detalhados sobre comunicação, incluindo tráfego web, tanto de desktops quanto de smartphones, tablets e aplicativos, bem como circulação, eventos, e inventário e campanhas de mídia out of home. Fonte: <https://www.ivcbrasil.org.br/#/home>

<sup>15</sup> Disponível em: <http://sistemameionorte.com.br/jornalmeionorte.html>.

Piauí às segundas-feiras; conectado às novas tecnologias, dispõe de uma versão online e atento às necessidades do leitor, sendo o primeiro também a oferecer ao leitor suplementos e cadernos para públicos específicos como o Infantil, o For Teens (para adolescentes), Notícia da TV, Negócios e Vida.

Instalado à Rua Professor Alceu Brandão, 2750, no bairro Monte Castelo, na Zona Sul da capital, Teresina, o Jornal Meio Norte, é vizinha de outras grandes emissoras de TV do Estado do Piauí, conforme se pode observar facilmente numa consulta ao GoogleMaps. Além disso, de acordo com informações disponibilizadas pela prefeitura de Teresina, o bairro Monte Castelo, ocupa uma região considerada central na cidade Teresina, em 2010, chegou a ser o bairro mais populoso da cidade, com 10.981 pessoas, ou seja, 1,43 % do total de moradores da cidade. O bairro é atravessado por importantes vias como Av. Barão de Castelo Branco, Avenida Professor Valter Alencar, Avenida Odilon Araújo e Rua Dr. Area Leão, por meio das quais se têm acesso aos principais centros comerciais da cidade. Isto atribui ao “jovem jornal” mais uma qualidade, é acessível, tem como sede um espaço onde a população circula, mas também onde estão diversas empresas e, portanto, potenciais consumidores de seu produto.

Em uma visita feita pelo pesquisador ao próprio jornal, foram disponibilizadas por escrito outras informações sobre o jornal, como o fato de terem lançado em 2016, sua versão online completa, por meio da qual antecipa para os assinantes o conteúdo que estará na edição impressa do dia seguinte. Durante as 24 horas do dia, os jornalistas alimentam o endereço <[www.jornalmeionorte.com](http://www.jornalmeionorte.com)> com informações, vídeos e galerias de fotografias, ampliando o conteúdo do impresso.

O trabalho realizado por este jornal, segundo seu editor-chefe, lhe rendeu prêmios, tais como: Jornalista Paulo de Tarso Moraes, Jornalista Carlos Castelo Branco, Prêmio de Jornalismo do Banco do Nordeste, de Meio Ambiente da Semar e da Andes, entre outros. Segundo o Instituto Piauiense de Opinião Pública (Ipop)<sup>16</sup>, o Meio Norte domina o mercado, com quase 80% da preferência dos leitores.

Pêcheux (1990) esclarece que quando o sujeito jornalista reforça certas potencialidades, ou prioriza certas informações, em detrimento de outras, ele age em função de um jogo de projeções imaginárias que o fazem refletir sobre si e sobre o outro, no caso o leitor.

---

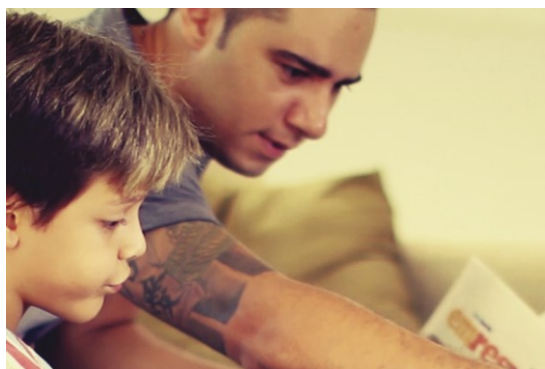
<sup>16</sup> Esta informação foi fornecida pelo próprio Jornal num arquivo escrito e entregue diretamente à pesquisadora.

Deste modo, apesar de que em seu portal, o jornal não faz menção ao perfil do seu público leitor, podemos inferir que, por meio de um jogo de projeções imaginárias, todas essas características apresentadas do jornal, como jovem, ousado, conectado, etc., refletem a imagem que o jornal acredita que o público espera dele, podendo ser também esta a imagem que o jornal tem do seu público. É o que o jornal deixa escapar, não só no texto escrito, mas nas imagens de leitores, jovens, que aparecem no portal:

**Figura 3 – Leitor do Jornal Meio Norte**



**Figura 4 – Leitores do Jornal Meio Norte**



Fonte: Site do Sistema Meio Norte de Comunicação. Disponível em: <<http://sistemameionorte.com.br/jornalmeionorte.html>>.

No portal é relatado ainda que o jornal conta com 40 profissionais, que juntos trabalham na produção de três cadernos diários, classificados com conteúdo editorial, e seis cadernos semanais (Vida, Inside, Infantil, Piauí, Notícia da TV e For Teens), apresentando uma tiragem de 10 mil exemplares, distribuídos pelos 224 municípios piauienses, além de circular no leste do Estado do Maranhão, em Brasília e nas principais capitais brasileiras.

Como já mostramos no gráfico, o ICV atesta que a preferência do público leitor pelo Jornal Meio Norte chega a 70%.

Em Mariani (1996, p. 64 ) vimos que, como uma modalidade de *discurso sobre*, o discurso jornalístico “tem como característica atuar na institucionalização social dos sentidos”, “(...)contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória”.

Em nosso gesto analítico vemos que o modo como o Jornal Meio Morte produz discursos sobre sua própria história, apresentando acontecimentos específicos, demonstrando dados, imagens é um modo de “cristalizar”, ou disciplinar uma memória positiva sobre o jornal, capaz de interferir futuramente na escolha deste jornal em detrimento de outros.

Outra característica atribuída ao discurso jornalístico é apresentada por Mariani (1996, p. 65 *apud* BEACCO; MOIRAND, 1995), trata-se da semelhança que tem com os discursos pedagógicos, “em sua forma mais autoritária”, isto porque, ao informar sobre acontecimentos,



estes discursos são constituídos de esquemas, desenhos, definições, estatísticas ou citações de autoridades, acabam revestindo seu discurso de verdades, é como se os fatos falassem por si, no entanto, sabemos que eles sempre passam pela interpretação do sujeito-jornalista, o que se produz, na verdade, é uma ilusão de objetividade.

Mas, se o ponto forte da Análise de discurso é identificar os pontos de deriva, buscamos identificar no texto o que pode funcionar como falha durante o processo de constituição dos sentidos, ou seja, o que escapa ao sujeito enunciador, ou mesmo o que ele silencia.

Mariani (1996, p. 67) apresenta algumas propriedades que sempre se manifestam nos discursos jornalísticos, sobretudo dos principais jornais, uma dessas propriedades, “o efeito de literalidade, decorrente da ilusão da informatividade”, o efeito de verdade, que se dá sobretudo, em função de uma postura imparcial do jornalista no processo de produção da notícia.

Indursky (2013), analisando o discurso da ditadura militar brasileira, trabalha com a noção de *quarta pessoa discursiva*, de origem psicanalítica, mas que se desloca para o campo da análise de discurso. Ela ocorre no discurso quando “o sujeito do discurso simula sua ausência da materialidade discursiva, representando-se por “ele” ou “se” (INDUSKY, 2013, p. 96). Ao simular o seu apagamento e o não preenchimento da forma-sujeito, se produz a “ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que o constrói” (INDUSKY, 2013, p. 97), trata-se, portanto, de uma marca de impessoalidade, um distanciamento entre o sujeito enunciador e o dito, “através dela o sujeito representa-se como se fosse o outro” (INDUSKY, 2013, p. 94).

A partir do funcionamento desta quarta pessoa no discurso constrói-se o efeito de palavra final, verdadeira, uma forma de validação do dizer que lhe é aparentemente externa. Deste modo, ao pensarmos os discursos produzidos por jornalistas do Meio Norte, pudemos observar o funcionamento deste conceito, representados nos recortes de sequências discursivas apresentadas abaixo:

- SD 6 - [**Surgimos** no dia 1º de janeiro de 1995. Em menos de um ano, **ele** tornou-se líder de mercado]
- SD 7 - [2016 **completamos** 21 anos de circulação]
- SD 8 - [**A nossa** rapidez da atualização de notícias, coloca o nosso jornal em destaque no Nordeste e em outros lugares do Brasil.]
- SD 09 - [**Contamos** com 40 jornalistas, incluindo referências em suas áreas de atuação.]

SD 10 - [**Nós somos** o único jornal aferido pelo IVC, o Instituto de Verificação de Circulação. **Está** atestado que **somos** o jornal de maior circulação do Estado do PI e com até 70% de preferência do público. **É** o jornal que **chega** mais longe]

Observe que, ao configurar-se como “nós” (SDs 6-10), o sujeito enunciador assume a posição da instituição (jornal), adere ao discurso, apresenta-se como aquele se orgulha da história de sucesso que vem sendo construída ao longo de 21 anos de funcionamento.

SD 8 - [**A nossa** rapidez da atualização de notícias, coloca o nosso jornal em destaque no Nordeste e em outros lugares do Brasil.]

SD 09 - [**Contamos** com 40 jornalistas, incluindo referências em suas áreas de atuação.]

SD 10 - [**Nós somos** o único jornal aferido pelo IVC, o Instituto de Verificação de Circulação.]

Por outro lado, mesmo sabendo-se que o sujeito sobre o qual se fala coincide com o sujeito enunciador (os próprios jornalistas do Meio Norte falando de sua atuação), na substituição do “nós” por “ele”, ou seja, ao configurar-se em quarta pessoa discursiva, tem-se como efeito, um afastamento (apenas aparente) do sujeito-jornalista de seu dizer, quando se provoca a indeterminação do sujeito é quando se constrói o efeito de palavra final.

SD 6 - [Em menos de um ano, **ele** tornou-se líder de mercado]

SD 10 - [**É** o jornal que **chega** mais longe]

Portanto, quando se diz “**Ele** tornou-se líder de mercado”, esta quarta pessoa discursiva, “Ele”, permite que o sujeito fale de si como se falasse de um outro.

Tomando agora o vídeo produzido pelo grupo Meio Norte em homenagem aos seus 20 anos, como local de observação do discurso, observamos o uso de dois depoimentos. No primeiro, o editor chefe do jornal, Arimatéia Carvalho, fala das conquistas e do crescimento do jornal; no segundo, o diretor de jornalismo do Sistema Meio Norte de Comunicação, José Asmando, afirma que o jornal “consolidou-se como o maior formador de opinião do Piauí”, que em sua produção primam pela responsabilidade na informação e que busca oportunizar “que todas as pessoas envolvidas em determinado fato sejam sempre ouvidas”.

O vídeo conta ainda que, para celebrar o seu aniversário, o jornal meio norte trouxe à Teresina o espetáculo “Lago dos Cisnes”, produzido pela companhia de balé da Rússia, apresentada no vídeo como “a maior companhia de balé do mundo”. O jornalista entrevistado ressalta, “nós conseguimos inserir o Piauí nesse roteiro”.

Em seu portal<sup>17</sup>, o grupo publicou a seguinte notícia “Jornal Meio Norte celebra 20 anos com Balé da Rússia”, nela, o editor-chefe do jornal, Arimatéa Carvalho, afirma que “o grande presente pela passagem da data será para os piauienses que consomem o que é produzido e veiculado no jornal”. É válido ressaltar que, para participar da atração em Teresina, era necessário adquirir ingressos que, com desconto de 52%, custavam R\$ 144,00, conforme anúncio publicado em um dos canais de venda de ingresso, o site peixe urbano<sup>18</sup>. Porém, mesmo não sendo divulgado no site do jornal o valor exato do ingresso em Teresina, em consulta a anúncios desta turnê divulgados em outros estados brasileiros, vimos que eles chegam a custar R\$ 400,00, conforme divulgado na página do G1<sup>19</sup> da Paraíba: “Os ingressos já estão sendo vendidos na bilheteria da casa de shows por R\$ 400 (inteira, premium), R\$ 200 (meia, premium), R\$ 300 (inteira, especial), R\$ 150 (meia, especial), R\$ 200 (inteira, superior) e R\$ 100 (meia, superior) (G1 PB)”.

Não surpreende o valor elevado dos ingressos, por sabermos que o espetáculo Lago dos Cisnes é uma apresentação própria da cultura erudita, uma “cultura direcionada aos letrados, aos burgueses, pertencentes a uma classe social, também definida e caracterizada pelo modo de produção capitalista que são os proprietários dos meios de produção” (JOHN et al, 2009 *apud* BREGUEZ, 2005).

Observe que, quando o editor-chefe do jornal enuncia que a atração será “para os piauienses que consomem o que é produzido e veiculado no jornal” e esta atração é de um dos mais consagrados espetáculos de balé clássico, por analogia, a produção de sentidos aí evidenciada é a de que a imagem de público leitor construída pelo discurso dos jornalistas é a de indivíduos de uma classe social mais sofisticada, da qual participam aqueles que têm certo nível de instrução, estudo e formação, os que podem pagar pelo ingresso.

Por fim, é com imagens do espetáculo “O Lago dos Cisnes” que o vídeo analisado, feito em homenagem aos 20 anos do Jornal Meio Norte, se encerra.

### 3.2. O recorte

Vimos que os trabalhos em AD iniciam pela leitura do arquivo, nesta pesquisa, um arquivo documental digital de edições do Jornal Meio Norte, a partir do qual nosso *corpus* analítico foi delimitado.

---

<sup>17</sup> Disponível em <<https://www.meionorte.com/noticias/jornal-meio-norte-celebra-20-anos-com-bale-bolshoi-271093>>. Acesso em 27 de Abril de 2018.

<sup>18</sup> Disponível em <<https://www.peixeurbano.com.br/teresina/ballet-nacional-da-russia/o-lago-dos-cisnesbhde>>. Acesso em 27 de Abril de 2018.

<sup>19</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/companhia-de-bale-russo-apresenta-o-lago-dos-cisnes-em-joao-pessoa.html>>. Acesso em 27 de Abril de 2018.

Por se tratar de uma disciplina de interpretação, em AD, as análises são feitas pelo gesto do analista, que faz uso do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso para fazer os recortes das sequências discursivas, identificando as formações discursivas, compreendendo os processos discursivos, os efeitos de sentido, num vai e vem constante entre teoria e arquivo. Porém, durante seu trabalho de pesquisa, o analista deve estar ciente “de que não existe um esgotamento para leitura de arquivo, mas, em dado momento, é preciso encerrar este gesto de retorno” (AIUB, 2012, p.70).

Assim como descrito por Aiub (2012), nossa análise se iniciou pela busca no arquivo digital disponibilizado pelo jornal Meio Norte por notícias relacionadas às pessoas com surdez; em seguida, a partir de suas leituras, foram delimitadas 15 notícias que tratavam especificamente sobre a inclusão educacional de surdos, destas chegamos às sequências discursivas, e em nossa análise, buscamos relacioná-las aos saberes próprios de cada formação discursiva identificada, no caso, a formação discursiva surda e a formação discursiva ouvintista.

O ano de 2015 é representativo pra comunidade surda brasileira, aliás, para as pessoas com deficiência de um modo geral, isto porque marca uma década desde que o Governo Federal aprovou o Decreto 5.626/2005<sup>20</sup>, determinando que as instituições públicas de ensino se adequassem aos critérios legais de inclusão do sujeito surdo; é também o ano de publicação do “Estatuto da pessoa com Deficiência”, instituído pela Lei nº 13.146/2015, conforme consta em seu Art. 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL<sup>2</sup>, 2015).

A disponibilização das notícias em PDF facilitou a seleção, visto que o formato eletrônico permitiu ter acesso às notícias e a filtragem daquelas que tinham relação com o tema em análise. Para isto, utilizou-se um recurso computacional disponibilizado pelo próprio programa Adobe Acrobat Reader<sup>21</sup>, que é disponibilizado gratuitamente na internet.

Inicialmente, pensávamos em compreender o modo como o sujeito surdo é constituído no Piauí pelo discurso do jornal Meio Norte. Porém, diante das inúmeras possibilidades de

---

<sup>20</sup> Este decreto regulamenta a Lei 10.436/2002 que reconhece o uso da Libras como meio legal de comunicação dos sujeitos surdos, além do Art. 18 da Lei nº 10.098/2000 que trata da Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.

<sup>21</sup> Por meio da função (Shift + Ctrl + F) é possível pesquisar textos dentro de vários arquivos PDF de uma só vez (tutorial Adobe Reader).

análise que este tema permite fazer, e, após leitura das diversas notícias que envolviam o sujeito surdo neste período, optamos por investigar um acontecimento marcante e o mais noticiado pelo jornal neste período, a educação de surdos do Piauí. Além disso, incluímos em nosso recorte notícias que de alguma forma possuem relação com situação educacional de surdos, como capacitações de profissionais para atuar na área e acesso de pessoas com surdez ao mercado de trabalho. Estas notícias estão abaixo apresentadas, organizadas por data, caderno e título.

**JORNAL MEIO NORTE  
(ANO 2015)**

	<b>DATA</b>	<b>CADERNO</b>	<b>TÍTULO</b>
01	07/06/2015	Theresina	Superando as barreiras do som
02	17/07/2015	Theresina	Deficientes auditivos são aprovados no vestibular da UFPI
03	19/07/2015	Theresina	Jovens são exemplos de superação no Piauí
04	21/07/2015	Theresina	Alunos fazem matrícula na UFPI
05	17/09/2015	Capa Theresina	Uso de Libras gera inclusão - Os sinais que incluem - Libras: um diferencial no mercado de trabalho
06	20/09/2015	Infantil	Aulas são gratuitas
07	12/11/2015	Educação	Educação especial já inclui mil alunos

**JORNAL MEIO NORTE  
(ANO 2016)**

	<b>DATA</b>	<b>CADERNO</b>	<b>TÍTULO</b>
08	29/01/2016	Campus	Uespi oferece curso de Libras através do Life
09	27/03/2016	Theresina	Comunidade surda sofre pela falta de intérpretes
10	20/04/2016	Educação	Comunidade aprende língua de sinais
11	13/06/2016	Theresina	Deficientes auditivos integrados nas escolas
12	26/06/2016	Theresina	Piauí tem primeira surda a conquistar diploma - Avanços na educação para surdos
13	26/06/2016	Tv/ de bem com a vida	De bem com a Educação
14	14/07/2016	Educação	- Aluno é aprovado em 1º lugar na Ufpi - Avanços na educação inclusiva do Piauí
15	27/09/2016	Theresina	Surdos ainda sofrem com acessibilidade

#### 4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Em AD, quando se trabalha com o texto, não se pode tomá-lo como unidade linguística fechada em si mesma, sua compreensão dependerá de sua relação com um conjunto de outros discursos possíveis em condições de produção definidas (PÊCHEUX, 1997).

Pensando explicar o funcionamento do discurso e apresentar os diferentes elementos estruturais que compõem as condições de produção do discurso, Pêcheux (1997), trabalhando com a noção de discurso enquanto “efeito de sentidos entre locutores A e B” (PÊCHEUX, 1997, p. 82), esclarece que estes locutores não são uma presença física de organismos humanos, são lugares constituídos no interior de uma formação social, como exemplo cita a esfera da produção econômica, que é constituída pelo lugar do patrão, do funcionário, do operário, etc., cada um apresentando certas propriedades que os diferenciam (PÊCHEUX, 1997).

É no processo discursivo que estes lugares estão representados, manifestando-se como uma série de “formações imaginárias” que os interlocutores fazem do seu lugar e do lugar do outro, de modo que cada interlocutor fala a partir das antecipações que faz das representações do receptor e esta imagem do outro se constrói antes, em outro lugar, pelo que já foi dito sobre todos estes lugares, por exemplo, o professor já tem uma representação do aluno e enuncia a partir desta representação (PÊCHEUX, 1997).

Courtine (2009), tratando da noção de condições de produção, esclarece que ela já circulava em estudos voltados à análise das condições de produção dos textos pela psicologia social. Ressalta também que, de forma mais indireta, a sociolinguística, trabalhando com as variações linguísticas, levava em consideração em suas análises, por exemplo, o estado social dos interlocutores e a situação da comunicação, admitidos como condições de produção do discurso. O autor faz menção ainda aos trabalhos de Harris, que, apesar de fazer uso do termo “situação”, quando trabalhando com discursos, buscava delimitar as frases que pertencessem a uma mesma situação ou buscava relacionar características de um enunciado às de seu locutor em situações de interação condicionadas socialmente. Deste modo, as três áreas citadas, já pensavam a questão da linguagem relacionando-a com os sujeitos em suas condições sociais. O autor conclui que a noção de condições de produção do discurso é um dos conceitos que melhor representa o deslocamento que a AD fez em relação às áreas da Linguística e das Ciências Humanas e Sociais, isto porque, em linguística pensava-se a linguagem em sua relação com o sujeito, mas desconsiderava a base material, a língua. Por outro lado, a

Linguística debruçava-se sobre esta base, mas lhe faltava uma teoria do sujeito.

É, portanto, somente nos trabalhos de Pêcheux que a definição de condições de produção (CP), à qual nos filiamos, foi formulada. Para o autor, à luz dos trabalhos de Althusser, o lugar que o sujeito ocupa no processo discursivo é determinado por uma força externa, capaz de intervir na formação discursiva deste sujeito, na conjuntura social em que ele está inserido num dado momento, uma formação ideológica (COURTINE, 2009).

Pêcheux (1973, p. 215), buscando esclarecer o conceito de produção que ele aplica em sua teoria, explica que “o termo “produção” pode ser usado pelos linguistas ou pelos psicolinguistas para falar da produção de uma frase ou de uma expressão”; pode referir-se à produção econômica de um produto e, enfim, no sentido que emprega, já trabalhado também por Althusser, o de produção de um efeito, trata-se de algo que intervém nas relações de produção a nível político e ideológico.

Orlandi (2015a), retomando esta noção proposta por Pêcheux, apresenta que as condições de produção do discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2015a, p. 28). Na mesma obra, ao analisar a formulação “vote sem medo”, escrita com letras brancas em uma faixa com fundo preto e posta na entrada de um campus universitário, Orlandi (2015a) faz distinção entre as condições em sentido estrito (contexto imediato) e em sentido amplo (condições sociohistórica e ideológica).

Por contexto imediato a autora compreende o campus onde a faixa foi exposta, os sujeitos que a assinam (funcionários e docentes), o momento das eleições no campus universitário e o próprio uso da faixa. Por contexto amplo entende tudo que já está constituído em sociedade sobre a política da Universidade e seu regime de eleições, além do conhecimento que já é trazido pela história sobre, por exemplo, os sentido das cores utilizadas, branca em fundo preto, que, segundo a autora, traz à memória as cores do fascismo, da direita. Memória, em AD, funciona como o interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2015a, p. 29), o já dito que sustenta cada tomada de palavra.

É com base nestes conceitos que passamos a apresentar as condições de produção do acontecimento discursivo noticiado pelo Jornal Meio Norte sobre a inclusão educacional de sujeitos surdos.

Iniciaremos, pelo contexto imediato, os jornalistas do Meio Norte, enunciando a partir de fatos relacionados à educação de surdos ocorridos no Estado do Piauí nos anos de 2015 e 2016, a maioria ocorridos na capital, Teresina. Trata-se de notícias formuladas a partir de

acontecimentos considerados relevantes para a sociedade piauiense, como por exemplo, o número de aprovações de surdos em vestibulares de uma universidade pública, ou ainda a crescente demanda e oferta de cursos de Libras em instituições públicas do Estado.

Buscando compreender as condições de produção dos discursos do Jornal Meio Norte sobre a inclusão educacional dos surdos serão aferidos aspectos sociohistóricos do período, a fim de obter informações que possam contribuir na identificação das posições políticas assumidas pelo jornal, apresentaremos, portanto, as condições de produção em sentido amplo. Consideramos, para isto, que tudo o que se identifica em uma instituição hoje, neste caso, os efeitos de sentido produzidos no discurso do jornal Meio Norte, é o resultado do que se legitimou historicamente em suas práticas discursivas, dito de outro modo, “para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Por esse motivo, buscamos resgatar, na história, acontecimentos anteriores que atravessam os discursos e que definem os posicionamentos políticos de uma instituição (MARIANI, 1999; ORLANDI, 2015a, p.31).

Mas, para se chegar a estas inferências faz-se necessário percorrer a trajetória sócio-histórica e ideológica de constituição do jornal Meio Norte e da inclusão de surdos no Estado do Piauí para, então, chegarmos ao processo de constituição dos sentidos das notícias analisadas.

#### 4.1 Conjuntura sócio-política do Piauí e sua relação com a imprensa (2015/2016)

Desde sua origem, ainda no Brasil Império, a maioria dos impressos produzidos no Piauí estava vinculada a forças políticas, que por sua vez, eram estruturadas a partir de relações familiares. Família, imprensa e estado se confundiam neste período, fato relatado em Epitácio e Resende (2015), Leal (2001) e Moura (2012) ao percorrerem a trajetória de constituição da política e da imprensa piauienses.

Em Epitácio e Resende (2015), temos uma evidência desta relação de poder que os interesses familiares exerciam sobre as decisões políticas, trata-se da deliberação de Manuel de Sousa Martins em aderir à luta pela Independência, após ser vencido nas eleições de 07 de abril de 1822 para presidência da Junta Governativa da Província do Piauí. A decisão foi considerada, portanto, exclusivamente pessoal e familiar e sem qualquer comprometimento político e partidário.

Foi também para transmissão de informações oficiais que, no governo de Sousa



Martins, se criou em 1832<sup>22</sup>, na cidade de Oeiras, então capital, o primeiro jornal do estado, O *Piauiense*, posto em circulação a primeira vez em 15 de agosto do mesmo ano. Mais tarde, em 1839, com *O Telégrafo*, o uso da imprensa para atender a questões pessoais se torna mais claro, pois, ainda no poder de Sousa Martins, esse jornal era utilizado para manter a opinião pública ao seu lado durante a Balaiada<sup>23</sup>.

A educação superior no Estado era acessível apenas aos filhos de fazendeiros, realizadas primeiramente em Coimbra, em seguida nas cidades de Recife e Salvador, após a criação das faculdades de direito e medicina na década de 1820, de onde a maioria retornava para atuar na política, garantindo continuidade dos interesses de suas famílias, e também na imprensa. Os demais, membros de famílias com menor poder aquisitivo, concluíam a educação secundária com o a participação de professores particulares, ou em colégios militares ou em seminários (EPITÁCIO; RESENDE, 2015; RÊGO, 2001).

A partir de então, a trajetória da imprensa segue atendendo principalmente aos interesses políticos, representados durante o Segundo Reinado (1840-1889), pelos partidos Conservador, Liberal e, mais tarde, o Republicano. Por outro lado, a esfera política foi se desenvolvendo ainda sob o domínio de grupos familiares que iam se mantendo no poder.

Toda a tradição que mantinha a representação política do Estado sob o domínio de poucas famílias elitistas divididas, entre os partidos políticos PFL e PMDB, foi quebrada no ano de 2002, quando o atual governador, Wellington Dias derrotou Hugo Napoleão nas eleições. Este acontecimento é comparado em Epitácio & Resende (2015) à batalha de Waterloo<sup>24</sup>, já que, assim como ocorreu na Europa, marca um momento de grande mudança no cenário político Estadual e Nacional. O Partido dos Trabalhadores (PT) assume as lideranças nacional, com a posse de Luiz Inácio “Lula” da Silva, e estadual, com José Wellington Barroso de Araújo Dias.

A popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no cenário nacional, sobretudo em virtude dos benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, assim como a administração dos recursos públicos no Piauí, parte aplicados em obras de melhoria de infraestrutura realizadas principalmente no interior do Estado pelo governador Wellington Dias, favoreceram a reeleição deste governador nas eleições de 2006 (FREITAS, 2010).

---

<sup>22</sup>Mesmo ano em que as mulheres adquiriram o direito de votar no Brasil.

<sup>23</sup>Movimento popular iniciado no Maranhão em 1838, e apoiado pelos piauienses insatisfeitos com o governo ditatorial de Sousa Martins (MEIO NORTE, 09/09/2009).

<sup>24</sup>A batalha de Waterloo, ocorrida em 18 de Junho de 1815, marco final da hegemonia francesa sobre a Europa, representa o fim da trajetória política de um dos maiores comandantes militares já conhecidos, Napoleão Bonaparte (FERREIRA, 2013).

Além dos pontos já citados, o governo estadual destacou-se no cenário nacional por sua atuação em serviços de inclusão da pessoa com deficiência, sobretudo encabeçadas por Rejane Dias, esposa do governador, das quais ganha destaque a construção do Complexo Estadual de Reabilitação em Saúde e Educação Daniely Dias, inaugurado em 05 de maio de 2008 numa parceria entre os governos estadual e federal. O complexo é composto pelo CEIR (Centro Integrado de Reabilitação), que realiza atendimentos de média e alta complexidade voltados para pessoas com deficiência no Piauí, e pelo CIES (Centro Integrado de Educação Especial) que assiste pessoas com deficiência tanto na área da saúde como no segmento educacional (COSTA, 2008).

As ações voltadas ao atendimento às pessoas com deficiência renderam ao Estado o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, o primeiro da história concedido a um órgão, instituição ou personalidade do Estado do Piauí. Na ocasião, em Brasília, Rejane Dias, então Secretária Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência preferiu as seguintes palavras:

O estado do Piauí pela primeira vez ganha um prêmio de Direitos Humanos, como reconhecimento na garantia dos direitos da pessoa com deficiência. O que nós estamos fazendo na verdade é reescrevendo uma nova história como foi dito pelo ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, na defesa dos direitos da pessoa com deficiência na perspectiva maior dos direitos humanos. Só tenho é que agradecer a Deus, minha equipe, ao povo do Piauí, as entidades e movimentos sociais também estão conosco e de forma muito especial a minha filha Danielly (que tem deficiência mental) (COSTA; ELZA, 2008).

No ano de 2015, Wellington Dias foi empossado para exercer o seu terceiro mandato como governador do Estado. Sua vice, a advogada Margarete Coelho, se tornou a primeira mulher a assumir o cargo no Estado. Filiado ao partido dos trabalhadores, Wellington desenvolveu sua campanha em parceria com a candidata à reeleição Dilma Rousseff, mantendo a proposta de crescimento que também trazia em seus últimos mandatos (MAGALHÃES et al, 2015).

Mesmo diante da turbulência que afetava o cenário político e econômico nacional, nos anos de 2015 e 2016, como o escândalo de corrupção denunciado pela operação lava jato, além dos rumores de pedaladas fiscais envolvendo a presidente, que mais tarde resultaria em seu impeachment, o governo do Estado do Piauí entregou importantes obras e promoveu ações de incentivo à educação inclusiva (AGÊNCIA SENADO, 2016), fato amplamente divulgado pelo Jornal Meio Norte e utilizado como recorte nesta pesquisa.

No decorrer deste trabalho e mais especificamente neste capítulo de condições de produção do discurso do jornal, compreendemos o modo como a memória atravessa a

constituição histórica da mídia piauiense, tornando-a porta-voz do poder político vigente, que nos anos da pesquisa era formado por integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Em Pêcheux (1999), vemos que o dizer é sempre atravessado por vários outros que o precederam, e cujos sentidos podem ser mantidos ou deslocados. O nosso empreendimento consiste justamente em identificar marcas destes outros dizeres, o modo como o jornalista os inscreveu em seu discurso durante a produção de notícias, estas, por sua vez, pelos pressupostos da AD, não correspondem a mero relato diante de fatos concretos, mas resultam do gesto de interpretação dos jornalistas, sempre já afetados por uma memória que é retomada e atualizada em seu discurso.

Diante da recorrência de notícias sobre a inclusão de pessoas com deficiência postas em circulação pelo Jornal Meio Norte, das quais recortamos as notícias que tratavam especificamente da inclusão educacional de pessoas surdas, nos interessa compreender por que investir em tantas notícias sobre o sujeito surdo naquele período (2015 e 2016)? O que (não) se diz sobre este processo de inclusão? Que relações de poder entram em jogo quando o jornal se coloca como porta-voz destas notícias?

Nesta proposta de análise, parte-se do princípio de que os sentidos são sempre *em relação a* (CANGUILHEM, 1994 *apud* MARIANI, 1998), nunca existem em si, mas nas relações com outros sentidos que se estabelecem em sua produção, não são sempre os mesmos, uma vez que são atualizados em diferentes condições de produção, derivam, portanto, da inscrição da língua na história, da relação com a exterioridade (ORLANDI, 2015).

Significa, portanto, em nosso *corpus*, o fato das notícias circularem no Estado do Piauí, Estado que, de acordo com dados divulgados pela Fundação Abrinq em 25 de julho de 2017, no ano de 2015, ocupava a quinta colocação entre todos os estados brasileiros em relação ao número de famílias em situação de pobreza extrema, ficando abaixo apenas dos Estados do Maranhão (26,8%), Alagoas (22,3%), Ceará (20,7%) e Acre (19,9%). Isto significa que no estado, 19,7% da população possuíam renda domiciliar mensal *per capita* de até um quarto do salário-mínimo, ou seja, cerca de 630 mil piauienses tinham renda familiar inferior a R\$ 197 por pessoa, uma vez que naquele ano o salário-mínimo era de R\$ 788. A mesma pesquisa aponta que o Piauí apresentava a quarta pior cobertura de imunizações entre os estados brasileiros, com apenas 75,8%, estando abaixo dos estados do Amapá (79,9% de cobertura), Acre (68%), Distrito Federal (65,4%) e Pará (64,5%) (PORTELA, 2017).

Em 2015, o Piauí registrou ainda a quinta maior taxa de mortalidade infantil do país, 19,72%, ficando abaixo dos estados de Rondônia (20,38%), Alagoas (20,86%), Maranhão

(22,37%) e Amapá (23,45%)<sup>25</sup> (IBGE, 2016). No mesmo ano, a taxa de analfabetismo apresentada era de 17,78%, atualmente este valor caiu para 16,6 %, sendo a terceira maior do país, atrás apenas de Alagoas (18,2%) e Maranhão (16,7 %) (TAUMATURGO, 2018). É também no estado do Piauí que fica localizado São Gonçalo do Piauí, município que, no Censo do IBGE do ano de 2000, apresentou uma taxa de 33,4 % de pessoas com deficiência, sendo o maior índice do Brasil naquele ano. De um modo geral, o Estado apresentava um índice de 17,63% de pessoas com deficiência, ficando atrás apenas dos estados da Paraíba (18,76%) e Rio Grande do Norte (17,64) (IBGE, 2000).

Todos os índices apresentados acima são, na perspectiva discursiva, indicativos de que a sociedade piauiense é constituída imaginariamente como potencial alvo da prática de políticas assistencialistas, como as propostas pelo governo do PT. Em Alves (2018), vemos, por exemplo, que no ano de 2017, a renda no Piauí obtida através dos programas Bolsa Família<sup>26</sup> e Benefício de Prestação Continuada (LOAS)<sup>27</sup> corresponde a 13,6 % da renda domiciliar piauiense, sendo o Estado com maior indicador no Brasil. Foi também o segundo colocado nacionalmente em percentual de domicílios contemplados pelo programa Bolsa Família, com 34,3%, o que corresponde a 347.341 domicílios do Estado, ficando atrás apenas do Maranhão, que apresenta 37,4 %. Não surpreende, portanto, que o Piauí sozinho tenha sido responsável por 78,3 %<sup>28</sup>(1.385.096) dos votos que elegeram a presidente Dilma, sucessora de Lula, nas eleições de 2014, e que elegeu pela terceira vez no Estado, com 63,08% (1.053.342)<sup>29</sup> dos votos, Wellington Dias, que tornou-se um dos nomes mais populares no cenário político do Estado, juntamente com sua esposa Rejane Dias, que foi a deputada federal mais votada no Estado no mesmo ano, com 134.157 (7,74%)<sup>30</sup> votos. Em 2002, quando seu esposo assumiu o governo pela primeira vez, ela, que já foi Secretária de Assistência Social no Estado, tornou-se secretária da SEID, Secretaria Estadual pela Inclusão da Pessoa com Deficiência, mobilizando diferentes ações em prol da inclusão destas pessoas no Piauí, com destaque para o já citado Complexo Estadual de Reabilitação em Saúde e

---

<sup>25</sup> A Síntese de Indicadores Sociais 2016 tem como principal objetivo traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir de diversas fontes de informações, sendo a principal delas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE.

<sup>26</sup> Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 85,00 a R\$ 170,00) que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos e extremamente pobres (com renda per capita até R\$ 85,00) (LEI FEDERAL N° 10.836/ 2004).

<sup>27</sup> Garantia de um salário mínimo mensal àqueles que, por conta própria ou outro benefício, não conseguem manter sua subsistência (LEI N° 8.742/ 1993)

<sup>28</sup> <http://g1.globo.com/pi/piaui/eleicoes/2014/noticia/2014/10/no-piaui-dilma-obtem-7830-dos-votos-militantes-comemoram-vitoria.html>

<sup>29</sup> Informação disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/pi/apuracao-votos.html>.

<sup>30</sup> <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/pi/apuracao-votos.html>

Educação Daniely Dias, inaugurado em 05 de maio de 2008, que levou o nome da filha do casal, sempre citada em seus discursos como importante motivação para as políticas de inclusão às pessoas com deficiência:

Nasceu a partir de um sentimento muito grande de mãe e pai que têm uma filha com deficiência, que é a Daniely (DIAS, s.d.)<sup>31</sup>.

Se for lembrar como tudo começou, eu costumava dizer ao governador que sempre tivemos condições de levar nossa filha Daniely para fazer tratamento fora, mas, pensando nas famílias que não tem as mesmas condições, surgiu esse propósito no nosso coração (DIAS, s.d.)<sup>32</sup>.

Em 2015, após posse de Wellington Dias, Rejane Dias tornou-se Secretária da Educação no Estado, e em seu discurso relembrou o trabalho já realizado com pessoas com deficiência:

Nós temos um foco muito grande com a gestão, queremos administrar bem. Assim como fizemos com as pessoas portadoras de deficiência, queremos fazer com a educação, oferecer o melhor e sermos destaque nacional. Nós estamos entusiasmados e com muita vontade de trabalhar. A Assembleia vai ser uma grande parceira e contamos com o apoio dos deputados para o fortalecimento da educação no estado (DIAS, 2015)<sup>33</sup>.

Ao tempo em que ocorriam as eleições presidenciais em 2014, abria-se seleção para oferta de vagas para o curso de Licenciatura em Letras-Libras pela Universidade Federal do Piauí, o primeiro da instituição a reservar cotas especificamente para pessoas surdas, em cumprimento ao Art. 4º, Parágrafo único do Decreto 5.626/2005. Nele, foram aprovados alunos surdos oriundos da rede pública de ensino do estado do Piauí, alguns deles estudantes do CAS, Centro de Apoio à Pessoas com Surdez. Desde então, diferentes notícias passaram a circular por meio do Jornal Meio Norte sobre este evento específico, com destaque para o fato



de que parte dos primeiros alunos surdos aprovados em vestibular da Universidade Federal do Piauí eram egressos da rede pública de ensino do Estado, como no recorte ao lado:

**Figura 5 – Alunos surdos aprovados no vestibular.  
Fonte: Jornal Meio Norte (26/06/2016)**

<sup>31</sup> Entrevista concedida à Med Imagem. Disponível em <<http://medimagem.com.br/noticias/rejane-dias-pessoas-com-deficiencia-sao-produtivas,6404>>.

<sup>32</sup> Durante solenidade em comemoração a um milhão de atendimentos no CEIR. Disponível em <<https://www.gpl.com.br/noticias/wellington-dias-comemora-um-milhao-de-atendimentos-no-ceir-409804.html>>.

<sup>33</sup> Discurso de posse ocorrido em 23/03/2015 e disponibilizado em <<https://180graus.com/politica/rejane-dias-assume-a-educacao-em-solenidade-no-palacio-de-karnak>>.

Temos, portanto, por um lado, um representante da imprensa piauiense, o Jornal Meio Norte, cuja memória constitutiva é marcada por uma forte ligação com o poder político em vigência, e, por outro, um Estado, cuja liderança política sempre teve ligação com as famílias mais nobres, ambos compondo parte das condições de produção de significação do discurso sobre a inclusão de sujeito surdos produzidos por este jornal, o que nos permite apontar o motivo pelo qual são publicadas tantas notícias sobre a inclusão de pessoas com deficiência, pois, enquanto porta-voz do poder público vigente, a partir deste lugar, através da formação ideológica que o constituiu, o Jornal Meio Norte não pode não enunciar sobre ações que toquem e que dizem respeito às principais políticas assistenciais promovidas pelo Estado, sobretudo as relacionadas à área da educação, que nos anos da pesquisa estava sob a gerência da primeira-dama do Estado do Piauí.

Noticiar avanços na educação de pessoas com surdez, como aprovação em vestibular, oferta de novos cursos de Libras, inclusão de surdos no Ensino Superior é uma evidência do modo como o Estado foi se configurando no (pelo) discurso do Jornal Meio Norte como aquele que se preocupa com a inclusão, indício da relação de força e de poder que o Estado exerce sobre o próprio Jornal.

Em nosso *corpus*, estas notícias podem produzir diferentes sentidos, de acordo com a posição-sujeito ocupada por seu leitores, podem significar positivamente as políticas assistencialistas que são dirigidas às pessoas com deficiência; podem significar uma divulgação, ou visibilidade às ações do Estado e, podem ainda despertar o interesse do leitor pelos sentidos de emoção evocados a partir de resultados inéditos, surdos, sujeitos “com limitação”, “considerados incapazes”, conseguem ser aprovados no vestibular, para surpresa da sociedade, deles mesmos e de suas famílias. Essa preocupação em apresentar notícias inéditas pode explicar o índice apontado pelo IVC Brasil, no qual 72,79% dos leitores entrevistados dão preferência ao Jornal Meio Norte.

É importante relatar que este modelo de política assistencialista tem sido posto em funcionamento num cenário de crise econômica, política e social em que a sociedade brasileira vive, marcado por um alto interesse em crescimento e produtividade, sem, contudo, vir acompanhado de igualdade na distribuição de riquezas. Ao contrário, o que se percebe é a existência de pobreza, fome, ao mesmo tempo em que se assiste a grandes desperdícios de alimento e de energia. Este modelo de organização hierárquica da sociedade brasileira, dividida entre ricos e pobres, normais e deficientes, capazes e incapazes é sustentado por um regime de distribuição de direitos e deveres, que delimita o lugar reservado a cada um em

sociedade (BEZERRA, 2005). É sobre este processo de “marginalização” de determinados grupos sociais, dos quais destacamos as pessoas surdas piauienses, sustentado mesmo por política públicas, “ditas de inclusão”, que tratamos na próxima sessão, quando buscamos resgatar a construção histórico/discursiva do modelo de educação de surdos desenvolvido no estado do Piauí.

#### 4.2 Educação dos surdos – uma construção histórico/discursiva

Os sujeitos surdos assistiram ao longo da história seu processo educacional sofrer diferentes intervenções. Sempre contados entre a parcela da população considerada “anormal”, “digna de caridade”<sup>34</sup>, os surdos, pouco, ou nada, participaram das primeiras decisões que fundamentariam o tipo de educação que têm acesso atualmente. Em Rosado (2010), Skliar (2013) e Soares (1999), todos autores ouvintes, percorremos alguns espaços de constituição do conceito de educação de surdos, para tentarmos compreender o modo como em nosso arquivo, estes modelos são postos em funcionamento.

Ao identificar que, ao longo da história, o que prevaleceu na educação dos surdos foi o trabalho clínico em detrimento ao trabalho pedagógico, Soares (1999) busca pesquisar sobre a origem da educação dos surdos no Brasil e percebe uma clara separação entre o processo evolutivo que tomou este modelo em relação à educação considerada dos “normais”.

Skliar (2013) também questiona sobre os motivos pelos quais as políticas educacionais implantadas em escolas regulares são tão distintas das que se adotam na educação de surdos. Assim como Soares (1999), o autor destaca a recorrência de uma abordagem clínica em detrimento de uma abordagem sócio-antropológica na educação de surdos, além de um exagerado empenho em promover a aquisição de linguagem destes indivíduos, deixando de lado, ou em segundo plano, outras atividades escolares, como aquisição da língua escrita, fixação de conteúdos curriculares, preparação e integração no mercado de trabalho, etc. Empenham-se, deste modo, em esclarecer a origem do fracasso escolar de alunos surdos.

Dentre os motivos elencados pelos autores para que a educação dos surdos, em sua origem, funcionasse principalmente sobre práticas médicas e reparativas, voltadas para a terapia da fala, por exemplo, está a realização do Congresso Internacional de surdos-mudos em Milão, 1880, evento que reuniu diversos países com a finalidade de se pensar sobre o

---

<sup>34</sup> Soares (1999) recorre a Arroyo (1987) para esclarecer que, no modelo de política republicada, a sociedade está dividida entre povo, formado pelos mais úteis, produtivos, educados e respeitáveis cidadãos; e pela plebe, multidão anônima, improdutiva e que reivindica poder e direitos. Os surdos, por não se encaixarem em nenhum desses grupos, estavam entre os que precisavam apenas de assistência e cuidados.

destino da educação dos surdos e no qual, se decidiu pelo método oral puro, ou seja, a educação escolar estava subordinada à aquisição da língua oral e escrita, e, claro, a língua de sinais utilizada por estes alunos estava proibida (SKLIAR, 2013; SOARES, 1999).

No Brasil, Soares (1999) destaca que no Instituto Nacional de Educação de surdos, fundado em 26 de setembro de 1857 pelo Imperador D. Pedro II no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a educação de surdos, nem mesmo o método escrito do português seria prioridade, já que a maioria da população brasileira era analfabeta, portanto, os profissionais envolvidos consideravam que somente o método oral permitiria aos surdos serem compreendidos em sociedade.

É por dar ênfase a práticas de reabilitação para desenvolvimento da língua oral que se fala em intervenção terapêutica e não pedagógica na educação de surdos. É também por este motivo o questionamento levantado por Skliar (2013, p.13) “deve-se acreditar que uma vez resolvido o problema da linguagem fica resolvido, automaticamente, o problema da educação dos surdos? Acaso linguagem e educação são sinônimos<sup>35</sup>?”.

Além destas questões, encontramos em Skliar (2013) uma inquietação sobre a forma como diversas pesquisas atribuem unicamente aos surdos a causa pelo alto índice de fracasso escolar, o que para o autor não representa a realidade, já que há uma carência de avaliações sobre o currículo utilizado com estes alunos, um currículo sempre abordado de forma superficial, desde sua origem elaborados sob a concepção ideológica de que trata-se de um público limitado e incapaz de acompanhar o que é produzido nas escolas comuns, uma educação construída pelo viés da baixa expectativa, e isto, define toda a postura adotada pelos educadores envolvidos, no que ensinam e no que cobram dos alunos, sempre menos do que cobriam dos “ditos normais”. Como exemplo dessa atuação docente, baseada em baixas expectativas, temos o relato de uma professora lotada numa classe especial do Piauí nos anos 70, “Os conteúdos eram de 1ª a 4ª série, o nosso pensamento, no início, era de que eles não chegariam até o ginásio, nós nos dávamos por satisfeitos com aqueles que se alfabetizassem” (ROSADO, 2010, p. 184).

Para Skliar (2013), apenas uma perspectiva sócio-antropológica sobre a surdez mudaria esta visão, por este viés, ainda em desenvolvimento no país, a surdez não é vista como limitadora, mas como uma diferença, já naturalmente compensada por outros sentidos, a visão, por exemplo, que permite ao surdo se comunicar por uma língua diferente, no caso do

---

<sup>35</sup> O problema apresentado foi levantado durante o Congresso de Milão, ocorrido no período de 6 a 11 de setembro de 1880, por E. Gallaudet, educador americano ouvinte que fundou a primeira faculdade de surdos em 1864, Gallaudet University (SKLIAR, 2013; SOARES, 1999).



Brasil, a Língua Brasileira de Sinais, Libras. O autor ressalta ainda a necessidade de as escolas permitirem o convívio de crianças surdas com seus semelhantes, adultos surdos, com quem poderão compartilhar da mesma cultura. Deste modo, a criança surda não cresceria tendo como foco sua deficiência, a incapacidade de ouvir, a necessidade de cura e de se tornar igual à maioria, considerada normal, com o apoio de órteses, próteses ou procedimentos terapêuticos, mas, ao contrário, viveria em função do que pra ela se tornou um equivalente funcional, sua acuidade visual, a forma como passou a se comunicar e se relacionar com o mundo, da característica que a torna distinta em meio à diversidade social, não inferior, não incapaz, não anormal.

É nesse sentido que Skliar (2013, p. 97) interroga “A surdez: um problema dos surdos ou um problema dos ouvintes?”, porque na verdade o que tem faltado é uma aceitação da sociedade em relação à condição de surdez, um reconhecimento das potencialidades destes sujeitos, crença de que podem, de fato, obter sucesso acadêmico e ser integrado sem restrições em sociedade.

No Piauí, a primeira instituição pública voltada para o atendimento de alunos surdos, a Escola Consuelo Pinheiro da APAE, foi fundada em 1970 “com a missão de oferecer assistência e educação à crianças e adolescentes surdos, surdos-mudos e deficientes de linguagem”. Essas informações foram identificadas na pesquisa de Rosado (2010, p. 92) sobre os aspectos históricos da Educação Especial no Piauí.

A década de 70 é significativa no Piauí, pois, além de instituições voltadas para a educação especial, em Rosado (2010) é citada a fundação da Universidade Federal do Piauí (1971), além de importantes obras de modernização, construídas para atender a uma perspectiva de progresso determinada pelo regime militar.

Destacou-se durante o período de implantação da educação especial no Estado do Piauí, a primeira Dama e presidente do SERSE, Teresinha Nunes de Barros, pois, foi por sua iniciativa que em maio de 1968, quando seu esposo, Helvídio Nunes de Barros comandava o governo, que uma equipe de professores foi enviada ao Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) para participarem de um curso de especialização em educação especial, resultando na criação, em 26 de agosto do mesmo ano, da Escola de Educação Especial Ana Cordeiro, voltado para o atendimento de pessoas com deficiência mental e múltipla (ROSADO, 2010).

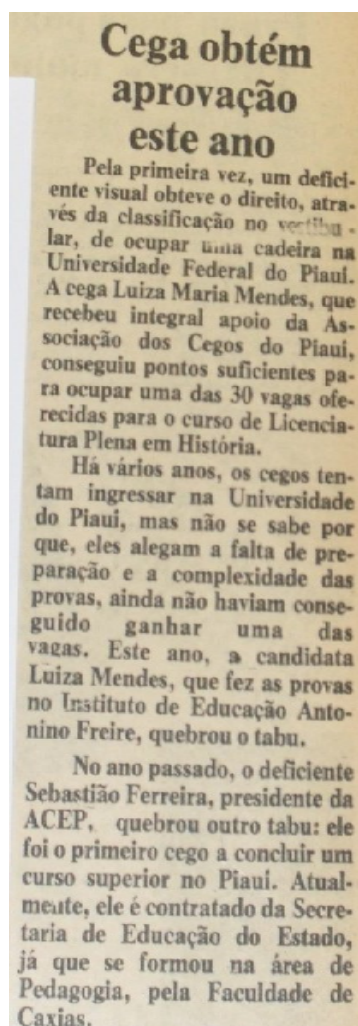
Em Rosado (2010) identificamos que nestas instituições o atendimento era principalmente médico-terapêutico, tanto que a escola Ana Cordeiro, transformou-se em Centro de Habilitação, onde as crianças recebiam apoio médico, assistência social e fisioterápico, serviços considerados primordiais, para que depois pudessem iniciar as

atividades pedagógicas. O mesmo ocorria nas APAES, incluindo aí a escola Consuelo Pinheiro, voltada para surdos, onde os alunos recebiam atendimento fonoaudiológico, além de musicoterapia, isso mesmo, a música era utilizada como instrumento pedagógico na educação de alunos surdos. A professora entrevistada, Maria do Socorro, relata que os alunos surdos tinham aulas de alfabetização e terapia da palavra, cita inclusive o uso de acordeom em atividades recreativas com os alunos.

A despeito do uso de música na educação de surdos, Strobel (2015), autora surda, infere que trata-se de uma prática que é própria da cultura ouvinte, e que não atinge aos alunos surdos, tendo sido muito utilizada a partir do ano de 1960, quando surgiu a comunicação total, modalidade de ensino de surdos que permite o uso de todos os recursos possíveis para se comunicar, pelo meio oral, por desenhos, gestos ou escrita. A autora critica a existência de corais de surdos em língua oral ou mesmo por meio de sinais, já que nesta prática o máximo que os surdos fazem é copiar alguém que se coloca diante deles.

Como resultado de todo o investimento em educação especial no Estado do Piauí, a professora Rosado (2010) destaca a notícia posta em circulação em 17 de janeiro de 1981 pelo Jornal “O Estado”, quando a primeira pessoa cega é aprovada no vestibular da Universidade Federal do Piauí, conforme imagem abaixo:

**Figura 6 - Reportagem “Cega obtém aprovação este ano”.**



Fonte: Jornal “O Estado”, 17/01/1981 – Arquivo Público de Teresina (ROSADO, 2010, p.175).

Mesmo aprovada, a passagem da professora Luiza pela Universidade foi marcada por diversas dificuldades, resumidas no seguinte relato:

Como eu fui a primeira pessoa a passar no vestibular, faço questão de dizer que a principal dificuldade foi a barreira humana, pois uma pessoa cega passar no vestibular nos anos 80, onde só a elite ingressava, eu pobre, cega e aí? Foi uma barreira enorme que tive que ultrapassar, e eu consegui ultrapassar e deixei a porta aberta para outros entrarem depois de mim; mas foi uma barreira pesada, eu cheguei a ouvir de professores da Universidade Federal do Piauí, que meu lugar não era ali, era na Associação dos Cegos, porque lá ninguém sabia o sistema Braille; então eu tinha que explicar que eu era aluna como qualquer aluna que estava ali e que tinha passado no vestibular e que eles não precisavam se preocupar, que os conteúdos que estavam sendo ministrados na sala de aula, eu iria absorvê-los e os meus trabalhos iria fazer em Braille, mas alguém iria transcrevê-los, pois eu sabia que lá ninguém ia entender. E eu provei que era bem mais fácil fazer a prova oral, a prova oral que eu não fazia era de Estatística. Eu fazia questão de fazer a prova oral, estudava bem e fazia, a dificuldade não era nem o material específico, era a barreira humana. A sociedade não vem até nós, somos nós que estamos conquistando, passando em vestibular, em concursos (PROFESSORA LUÍZA) (ROSADO, 2010, p. 179).

Neste contexto, podemos identificar que o modelo de educação de surdos adotado no Piauí, também foi constituído a partir de uma visão clínica e terapêutica, com práticas docentes voltadas para a reabilitação de alunos surdos e, ao menos no período correspondente a esta pesquisa, de 1968 a 1998, nenhum relato sobre sucessos concretos alcançados por crianças ou jovens surdos foi apresentado, como exemplo temos o relato de mais uma professora atuante nos anos iniciais da educação especial no Estado do Piauí:

Eu lembro que em Luzilândia, tinha um deficiente auditivo na sala de aula, como não tinha uma escola especial, tinha que preparar o professor para fazer a leitura labial, pois nessa época era extremamente proibido fazer leitura com gestos, a leitura era labial (PROFESSORA TERESINHA DE JESUS VERAS). (ROSADO, 2010, p. 185).

A educação de pessoas com deficiência no Brasil passou a integrar o sistema educacional regular, tornou-se inclusiva, a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, elaborada seguindo as recomendações da Declaração de Salamanca<sup>36</sup> (ROSADO, 2010; STROBEL, 2015).

---

<sup>36</sup> Documento elaborado em 1994 pelas Nações Unidas e que fornecia as regras e padrões a serem adotados na educação de pessoas com deficiência e adverte sobre a situação linguística dos surdos. (ROSADO, 2010)

Strobel (2015) relata que, ao se instaurar o modelo de educação inclusiva, os surdos passaram a estudar em classes de ouvintes, porém, a autora ressalta que neste modelo, apesar de receberem a tradução simultânea da aula para sua língua por meio de intérpretes, os surdos permaneciam na obrigação de estudar e serem avaliados em português, motivo alegado pela maioria dos surdos para o seu constante fracasso e atraso escolar.

Sob a pretensão de assegurar às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional, outros documentos legais são acionados, como a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 208, bem como a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência, cujo artigo 18 determina que “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, língua de sinais e de guia-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”. É neste sentido também que versa o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, o qual regulamenta a lei nº10.436 de 24 de abril de 2002 e reconhece oficialmente o uso e difusão da Libras.

Esta produção de políticas públicas participa das condições de produção dos discursos sobre inclusão educacional de surdos e estão apontadas positivamente em nosso *corpus*, representando para os sujeitos surdos um avanço em sociedade, com o reconhecimento de sua língua e os seus direitos educacionais assegurados, surge como uma oportunidade para o pleno exercício de sua cidadania, sua cultura e identidade no país. Vemos, portanto, que o aparato legal é apontado discursivamente como constitutivo dos avanços no processo de inclusão escolar/acadêmica dos alunos surdos.

Todavia, em Lane (1992), há uma denúncia dos programas educativos para crianças surdas, isto porque, de acordo como o autor, são elaborados para atender às necessidades dos professores ouvintes e não do aluno surdo. Neste contexto, o fracasso escolar surge como consequência da ineficiência do dispositivo legal, mas o que prevalece nos discursos sobre a inclusão é a atribuição da culpa ao próprio aluno surdo ou a seus pais e não aos métodos e rotinas praticados em classe, à prática de discriminação e ao aprendizado praticado entre duas línguas, no caso do Brasil, entre a língua de sinais e a língua portuguesa.

Na maioria das escolas, o material didático normalmente é fornecido na língua falada no país, os conteúdos, as experiências partilhadas, os valores, as atividades ou jogos, as representações no ambiente escolar fazem parte da realidade da maioria, ouvinte; os temas abordados em sala como família ou história em sua maioria estão voltados para a realidade dos professores, também ouvintes, não há, portanto, um momento para se tratar da importância do contato de surdos com outros surdos, a origem e a história da língua de sinais;

o próprio modelo de vida e de sucesso a ser seguido na escola são dos professores ouvintes e não do outro semelhante, igual, ou seja, um professor adulto surdo (LANE, 1992).

Nesta pesquisa, não se pretende definir o modelo de inclusão educacional de surdos, mas compreender como os discursos que tratam sobre este processo de inclusão constituem processos de significação, produzindo um imaginário social sobre a inclusão destes sujeitos, um imaginário construído por práticas de linguagem, a maioria produzida por “não surdos” e legitimadas através de leis.

Em Lane (1992), vemos, por exemplo, que o texto de lei aponta a inclusão de intérprete de Libras no ambiente escolar como suficiente para garantir a igualdade de oportunidade, mas ignora, faz silenciar, que todo o contexto educacional é pautado em experiências ouvintes, portanto, inacessível ao aluno surdo. O autor ressalta que não se trata de anular toda a prática escolar já existente, mas incluir, em sua rotina a vida do surdo, garantir modelos em que ele possa se identificar, que adote a língua de sinais, de modo a lhe assegurar uma instrução na língua que realmente domina.

Neste estudo, interessa ver a história como um dos componentes do discurso, validando a visão assistencialista e terapêutica a que a educação dos surdos está submetida desde sua origem. Nossa proposta é relevante pela possibilidade de revelar/explicitar, a partir de uma análise discursiva, a forma como a educação de surdos em sua constituição, é atravessada por formações discursivas específicas.

É por meio desse processo de resgate da memória que o texto jornalístico põe em circulação acontecimentos no presente, seus efeitos de sentidos somente se constituem porque já existem em sociedade. É, portanto, desta constituição que trabalharemos no capítulo seguinte, iniciando por revelar a interdiscursividade e a historicidade constituintes dos discursos que compõem nosso *corpus*.

## 5. DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE SURDOS NO PIAUÍ.

Ainda com o objetivo de dar visibilidade aos diferentes sentidos que constituem os conceitos de inclusão e sujeito surdo postos em circulação no/pelo jornal Meio Norte, a partir de uma leitura discursiva de notícias produzidas no Estado do Piauí sobre a inclusão educacional de surdos, e, considerando o fato de que um discurso “sempre está em relação com outros discursos” (INDURSKY, p.239), passaremos a examinar como o Outro se manifesta no discurso em análise.

Vimos anteriormente que, a partir da contribuição da Análise de Discurso, podemos pensar a atividade jornalística não apenas como mera transmissão de informação, mas como um complexo processo de constituição de sujeitos e de sentidos, trata-se de um acontecimento, e como tal, surge de uma teia de relações entre o simbólico e o político, entre uma atualidade e uma memória (o Outro) evocada por ele. Deste modo, o discurso jornalístico não pode ser concebido isoladamente, a produção de notícias não depende exclusivamente da vontade do jornalista em respeito às normas previstas no campo jornalístico, entra em jogo na verdade algo da ordem da linguagem, as formações imaginárias, ideológicas e discursivas.

É neste sentido que Pêcheux (1997) apresenta o discurso como uma forma na qual entram em cena pelo sujeito, outros discursos, os quais mantêm entre si relações de contradição, dominação, confronto, aliança e complementação, é, portanto, heterogêneo. Nosso empreendimento é observar aquilo que falha, o equívoco, ou efeito metafórico, partindo do pressuposto de que este “é o lugar da interpretação” (ORLANDI, 2015a, p.78), do funcionamento da ideologia, da historicidade, é quando as mesmas palavras significam diferente e acabam por remeter a discursos outros (região do interdiscurso), cujos sentidos derivam de formações discursivas, deixando escapar no discurso, ou texto, a formação ideológica dominante ali (ORLANDI, 2015a).

Destacamos ainda que, do lugar analítico e teórico ao qual nos filiamos, o sujeito e os sentidos não são transparentes, consideramos, portanto, um sujeito jornalista constituído por um processo ideológico, sendo uma parte de seu dizer inacessível a ele, os sentidos lhe aparecem como evidentes, quando na verdade resultam de uma interpretação cuja direção é “determinada pela relação da linguagem com a historicidade, matéria da contradição e do equívoco, em seus mecanismos imaginários” (ORLANDI, 2017, p. 26). Em outras palavras, o homem, o sujeito é condenado a significar, a interpretar, e este processo “é sempre regido por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade”

(ORLANDI, 2008, p. 43-44).

Se o discurso é o lugar no qual a ideologia se materializa, este é também o nosso lugar de análise, o espaço onde se pode trabalhar o processo de identificação do sujeito e de sua posição no discurso, bem como o processo de produção de efeitos de sentidos (ORLANDI, 2017, p. 27), os quais não se limitam ao significado das palavras, mas, resultam do movimento de posições enunciativas, história, linguagem e memória do dizer (MARIANI, 1996).

### 5.1 Formações discursivas

Ocupando uma posição intermediária entre leitores e um acontecimento, o discurso jornalístico funciona como agente de formação do imaginário social e da produção de sentidos sobre este acontecimento. Orlandi (2008, p. 44) denomina esta modalidade discursiva de “discursos sobre”, e como tal, funcionam como uma forma de institucionalização dos sentidos, um lugar onde se organizam as diferentes vozes dos “discursos de” (ORLANDI, 2008, p. 44), neste caso, os discursos de inclusão de surdos.

Nesta pesquisa, nos empenhamos em compreender esse processo de produção de sentidos, utilizando como lugar de análise as notícias postas em circulação pelo Jornal Meio Norte sobre o acontecimento “inclusão educacional de surdos no Estado do Piauí”, buscamos analisar o gesto de interpretação dos jornalistas, identificando como diferentes posições discursivas e suas respectivas concepções de inclusão e de surdez acabam produzindo diferentes sentidos no discurso do jornal. Para isto, lançamos as questões: Quais os efeitos de sentidos são produzidos, quais memórias são resgatadas, quais as imagens de sujeitos surdos são construídas e em quais posições-sujeito os jornalistas se inscrevem?

Já esclarecemos que é por meio de diferentes mecanismos ideológicos que o jornalista, em seu gesto de interpretação, na tomada da palavra, dá sentido a um objeto, a um acontecimento, como evidente (COSTA, 2014), ressaltamos que, ao enunciar, os sujeitos se inscrevem em determinadas formações ideológicas de modo que suas palavras mudam de sentido dependendo da posição ocupada por quem as enuncia (PÊCHEUX, 2014). Estas formações ideológicas estão materializadas no discurso por meio das formações discursivas, tratam-se de relações de forças que determinam o que o sujeito pode e deve dizer. Deste modo, o sujeito não fala por escolhas próprias, mas afetado (interpelado) por uma série de dizeres disponíveis e que são próprios de uma determinada formação discursiva, o conjunto destes dizeres constituem o que em AD denomina-se de Interdiscurso (MALDIDIER, 2003).

A análise das formações discursivas permite ao analista compreender o efeito do Outro (do interdiscurso) sobre o discurso do sujeito, o modo como estes dizeres, próprios de determinadas formações ideológicas, interpelam os indivíduos em sujeitos e se reinscrevem no discurso do próprio sujeito (MALDIDIER, 2003).

Em 1975, em *Semântica e Discurso*, Pêcheux reelabora a noção de Formações Discursivas, deixando de considerá-las um espaço homogêneo e fechado, isto porque passa a reconhecer que elas são contraditórias e heterogêneas, constituídas por elementos que são próprios de outras formações discursivas e que se manifestam no discurso na forma de discursos transversos ou pré-construídos (PÊCHEUX, 1997b).

Em Maldidier (2003), vemos que a possibilidade mesma de se identificar na materialidade discursiva marcas que pudessem revelar a presença do interdiscurso no intradiscurso, somente ganhou força, a partir do encontro intelectual entre Michel Pêcheux e Jacqueline Authier-Revuz, e é desta contribuição que trataremos a partir de agora.

## 5.2 A heterogeneidade discursiva

É a partir da década de 80 que se fala em heterogeneidade do discurso e do sujeito, justamente por considerar que eles são afetados e constituídos por diferentes discursos, ou seja, quando “o primado do outro sobre o mesmo se acentua” (PÊCHEUX, 1975, p. 315).

A partir das contribuições de Authier-Revuz (2004) podemos reconstruir o espaço de memória (o interdiscurso) que atravessa o discurso jornalístico. A autora faz uso de um aporte teórico-metodológico de análise que permite ao analista ter acesso a este Outro que se inscreve no dizer. Os trabalhos de Authier-Revuz são fundamentados em diferentes teorias, considera a noção de interdiscurso heterogêneo de Pêcheux; o dialogismo-polifônico de Bakhtin e a noção de sujeito da Psicanálise, concordando que o sujeito não tem domínio do seu dizer, mas, apenas a ilusão de ser a origem do que diz, é, portanto, atravessado pelo inconsciente, dividido e heterogeneamente constituído.

Contrariamente à imagem de um sujeito “pleno”, que seria a causa primeira e autônoma de uma palavra homogênea, sua posição [da Psicanálise] é a de uma palavra heterogênea que é o fato de um sujeito dividido (o que não significa nem desdobrado, nem compartimentado) (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 48-49).

Em Authier-Revuz (1990) são apresentadas dois tipos de heterogeneidades, a constitutiva e a mostrada. Na primeira o outro não aparece de maneira explícita, equivale à noção de interdiscurso utilizada por Pêcheux, ao considerar que “todo discurso se mostra



constitutivamente atravessado pelos outros discursos e pelo discurso do outro”, sendo que este outro é uma condição do discurso de um sujeito (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

A despeito de teorias que apontam o sujeito como fonte autônoma do seu dizer e dos sentidos nele produzidos, Authier-Revuz (1990, p. 26) compartilha de concepções teóricas que compreendem que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este é ‘mais falado do que fala’”. Este exterior, ou seja, aquilo que já foi dito em outro lugar na história, é constitutivo do discurso, e uma vez atualizado em determinado dizer, vem carregado de valores ideológicos, modificando o seu sentido em função do momento e do contexto em que é produzido.

Neste sentido, compreendemos que, embora o discurso jornalístico seja pautado numa pretensa objetividade e imparcialidade, e que o jornalista acredite ser a fonte de seu discurso, capaz de escolhas, intenções e decisões, ele nada mais é do que suporte e efeito (AUTHIER-REVUZ, 1990):

O próprio de toda formação discursiva é o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “isso fala” (*ça parle*) sempre, “antes, alhures e independentemente” (ALTHIER-REVUZ, 1990, p. 27 *apud* PÊCHEUX, 1975).

Em nosso gesto analítico, identificamos distintas formações discursivas às quais se inscrevem os sujeitos-jornalistas ao noticiar acontecimentos que se relacionam à inclusão educacional de surdos no Estado do Piauí. Consideramos para isso a definição apresentada por Pêcheux e Fuchs (1990, p. 166-167) quando consideram que as formações discursivas “determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Nos anos de 2015 e 2016, apesar de serem significativos para a comunidade surda brasileira e piauiense, pela marca de 13 anos do reconhecimento sua língua (Lei 10.146/02), a Libras; 10 anos de sua regulamentação (Decreto 5.626/05), pela criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.219/15) e pela recorrente circulação de notícias produzidas no Estado do Piauí sobre a aprovação de surdos na Universidade Federal do Piauí, a questão da inclusão educacional de surdos ainda era objeto de discursos polêmicos, evidenciando o confronto entre duas FDs distintas, uma representando a visão ouvintista e preconceituosa sobre a surdez, a qual denominamos de Formação Discursiva Ouvintista ou Clínica (FDO), na qual o sujeito surdo é constituído como deficiente, limitado; e outra, a Formação Discursiva Surda (FDS), que representa uma visão sócio-antropológica sobre a surdez, nesta, o imaginário

social construído sobre a pessoa surda é o de um sujeito completo, capaz e que por sua diferença participa de uma cultura que lhe é própria, comunicando-se por uma língua própria e percebendo as informações principalmente por meio da visão. Esclarecemos que a AD não se dedica a adjetivar as formações discursivas, as designações utilizadas por nós, FDO e FDS, foram estabelecidas apenas por uma questão operatória, para marcar as duas posições, mas não é algo próprio da Análise de Discurso.

Ressaltamos ainda que, apesar da distinção acima relatada entre FDO e FDS, elas não se apresentam no discurso de forma neutra e homogênea, isto poderá ser compreendido melhor a partir dos recortes de diferentes sequências discursivas extraídas do nosso *corpus*, nos quais buscamos identificar as regularidades, as rupturas e os atravessamentos que lhes são constitutivos.

A heterogeneidade mostrada, por sua vez, ou o discurso relatado, corresponde a formas marcadas e indicadas na superfície do texto de outras vozes, formas que podem ser linguisticamente descritíveis, claramente identificadas no discurso, permitem alcançar a presença do outro, as falas do outro, outras vozes que não são a do locutor, como, por exemplo, o discurso direto, as aspas, as glosas, discurso indireto livre ou mesmo a ironia. São formas linguísticas de representação do modo de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva, ou seja, com o interdiscurso que atravessa o dizer do sujeito. Estas formas podem ser identificadas no discurso de forma marcada pelo uso das aspas, do discurso direto ou citações e de forma não marcadas, como ironia, clichê, discurso indireto livre, metáfora, etc. (AUTHIER-REVUZ, 1999; 2004).

Consideramos importante ressaltar que o sujeito enunciador deixa marcas na textualidade de seu discurso da presença do Outro/outro, em nossa pesquisa isto foi identificado por meio do discurso relatado e do funcionamento discursivo da negação. O primeiro recurso marca principalmente que aquele dizer não é do próprio jornalista, por meio das marcas características da heterogeneidade mostrada. O segundo mecanismo, bastante recorrente em nosso *corpus*, o da negação, provoca a internalização de enunciados oriundos de outros discursos, marca a presença do discurso-outro (INDURSKY, 2013). Sobre cada um destes mecanismos explanaremos agora, para, em seguida, apresentarmos nossas análises.

### 5.2.1 O discurso relatado

Um das formas de se analisar os efeitos de sentido produzidos em uma notícia, é

observando o funcionamento do discurso relatado, que permite apreender a heterogeneidade do discurso em sua forma mostrada. Pêcheux (1997b) observa que o discurso-outro pode se manifestar quando é colocado em cena pelo sujeito (discurso indireto), ou quando o discurso do sujeito é colocado em cena como um outro (discurso direto). Estas outras vozes indicadas na superfície do texto, são, portanto, representadas por meio do discurso indireto e direto:

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Indursky (2013, p. 242), seguindo a classificação de Bakhtin (1981) para o discurso relatado, além dos discursos direto e indireto, trabalha com o discurso indireto livre. A autora esclarece que o discurso direto mantém à distância o enunciado do outro e independente, funcionando como “um simulacro de não intervenção” adotado por (L), no nosso caso, o jornalista; no caso do discurso relatado indireto o locutor (L) traduz, apropria-se do discurso do outro (I), sem compromisso com a fidelidade à textualidade. Quanto ao discurso indireto livre, é uma construção híbrida, não há marcas que identifiquem a fala do outro, é como se pertencesse apenas a (L).

Nesta pesquisa, a aplicação deste conceito se torna relevante por nos permitir compreender o modo de negociação do sujeito falante, o jornalista, com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso, indicando mecanismos de distanciamento entre o sujeito e aquilo que ele diz.

Uma das formas de analisar o modo como ocorre o comprometimento dos jornalistas com o dizer, ao noticiarem um acontecimento do cotidiano é por meio da modalização, manifesta no discurso através da polifonia e dos verbos *dicendi* (NASCIMENTO, 2006).

A modalização é uma categoria gramatical que explicita as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e a seu interlocutor (CAMPOS, 2004); está dividida em: Modalização Epistêmica, Deontica e Afetiva (NASCIMENTO, 2006 *apud* CASTILHO E CASTILHO, 1993, p. 222).

Na modalização epistêmica, o locutor faz uso de modalizadores para expressar uma avaliação em relação ao discurso produzido; na modalidade deontica, os modalizadores indicam que o sujeito enunciador “considera o conteúdo da proposição como algo que deve

ou precisa ocorrer obrigatoriamente” e a modalidade afetiva expressa o sentimento do locutor em relação ao enunciado (NASCIMENTO, 2006, p. 74 *apud* CASTILHO E CASTLHO, 1993).

Como elementos modalizadores, Nascimento (2006) destaca os verbos, mais especificamente os verbos *dicendi*, e propõe uma análise destes verbos nos trabalhos com o gênero notícia, destacando a ocorrência de dois tipos de verbos *dicendis*: os não-modalizadores, que apresentam o discurso do outro, sem deixar marcas ou avaliação do locutor, provocando um efeito de afastamento do discurso relatado, e os modalizadores, que marcam no discurso uma avaliação, modalização ou direção desse discurso pelo sujeito enunciatador. São exemplos de verbos *dicendi* e efeitos de modalização:

- a) verbos *dicendi* não-modalizadores (falar, dizer, explicar, concluir etc.);
- b) verbos *dicendi* modalizadores (acusar, elogiar, protestar, afirmar, declarar etc.);
- c) nominalizações de verbos *dicendi* modalizadores (crítica, promessa etc.);
- d) frases ou expressões modalizadoras (não se deu por vencido, não deixou por menos etc.);
- e) preposições (para, segundo etc.). (NASCIMENTO, 2006, p. 81).

A partir da mobilização dos conceitos acima, Formações Discursivas, Heterogeneidade Discursiva e Modalização, foram desenvolvidas as análises que seguem, nas quais é possível identificar o modo como os jornalistas do Meio Norte, inscrevendo-se em distintas formações discursivas, atualizando diferentes memórias, formulam discursos que constroem significados diversos (heterogêneos) para a inclusão educacional de sujeitos surdos praticada nos anos de 2015 e 2016 no Estado do Piauí.

### 5.2.2 Funcionamento discursivo da negação

*“Antes os deficientes auditivos não acreditavam na própria capacidade e não buscavam formação escolar”.*

*Gerente de Educação Especial da SEDUC*

Um mecanismo que entra em funcionamento nos discursos sobre a inclusão educacional de surdos e que está fortemente marcado em nosso *corpus* é o da negação. Nossa análise tem como base a pesquisa de Indursky (2013), que buscava compreender os discursos militares durante a ditadura militar. Para a autora, a negação permite identificar a presença do

discurso-outro no discurso em análise, evidenciando seu caráter constitutivamente heterogêneo.

Indursky (2013, p. 299) conclui em sua pesquisa que um discurso é duplamente determinado, primeiramente por uma formação discursiva que lhe é dominante e que determina o que pode e deve ser dito e, também pela formação antagônica, a qual determina do exterior o que não pode e não deve ser dito, ou seja, o que deve ser refutado. É essa “dupla determinação (o que deve e o que não deve ser dito) que administra a produção de sentidos em discursos que se inscrevem na modalidade negativa”, estabelecendo uma FD dominante explícita (FD1) e uma FD antagônica (FD2), sendo esta segunda constitutiva da primeira.

Para desenvolver a análise, Indursky (2013), com base na operação de representação desenvolvida por Culioli (1990), nos apresenta três procedimentos: o primeiro consiste em buscar no intradiscurso por elementos que o identifiquem à FD que o determina, ou seja, identificar em seu interior o mesmo, o repetível, o dizível nessa FD; o segundo implica buscar em seu interior o diferente, isto pode significar buscar o diferente dizível (pode ser dito) na FD ou buscar o não-dizível (não pode ser dito), uma exterioridade interdita ideologicamente; por fim, o terceiro procedimento, que a autora considera já estar incluso nos dois primeiros, consiste em relacionar o discurso com o lugar de onde o sujeito enunciator fala (identificação) e o lugar do *outro* (alteridade).

O sujeito pode, portanto, conforme afirma Indursky (2013, p. 264-265), tanto produzir o seu discurso por meio de uma predicação afirmativa, identificando o seu dizer com a formação discursiva que o domina, como pode fazer uso de uma predicação negativa, que por sua vez pode produzir três operações de negação discursiva: A negação externa, “que incide sobre o que não pode ser dito no interior de uma FD”, ou seja, sobre um discurso que provém de uma formação discursiva antagônica, estabelece fronteiras ideológicas; a negação interna, “que incide sobre o que pode, mas não convém ser dito neste domínio de saber”, fazendo aparecerem diferenças no interior da mesma formação discursiva; e a negação mista, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação.

Ressaltamos que, embora a autora tenha classificado as operações de negação em três maneiras diferentes, em nossa análise é a primeira, a negação externa, que melhor está representada em nosso *corpus* e que nos permitirá identificar e compreender os sentidos produzidos pela presença do outro no discurso em análise, naquilo que não pode ser dito a partir do lugar de onde enuncia o jornalista, a partir de determinada FD.

Por fim, para fazer os recortes dos discursos de negação e iniciar as análises, basta identificar as sequências em que estão em funcionamento os marcadores de negação,

representados nos discursos, por exemplo, por meio de advérbios de negação, não; prefixos de negação, in, des ou pronomes indefinidos como jamais, ninguém, nunca (INDUSRKY, 2013).

### 5.3 Análises

#### 5.3.1 A (in) capacidade do sujeito surdo: marcas ideológicas no discurso jornalístico sobre a inclusão.

Partindo do pressuposto de que todo discurso é constitutivamente heterogêneo, iniciamos nosso gesto analítico com recortes de SDs, cujo funcionamento produz fronteiras entre diferentes formações discursivas, entre o que estamos chamando de Formação Discursiva Ouvintista ou Clínica (SDO) e Formação Discursiva Surda (FDS). A primeira é evidenciada no discurso quando os jornalistas, ao narrarem acontecimentos do cotidiano sobre a inclusão de surdos, deixam escapar uma percepção ouvintista sobre a surdez, carregada de negatividade e preconceito; na segunda, os dizeres produzidos contribuem para a construção de um imaginário sobre o sujeito surdo como sujeito capaz, completo, em posição de igualdade em relação aos ouvintes.

Vimos anteriormente que a heterogeneidade do discurso pode ser marcada, mas também pode se manifestar de forma bem sutil, sendo necessário fazer intervir a memória discursiva para identificá-la (INDURSKY, 2013), é o caso das sequências que seguem, que trazem em sua estrutura o funcionamento da negação:

SD 11a - [Para quem imaginava que deficientes auditivos **não** têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizado dos ouvintes, Kelly Samara prova que é possível]

SD 12a – [A **deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro**. O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, tem vencido os obstáculos de sua limitação]

SD 13a – [Ela faz questão de enfatizar que surdos e ouvintes estão no mesmo patamar na capacidade de estudar e se **desenvolver e recomendou à população surda para que percebam a importância dos estudos e para que não desistam diante das primeiras dificuldades]**

SD 14a – [“nós temos que nos esforçar, tentar superar todos os **desafios e lembrar que não somos inferiores aos ouvintes**”, pontua]

SD 15a – [“a vida do surdo **atualmente** é totalmente diferente do **passado**, eles participam de todos os eventos que surgem e todas as modalidades que existem e estão avançando cada vez mais, **porque no passado eles não tinham tanta acessibilidade, não tinham intérpretes e hoje esses direitos já são uma realidade na vida dos surdos piauienses**”]

SD 16a – [“**Antes os deficientes auditivos não acreditavam na própria capacidade e não buscavam formação escolar. Hoje** é diferente, as escolas recebem essas pessoas e dão condições de aprendizado” Eleonora Sá – Gerente de Educação Especial da SEDUC]

Indursky (2013) orienta que a análise do funcionamento da negação inicie-se pela transformação metodológica da negação em afirmação, como forma de isolar o discurso do outro. Seguem, portanto, os recortes das predicativas negativas, identificadas pela letra *a*, seguidas de suas transformações em predicativas afirmativas, identificadas pela letra *b*, para que observemos o seu funcionamento:

SD 11a - [ Para quem imaginava que deficientes auditivos <b>não</b> têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizado dos ouvintes (...)] FDO
SD 11b - [Para quem imaginava que deficientes auditivos têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizado dos ouvintes (...)] FDS
SD 12a – [A deficiência auditiva <b>nunca</b> foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro.] - FDS
SD 12b – [A deficiência auditiva sempre foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro (...)] - FDO
SD 13a- [(...) e para que <b>não</b> desistam diante das primeiras dificuldades] - FDS
SD 13b – [(...) e para que desistam diante das primeiras dificuldades.] – FDO
SD 14a - [“(...) e lembrar que <b>não</b> somos inferiores aos ouvintes”, pontua] – FDS
SD 14b – [“(...) e lembrar que somos inferiores aos ouvintes”, pontua] FDO
SD 15a –[ (...) porque no passado eles <b>não</b> tinham tanta acessibilidade, não tinham intérpretes (...)] - FDS
SD 15b –[ (...) porque no passado eles tinham tanta acessibilidade, tinham intérpretes (...)] - FDO
SD 16a – [“Antes os deficientes auditivos <b>não</b> acreditavam na própria capacidade e <b>não</b> buscavam formação escolar(...)] - FDO
SD 16b – [“Antes os deficientes auditivos acreditavam na própria capacidade e buscavam formação escolar (...)] - FDS

A partir das transformações observadas, podemos inferir que o discurso-outro participa do discurso do jornal na qualidade de discurso transversal (INDURSKY, 2013, p. 270). Considerando a SD 11, ao enunciar que os deficientes auditivos não têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos ouvintes, evocando sua incapacidade, o dizer do jornalista se encontra inscrito numa FDO, enquanto que em SD 11b, ao afirmar que eles têm sim condições de acompanhar, fala-se a partir de uma FDS. Neste caso, o uso da terceira pessoa (quem) tem como efeito o afastamento-dissimulado do sujeito enunciador do que é dito, o sujeito-jornalista acredita, de maneira ilusória, que não se apresenta como “estes que não acreditam na capacidade dos surdos”.

Processo semelhante ocorre em SD 12, na primeira, SD 12a, ao se enunciar que a deficiência auditiva nunca foi um problema para Françoan, significa que ele podia estudar, se comunicar e viver sem qualquer restrição, portanto numa FDS, por outro lado, a SD 12b já

atribui à deficiência auditiva uma limitação, um problema, inscrevendo o dizer numa FDO. Sentidos semelhantes são produzidos nas SDs 13, 14 e 15, quando se enuncia que os surdos não desistem diante das primeiras dificuldades, não são inferiores aos ouvintes, não dispunham de acessibilidade, nem de intérpretes. Por outro lado, em SD16, temos o sentido inverso, um dizer próprio de uma FDO, por enunciar que o surdo não acreditava na própria capacidade e não buscava formação escolar, lugar em que a negação vai funcionar para responsabilizar o sujeito surdo pela sua exclusão, reproduzindo este outro discurso sócio histórico de que o sujeito com deficiência não acredita em sua própria capacidade. Nesta SD, o que não pode ser dito, o que é silenciado é o discurso-outro, a FDS, aquela que compreende que o sujeito surdo nada tem de limitado, mas sofre, por exemplo, as consequências da falta de acessibilidade nas escolas, como consta em SD 15, “porque no passado eles **não** tinham tanta acessibilidade, **não** tinham intérpretes”.

As construções negativas, portanto, revelam a presença transversa do discurso-outro no fio do discurso jornalístico, a heterogeneidade está na negação, estabelecendo uma fronteira ideológica entre duas FDs antagônicas, mostrando que, todo dizer é sempre atravessado por uma memória que lhe é constitutiva. A heterogeneidade discursiva marca este lugar do outro no que é dito, independente de quem sejam os interlocutores, manifesta-se nas condições em que o discurso é produzido e na memória que ele retoma.

Identificamos nas SDs (11-16) certos deslizamentos de sentidos que produzem no texto efeitos sobre as representações dos sujeitos surdos, nelas, a presença da negação, sempre coloca em evidência, mesmo que de maneira implícita, independente da vontade do jornalista, a condição de surdez enquanto perda, doença, um problema, limitação. Nestes espaços discursivos, ao se enunciar sobre o sujeito surdo, a partir de construções negativas, sempre se coloca em confronto discursos antagônicos, o dizer silenciado, que não pode ser dito em determinada FD, “é conectado como um contrário ao qual é preciso contrapor-se” (INDURSKY, 2013, p.270).

Vimos que o funcionamento da negação marca a presença do discurso-outro, mas não evidencia o nível de comprometimento do jornalista com uma ou outra FD. Nas SDs que seguem, a partir da noção de heterogeneidade discursiva marcada, ou do discurso relatado indireto (uso dos verbos *dicendi* e conjunção integrante que) e direto (uso de dois pontos e aspas), buscamos identificar marcas que permitissem identificar o nível de comprometimento ou distanciamento entre o sujeito jornalista e o que é dito. Um efeito de distanciamento, pois não há como dizer que o discurso direto “seja transparente e que a palavra inicial seja preservada sem distorções (INDURSKY, 2013, p.242).



Este recurso, normalmente utilizado para marcar um discurso direto, corresponde a uma operação metalinguística de distanciamento, marcando um lugar de isenção de responsabilidade, há casos em que vêm acompanhadas de um comentário crítico, seu uso produz um efeito de não evidência de adequação, sugere, portanto, que o jornalista, não dispõe de um domínio quanto ao sentido do termo. Neste sentido, Authier-Revuz (2004, p. 229) esclarece que as aspas “são uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um trabalho sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior” (ALTHIER-REVUZ, 2004, p. 229), marcando fronteiras entre um discurso e seu exterior, o discurso-outro, não-dito no dizer.

Em Costa & Santos (2012, p.106) esta zona de fronteira entre o que é dito (no discurso) e o que é silenciado (o discurso do outro/Outro), entre uma falta e um excesso, marcados no discurso pelo uso das aspas, é comparada ao efeito que a elipse (falta) e a incisa (excesso) provocam ao romperem com a linearidade de um discurso. Mas, por sua filiação aos pressupostos teóricos da AD, as autoras compreendem que esta falta, o não dizer, ou silêncio<sup>37</sup> é carregado de sentidos. A partir das relações que estabelecem, as autoras elaboram um escopo para o desenvolvimento de sua análise em textos da Revista Caros Amigos e concluem que:

O duplo funcionamento da incisa e da elipse na relação com o silêncio, para nós, repousa sobre as aspas, configura-se como uma fronteira, na qual os limites da incisa e da elipse se tocam produzindo efeito de sentidos. Nessa relação é preciso encarar as aspas como espaço de incompletude, opaco, de não-preenchimento, de possibilidade de dizeres. Lugar atravessado de/pelo silêncio (COSTA & SANTOS, 2012, p. 107)

O efeito de sentido produzido pelas aspas é, portanto, o de dissimulação, um não comprometimento do jornalista com o dizer, “na medida em que a posição-sujeito-autora se distancia do que é dito, talvez não se responsabilizando pelo o que diz” (COSTA & SANTOS, 2012, p. 109), indicam uma discordância entre posições de sujeitos, representadas por FD antagônicas, ambas afetando a constituição do sujeito-jornalista, dividido, atravessado por duas visões.

Com o objetivo de identificar este modo de negociação do sujeito jornalista com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso, recortamos as SDs abaixo para analisarmos o

---

<sup>37</sup> Tal como classifica Orlandi (2007, p. 74-76), o **silêncio fundador**, enquanto condição da significação e a **política do silêncio**, que se subdivide em **silêncio local** (censura, interdição do dizer) e **constitutivo**, com destaque para este, “que produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”, ou seja, pelo silêncio constitutivo se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que evocam dizeres próprios de uma outra formação discursiva, “trabalha assim os limites das formações discursivas”.

funcionamento do discurso relatado na produção de sentidos em recortes de seis notícias diferentes:

#### **SD 17 - Deficientes auditivos são aprovados no vestibular da UFPI (17/07/2015)**

Alunos surdos do Centro de Apoio Pedagógico ao Surdo (CAS), instituição mantida pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), têm muito o que comemorar. Dos 14 estudantes com deficiência auditiva do CAS, nove foram aprovados e três estão na lista de classificados da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Yago Pedro, de 18 anos, foi aprovado no curso de Licenciatura em Letras – Libras da Universidade Federal do Piauí e para ele, a aprovação é motivo de realização para sua família. “Para nós foi uma surpresa muito grande a aprovação. Mesmo eles sempre tendo acreditado em mim e no meu potencial, o resultado surpreendeu”, afirma.

#### **SD 18 - Nove jovens deficientes auditivos do CAS, mantido pela Seduc, conquistaram a aprovação para cursos da UFPI**

##### **Jovens são exemplos de superação no Piauí (19/07/2015)**

“Alguns alunos já me chamaram de louco, já sofri muito bullying na escola, já chorei muito. Hoje, essa vitória eu dedico à minha família e, principalmente, ao Centro de Apoio Pedagógico ao Surdo (CAS), que foi a base da minha formação. Aqui encontrei apoio, estrutura, professores e gestão que contribuíram com 90% da minha aprovação. É uma sensação indescritível ver meu nome na lista dos aprovados”, conta emocionado o jovem Yago Pedro, de 18 anos, que nasceu surdo e hoje é exemplo de dedicação e superação ao ser aprovado no vestibular.

#### **SD 19 - Libras**

**O Centro de Atendimento às Pessoas Surdas (CAS) realiza um trabalho de capacitação e formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A entidade capacita pelo menos 300 pessoas por semestre**

Os sinais que incluem (17/09/2015)

A comunicação é essencial para que haja integridade e inclusão de todos os membros da sociedade, inclusive aqueles que possuem dificuldades em se expressar com a maioria que é ouvinte. Por isso, o Centro de Atendimento às Pessoas Surdas (CAS) realiza um importante trabalho de capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os profissionais da educação, surdos e familiares, além da comunidade em geral.

(...)

Para que a inclusão social das pessoas surdas aconteça, é necessário que o meio familiar seja o principal alicerce de comunicação e incentivo. É dessa forma que uma criança nascida com alguma deficiência consegue vencer os empecilhos do cotidiano. Foi assim que a família da Marcela Kelly a ajudou a chegar ao Ensino Superior.

A dona de casa Luislane Queiroz é a maior incentivadora da filha. Desde quando a menina nasceu com limitações físicas, a dona de casa a ajudou a superar todos os problemas, primeiro com a fisioterapia para conseguir caminhar e ter a sua independência motora e segundo por enfrentar a surdez

congenita a qual fez Marcela perder a audição quase totalmente. “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas nunca deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela. Cheguei ao ponto de ir ao colégio dar lição de moral nesses meninos e de- pois disso passaram a protegê-la. Também tive que fazer o mesmo com os professores, eu expliquei que ela de- veria sentar na frente e que eles deveriam falar mais alto para que ela entendesse”, relembra Luislane. Apesar do

apoio dos pais, Marcela precisava de ajuda para aprender e se profissionalizar em Língua de Sinais e o CAS possibilitou esse progresso. “Eu descobri o centro sozinha e passei a frequentar com a minha mãe, que também aprendeu Libras para se comunicar comigo. No CAS também fui incentivada pela diretora e pela coordenadora a fazer o preparatório do Enem e ir para a universidade. Eu não sabia se era isso que eu realmente queria, mas com o apoio de todos eu consegui passar em Letras Libras e hoje estou na Ufpi, lugar onde eu realmente me sinto incluída”, explica Marcela.

## **SD 20 - Kelly Samara é a primeira pedagoga surda do Piauí com um diploma de ensino superior e prova que é possível superar desafios, com dedicação e determinação**

### **Piauí tem primeira surda a conquistar diploma (26/06/2016)**

Para quem imaginava que deficientes auditivos não têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizado dos ouvintes, Kelly Samara prova que é possível. Ela é a primeira pedagoga surda do Piauí com um diploma de ensino superior. Aos 36 anos, Kelly acaba de defender sua monografia com o tema “O bilinguismo como prática educacional para o surdo”, no curso de Pedagogia em uma faculdade particular de Teresina. A sua força de vontade de buscar a qualificação profissional trouxe muito mais do que a conquista do diploma, mas mostrou um verdadeiro exemplo de superação.

(...)

“Eu não aguentava mais ficar estudando um faz de conta e passei a trabalhar em um supermercado, mas lá alguns colegas do trabalho me incentivaram a deixar o emprego e voltar para a sala de aula e assim eu fiz”, frisa. Ela matriculou-se em um curso de instrutor e quando o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS-PI) surgiu, em 2006, passou a trabalhar no local e decidiu voltar a estudar para concluir o ensino médio.

## **SD 21 - DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

### **A deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro. O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, tem vencido os obstáculos de sua limitação**

#### **Aluno é aprovado em 1º lugar na Ufpi**

A deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro da Silva Monteiro. O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, desde cedo foi estimulado pela mãe, dona Márcia Monteiro, para ir além de seus limites e expandir os sentidos em busca de seus sonhos. No ano de 2009, Françoan foi matriculado na Unidade Escolar Mathias Olímpio, onde foi alfabetizado e letrado para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Aluno aplicado, logo se O estudante disse que esse foi apenas o primeiro passo de muitos para uma história de sucesso

destacou em sala de aula nas mais diversas disciplinas. Todo o esforço e dedicação do jovem teresinense resultou na aprovação, em primeiro lugar, para o curso de licenciatura plena em Letras - Língua Brasileira de Sinais (Libras), da Universidade Federal do Piauí (Ufpi). Feliz com a conquista, o estudante revelou que esse foi apenas o primeiro passo de muitos que virão para uma história de sucesso. “Sempre tive gosto pelos estudos. Em casa, na escola, em todo lugar, eu sempre estou pesquisando e buscando conhecimentos. Quando soube que fui aprovado em primeiro lugar, fiquei emocionado, lembrando de todo o meu esforço até aqui. Isso é só o começo, ainda pretendo ser um grande arquiteto”, sinalizou o estudante.

Além de contar com todo o apoio da mãe, Françoan teve outra grande aliada nessa conquista, a escola. A Unidade Escolar Mathias Olímpio acolhe alunos com deficiência auditiva, dando todo o suporte para o aprendizado.

## **SD 22 - Comunidade surda sofre pela falta de intérpretes**

### **LIBRAS Último Censo do IBGE apontou a existência de mais de 1 mil surdos no Piauí, mas não existem concursos públicos para intérpretes de LIBRAS no Estado, profissional importante para a inclusão dos surdos na sociedade**

De acordo com a Associação de Intérpretes e Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Piauí (APILSPI), a realidade da comunidade surda em todo Piauí está bem distante de ser inclusiva, isto porque não existem concursos públicos para intérpretes de LIBRAS no Estado, profissional importante para a inclusão dos surdos na sociedade, por ser mediador na comunicação destes com outras pessoas, inclusive entre os próprios surdos, tornando a comunidade surda do Piauí desassistida. Somente em Teresina, segundo o último censo do IBGE, são mais de 1.000 surdos. “Os surdos ficam desassistidos e, hoje, com a ideia do Governo Federal de escolas inclusivas, onde o alunos com deficiência possam ser incluídos na sala de aula, o que tem acontecido é que, em muitas escolas, vamos ter os alunos com deficiência auditiva desassistidos, sem intérpretes. Então, estaremos fazendo uma falsa inclusão, pois se o surdo está na sala de aula e não há um profissional capacitado que domine a língua de sinais, ele não terá nenhum ganho dentro da educação, pois nem o professor nem os colegas de turma sabem a língua de sinais e o surdo não sabe o português”, explica o presidente da APILSPI, Clevis Lima.

Nas SDs 17- 21, em que são relatados acontecimentos positivos de inclusão e sucesso educacional de surdos no Estado do Piauí, é recorrente o uso de discursos diretos e indiretos, com uso de aspas e verbos *dicendi*, que são formas marcadas da inscrição do outro no discurso. Em todos eles, são delimitadas falas de sujeitos surdos, suas famílias e de representantes do CAS, órgão mantido pelo governo do Estado do Piauí. Sabemos que este recurso, utilizado nas práticas jornalísticas, tem a função de validar a voz do sujeito enunciador, de modo que, ao reproduzir textualmente a fala do outro, tem a ilusão de se manter afastado do dizer. No entanto, Mariani (1996) nos esclarece que, na verdade, ocorre um simulacro da reprodução da fala do outro, pois em AD não se adota a possibilidade de haver autonomia do sujeito jornalista em relação ao seu dizer, de modo que, ao formular seu discurso em forma de notícias, ele faz uso da “gramática da impessoalidade”, produzindo um apagamento do locutor-jornalista, reproduzindo a ideia de que os fatos e os sujeitos falam por si, isenta o jornalista da responsabilidade do dizer:

SD 17 - “Para nós foi uma surpresa muito grande a aprovação. Mesmo eles sempre tendo acreditado em mim e no meu potencial, o resultado surpreendeu”, afirma.

SD 18 - “Alguns alunos já me chamaram de louco, já sofri muito bullying na escola, já chorei muito. Hoje, essa vitória eu dedico à minha família e, principalmente, ao Centro de Apoio Pedagógico ao Surdo (CAS), que foi a base da minha formação. Aqui encontrei apoio, estrutura, professores e gestão que contribuíram com 90% da minha aprovação. É uma sensação indescritível ver meu nome na lista dos aprovados”, conta emocionado o jovem Yago Pedro, de 18 anos, que nasceu surdo e hoje é exemplo de dedicação e superação ao ser aprovado no vestibular.

SD 19 - “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas nunca deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela. Cheguei ao ponto de ir ao colégio dar lição de moral nesses meninos e depois disso passaram a protegê-la. Também tive que fazer o mesmo com os professores, eu expliquei que ela deveria sentar na frente e que eles deveriam falar mais alto para que ela entendesse”, relembra Luislane

SD 20 - “Eu não aguentava mais ficar estudando um faz de conta e passei a trabalhar em um supermercado, mas lá alguns colegas do trabalho me incentivaram a deixar o emprego e voltar para a sala de aula e assim eu fiz”, frisa. Ela matriculou-se em um curso de instrutor e quando o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS-PI) surgiu, em 2006, passou a trabalhar no local e decidiu voltar a estudar para concluir o ensino médio.

SD 21 - “Sempre tive gosto pelos estudos. Em casa, na escola, em todo lugar, eu sempre estou pesquisando e buscando conhecimentos. Quando soube que fui aprovado em primeiro lugar, fiquei emocionado, lembrando de todo o meu esforço até aqui. Isso é só o começo, ainda pretendo ser um grande arquiteto”, sinalizou o estudante.

Nestes recortes temos, inicialmente, um efeito de distanciamento, marcado pelo uso das aspas, que, como já explicamos, estabelecem uma fronteira entre duas FDs, simula uma não adesão do locutor (o jornalista) ao já-dito, que por sua vez, é constitutivo do discurso jornalístico sobre a inclusão de surdos, simula não estar afetado pelo interdiscurso.

Pelo exposto, buscamos analisar os discursos relatados dispostos nas SDs 17-21, representados por vozes de sujeitos surdos e sua família, os quais, mesmo surpresos pelas conquistas atingidas, trazem em seu discurso marcas de experiências negativas vividas durante o percurso, nada fácil, que precisaram trilhar até o momento da aprovação no vestibular, a maioria ocorrida no ambiente escolar. Deles, empreendemos que, do lugar que sujeito locutor enuncia (jornalista), constituído a partir de forças ideológicas, dizer sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos em sociedade é algo que pode, tanto que foi dito, mas não deveria ser dito, daí o motivo das aspas. O que não pode ser dito e que está silenciado, não aparece nestes relatos, é o discurso antagônico a este da “inclusão”, o da “exclusão”, apagado no dizer, pois falar da exclusão é apontar a falha do governo, o nível de contribuição do Estado para este “sofrimento”, por não abastecer o seu sistema de ensino de recursos que garantam a inclusão plena deste sujeitos.

Em nosso gesto analítico, no qual buscamos compreender o processo de constituição de sentidos em notícias jornalísticas, levamos em consideração uma outra noção cara à AD, denominada por Mariani (1996) de narratividade, trata-se de um mecanismo bastante utilizado no jornalismo para relatar acontecimentos sociais, mas, o faz sob a ilusão de uma linguagem neutra, imparcial, isto porque, ao fazer referência a um fato, na produção do discurso, é posta em funcionamento uma memória, o sujeito jornalista faz interpretação, se constitui sujeito, identificando-se, inscrevendo-se em determinadas formações discursivas. A autora faz referência a Foucault para dizer que “o jornalismo se constitui em um dos lugares onde as narrativas, sob a ilusão de uma linguagem neutra, vão tornar visíveis as muitas experiências

sociais”, fala-se em ilusão porque, ao contar o que sabe, o jornalista já faz um gesto de interpretação, está “assujeitado a processos históricos que o ultrapassam” (MARIANI, 1996, p. 117-118).

Sabendo-se que, tal como revela Mariani (1996, p. 119), a narratividade é apreensível, podendo ser resgatada no texto por meio do trabalho do analista, nos dedicamos a identificar nas discursividades que narram acontecimentos sobre a inclusão educacional, o modo como os jornalistas enunciam e constituem um imaginário sobre os sujeitos surdos.

Ainda sobre as SDS 17-22, empreendemos que a narratividade das notícias recortadas, nas SDs 17-21 especificamente, se deu de modo a relatar positivamente acontecimentos relacionados à inclusão de surdos, tanto nos títulos, quanto no corpo da notícia, tendo como efeito a adesão do sujeito locutor ao que é dito, por não marcar a presença do outro:

#### **SD 17 - Deficientes auditivos são aprovados no vestibular da UFPI (17/07/2015)**

Alunos surdos do Centro de Apoio Pedagógico ao Surdo (CAS), instituição mantida pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), têm muito o que comemorar. Dos 14 estudantes com deficiência auditiva do CAS, nove foram aprovados e três estão na lista de classificados da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Yago Pedro, de 18 anos, foi aprovado no curso de Licenciatura em Letras – Libras da Universidade Federal do Piauí.

#### **SD 18 - Nove jovens deficientes auditivos do CAS, mantido pela Seduc, conquistaram a aprovação para cursos da UFPI**

##### **Jovens são exemplos de superação no Piauí (19/07/2015)**

#### **SD 19 - Libras**

**O Centro de Atendimento às Pessoas Surdas (CAS) realiza um trabalho de capacitação e formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A entidade capacita pelo menos 300 pessoas por semestre**

Os sinais que incluem (17/09/2015)

A comunicação é essencial para que haja integridade e inclusão de todos os membros da sociedade, inclusive aqueles que possuem dificuldades em se expressar com a maioria que é ouvinte. Por isso, o Centro de Atendimento às Pessoas Surdas (CAS) realiza um importante trabalho de capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os profissionais da educação, surdos e familiares, além da comunidade em geral.

(...)

Para que a inclusão social das pessoas surdas aconteça, é necessário que o meio familiar seja o principal alicerce de comunicação e incentivo. É dessa forma que uma criança nascida com alguma deficiência consegue vencer os empecilhos do cotidiano. Foi assim que a família da Marcela Kelly a ajudou a chegar ao Ensino Superior.

A dona de casa Luislane Queiroz é a maior incentivadora da filha. Desde quando a menina nasceu com limitações físicas, a dona de casa a ajudou a superar todos os problemas, primeiro com a fisioterapia para conseguir caminhar e ter a sua independência motora e segundo por enfrentar a surdez congênita a qual fez Marcela perder a audição quase totalmente.

**SD 20 - Kelly Samara é a primeira pedagoga surda do Piauí com um diploma de ensino superior e prova que é possível superar desafios, com dedicação e determinação**

**Piauí tem primeira surda a conquistar diploma (26/06/2016)**

Para quem imaginava que deficientes auditivos não têm condições de acompanhar o ritmo de aprendizado dos ouvintes, Kelly Samara prova que é possível. Ela é a primeira pedagoga surda do Piauí com um diploma de ensino superior. Aos 36 anos, Kelly acaba de defender sua monografia com o tema “O bilinguismo como prática educacional para o surdo”, no curso de Pedagogia em uma faculdade particular de Teresina. A sua força de vontade de buscar a qualificação profissional trouxe muito mais do que a conquista do diploma, mas mostrou um verdadeiro exemplo de superação.

**SD 21 - DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

**A deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro. O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, tem vencido os obstáculos de sua limitação**

**Aluno é aprovado em 1º lugar na Ufpi**

A deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan Ribeiro da Silva Monteiro. O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, desde cedo foi estimulado pela mãe, dona Márcia Monteiro, para ir além de seus limites e expandir os sentidos em busca de seus sonhos. No ano de 2009, Françoan foi matriculado na Unidade Escolar Mathias Olímpio, onde foi alfabetizado e letrado para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Aluno aplicado, logo se destacou em sala de aula nas mais diversas disciplinas. Todo o esforço e dedicação do jovem teresinense resultou na aprovação, em primeiro lugar, para o curso de licenciatura plena em Letras - Língua Brasileira de Sinais (Libras), da Universidade Federal do Piauí (Ufpi).

Percebe-se que nestes espaços discursivos, os dizeres dão visibilidade às ações de instituições mantidas pelo estado, CAS e SEDUC, descrevendo, por exemplo, numericamente os resultados alcançados por eles, “Dos 14 estudantes com deficiência auditiva do CAS, nove foram aprovados e três estão na lista de classificados (...). Yago Pedro, de 18 anos, foi aprovado no curso de Licenciatura em Letras – Libras” (SD 17). Este modo de “prestar contas” à sociedade, apresentando os resultados alcançados em números, é próprio de discursos políticos, que aparecem no dito por meio de discursos transversos.

Contudo, partindo do pressuposto de que todo ritual ideológico é sujeito a falhas, percebemos que esta linearidade é rompida no funcionamento da SD 22, pois, ao contrário do que se observa nas demais (17-21), o locutor jornalista inicia seu dizer marcando o discurso-outro: “**De acordo com** a Associação de Intérpretes e Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Piauí (APILSPI), a realidade da comunidade surda em todo Piauí está bem distante de ser inclusiva, isto porque não existem concursos públicos para intérpretes de LIBRAS no Estado” (SD 22). Desta discursividade podemos compreender, que, por se tratar de um fato que põe em evidência o ineficiente sistema de ensino no Estado do Piauí, destacando-se o

sofrimento da comunidade surda no Estado e a ausência de concurso público efetivo para os profissionais tradutores e intérpretes de Libras, estes dizeres são postos na forma de discurso relatado indireto, atribuindo, repito, apenas de maneira ilusória, a autoria, a responsabilidade do dizer à Associação de Intérpretes e Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Piauí e não ao jornalista. Isto evidencia o modo como os jornalistas do grupo Meio Norte formulam seu discurso do lugar de porta-voz do poder público vigente. De um lugar do qual não se pode dizer que este sistema político em vigência é falho e excludente.

### **5.3.3 A inclusão educacional do sujeito surdo: uma construção histórico-ideológica.**

No capítulo de condições de produção, bem como no de arquivo, apresentamos o contexto sociohistórico e ideológico que faz parte das condições de produção dos sentidos produzidos em notícias sobre a inclusão educacional de surdos, que compõem nosso *corpus*, e que foram postas em circulação nos anos de 2015 e 2016. Momento em que o país ganhou reforço de importante comando normativo com a entrada em vigor da lei Nº 13.146/15, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, nela, assim como no Decreto Nº 5.626/05, são reunidas diversas medidas de apoio, proteção e inclusão de pessoas surdas, dentre as quais, destacamos as seguintes: a obrigatoriedade do ensino de Libras para os surdos desde a educação infantil; a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos ofertados no país de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia; a oferta de educação bilíngue, com o uso em sala de aula da Libras como língua de instrução e da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, e a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, destinados a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (BRASIL, 2015).

Vimos também que, no Brasil, seja na forma de educação especial (em classes separadas) ou pelo sistema inclusivo (com surdos inseridos em escolas regulares), os primeiros modelos de educação dos surdos adotados, constituídos a partir de uma FD clínica e não pedagógica, são reproduzidos em diversas práticas educacionais atuais. Isto porque, independente de existirem leis específicas que versam sobre a educação de surdos, e que resultaram de inúmeras reivindicações da população surda, ainda é recorrente os casos de evasão escolar ou reprovação de alunos surdos (SKLIAR, 2013).

Nesta seção, pretendemos identificar qual imaginário de educação de surdos é



construído a partir das formulações do jornal Meio Norte no Piauí, para isso, buscamos sempre identificar as memórias, as posições ideológicas que são colocadas em jogo na produção discursiva de notícias sobre a inclusão educacional de surdos no Estado.

Em nosso empreendimento analítico partimos, portanto, do pressuposto de que o discurso jornalístico é historicamente constituído a partir de forças ideológicas oriundas de instituições representativas da elite dominante, estando, portanto, encarregado de manter certas informações em circulação (MARIANI, 1999).

O Jornal Meio Norte, conforme atesta a pesquisa realizada por Moura (2012), com o objetivo de analisar discursivamente os editoriais deste jornal, funciona como um veículo de comunicação produzido por uma Instituição que está ligada a determinados grupos políticos que ocupam o poder no Estado do Piauí:

Uma observação mais acurada, no entanto, nos fez perceber que havia certa contrariedade entre os pontos de vista enunciados, chegando a produzir discursos completamente antagônicos sobre os mesmos fatos sociais em momentos distintos. Isso nos revelou a existência de um material linguageiro altamente ideologizado e clivado por aspectos sociais, econômicos e políticos verificados a partir de algumas mudanças substanciais ocorridas na sociedade piauiense na última década. Um prato cheio, portanto, para qualquer analista do discurso (MOURA, 2012, p.16).

Em sua pesquisa, o autor esclarece que este posicionamento do Jornal Meio Norte, por ele denominado de híbrido, deve-se, por um lado, ao fato do Jornal estar ligado a um “grupo empresarial historicamente aliado a ideias e partidos políticos de direita”, e por outro, conforme também apresentamos em nosso capítulo de condições de produção, à histórica ligação da imprensa piauiense ao Poder Político vigente, que no ano da pesquisa, 2012, estava sob o domínio do PT, dito de esquerda (MOURA, 2012, p. 17).

Porém, apesar de ser constitutivo, o discurso jurídico-político que afeta o jornal é apagado, e o que temos, é a impressão de que ele apenas divulga acontecimentos de forma neutra e imparcial e, para validar o caráter impessoal da notícia, o jornalista faz uso de uma “gramática da impessoalidade”, que consiste em mesclar sua fala com outras, produzindo o efeito de que os fatos e sujeitos falam por si, isentando assim sua responsabilidade sobre a origem do dizer (MARIANI, 1996).

Recortamos as SDs (23-26) por nos permitirem visualizar o modo como o discurso dos jornalistas são atravessados por discursos outros, próprios das Instituições Ideológicas que o constituíram, mais especificamente os discursos políticos-jurídicos (Estado):

SD 23 – [“a vida do surdo **atualmente** é totalmente diferente do **passado**, eles participam de todos os eventos que surgem e todas as modalidades que existem e estão avançando cada vez mais, porque no passado eles não tinham tanta acessibilidade, não tinham intérpretes e hoje esses direitos já são uma realidade na vida dos surdos piauienses”]

SD 24 – [Segundo Elizabeth, o processo de desenvolvimento das pessoas que tem ausência de audição não é igual aos ouvintes e que o processo de comunicação é desenvolvido passo a passo. É realizado também um trabalho junto às famílias e com o trabalho realizado desde 2006 é possível perceber o avanço dos surdos]

SD 25 – [“**Antes** os deficientes auditivos não acreditavam na própria capacidade e não buscavam formação escolar. **Hoje** é diferente, as escolas recebem essas pessoas e dão condições de aprendizado” Eleonora Sá – Gerente de Educação Especial da SEDUC]

SD 26 – [Há dez anos, ela ingressou no ensino superior graças ao Programa Universidade para Todos (PROUNI)]

As marcas de temporalidade identificadas nestas SDs, ou dêixis discursiva, fazem referência a um período (atualmente, no passado, antes, hoje, há dez anos) e produzem sentidos no contexto da enunciação, apontam para atuação do Estado e suas políticas de inclusão, apresentando-as como um “divisor de águas” na vida dos sujeitos surdos piauienses.

Do modo como foram enunciadas, as SDs 23 e 24, é constituído o sentido de que a condição para que a inclusão educacional de surdos ocorresse naquela situação, naquele período entre os anos de 2015 e 2016, foi a efetiva atuação do Estado, com suas ações políticas. Observe que na SD 25 o sujeito locutor chega a enunciar que antes deste período, ou seja, antes de uma ação efetiva do Estado, os surdos nem mesmo buscavam uma formação escolar, produzindo como efeito de sentidos a ideia de que, se estavam de alguma forma excluídos, era por seu próprio desinteresse, por sua própria incapacidade e limitação, uma limitação causada pela surdez.

Este efeito se dá no momento em que o discurso dos jornalistas é atravessado, por meio do discurso relatado direto, com uso de aspas, pelos discursos de representantes de instituições do governo (discurso político-jurídico), coordenadora do CAS, gerente de educação especial, instaurando aí, pelo seu distanciamento, o efeito de verdade, de palavra final, o (aparente) compromisso com a verdade.

É a este mecanismo que nos referimos ao dizer que há um atravessamento do discurso político-jurídico (Outro) ao discurso do jornal Meio Norte, quando jornalistas, na formulação de notícias, enunciam que a criação de leis e políticas de inclusão foram determinantes para a promoção da inclusão educacional de surdos no Estado do Piauí (algo já atingido).

Compreendendo que as Formações Discursos determinam o que pode e deve ser dito em determinada posição-sujeito, em relação às SDs 23-26, constatamos que na materialidade

discursiva destas sequências, por meio de um processo parafrástico que se estabelece no funcionamento da negação, fala-se de um lugar, no qual não há espaço para uma apresentação do sujeito surdo como plenamente capaz de exercer cidadania e se desenvolver. A reprodução desta concepção pode ser observada na SD 26, quando, por meio de uma predicativa afirmativa, se diz que se ela (pessoa com surdez) ingressou no ensino superior, há 10 anos, foi “graças” ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), ou seja, desde 2006, ano em que, por determinação da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, as Instituições Privadas passaram a receber alunos através do PROUNI.

Concluimos, portanto, que este mecanismo de atravessamento de discursos político-jurídicos ao discurso do jornal, reforça, válida as concepções que são próprias de uma FDO, pela quais, o sujeito surdo, deficiente é impossibilitado de, por sua própria capacidade, ter sucesso educacional, tendo, portanto, neste suporte do governo, por meio de seus instrumentos legais, o único caminho possível para o sucesso educacional.

#### **5.3.4 A Palavra-discurso, “superação”.**

Tendo identificado as diferentes FDs sobre as quais o discurso do Jornal Meio Norte se inscreveu ao enunciar o acontecimento discursivo “inclusão educacional de surdos no Piauí”, passamos a analisar o modo como as palavras adquirem diferentes sentidos, dependendo da FD em que se inscrevem, como elas atualizam diferentes memórias. “Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de “objetos” relativos a um dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 40).

O processo de designação, conforme sugere Guimarães (2005), é constitutivo dos sentidos no texto, promove a significação a partir de uma relação tomada na história, classifica o objeto (pessoa, classe, lugar, etc). Em sua obra “Semântica do Acontecimento”, o autor, trabalha com os conceitos de nomeação, designação e referência para analisar os sentidos do nome próprio, fazendo a seguinte distinção:

*A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, (...) uma relação linguística (...) tomada na história (GUIMARÃES, 2005, p. 9).*

Pelo exposto, compreendemos que designar não é apenas classificar ou nomear um objeto, trata-se de uma construção linguística (simbólica) de sentidos do que é nomeado, a

partir de sua relação com a história, e que a produção de efeitos de sentidos no discurso somente se dá por toda esta relação de sentidos que são resgatados ao se referir a algo, quando uma memória, um dizer anterior, é resgatado, pela relação da língua com a história. (GUIMARÃES, 2005).

Orlandi (2015a, p.34) nos esclarece que sujeitos e sentidos estão sempre se constituindo por um movimento do simbólico e da história, o próprio funcionamento da linguagem ocorre “na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”, entre o mesmo e o diferente.

Pensando este movimento dos sujeitos e dos sentidos, Pêcheux (2015, p.53) trabalha com a noção de equívoco, considerando que a língua está sujeita à falha, e afirma “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. É para compreender este processo, ou seja, o modo como o político e o linguístico se relacionam que Pêcheux percebe a importância das disciplinas de interpretação.

Lopes (2009, p.91) esclarece que a relação de designação não é estável e que, assumir essa posição “é permitir a inserção da história, (...) é dizer que o acontecimento nomeia um referente e mobiliza uma historicidade que lhe é própria”, podendo produzir “efeitos metafóricos, de ressignificação, de transferência de sentidos, de deslizamento, de equívoco, mostrando o ponto em que a língua falha”.

Orlandi (2013), ao analisar a música Katia Flavia, nos apresenta a noção de palavra-discurso, palavra carregada de discursividade, na qual funciona o interdiscurso, o real da história, faz alusão, vira coisa, carregada de efeitos ideológicos, produz sentidos, a palavra que “produz realidade, constituindo determinado imaginário” (ORLANDI, 2013, p. 16). Toda esta relação acontece com a interferência da memória, constitutiva dos sentidos das palavras, admite-se, portanto, a possibilidade de haver discurso em uma palavra, cuja análise é feita por meio da relação dela com as formações discursivas em que são enunciadas.

Orlandi (2013) reforça a ideia trabalhada em AD da ilusão constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, dos sujeitos de serem a origem de si, e dos sentidos de serem transparentes, quando na verdade ambos são construídos discursivamente.

Em nosso material analítico uma palavra é recorrente, “superação”, constatamos que ela é citada 16 vezes apenas em 07 notícias, além disso, a expressão é também reescrita de diferentes formas por meio de um processo parafrástico, como em “tem vencido os obstáculos de sua limitação” e “ir além de seus limites”. Assim, a repetição, os retornos do mesmo, observa Orlandi (2013), contribuem para os efeitos de sentidos produzidos pelo uso da

“palavra-coisa”, palavra-discurso. Como efeito, a narratividade do jornal para os acontecimentos envolvendo a inclusão educacional de surdos acaba por colocar o sujeito surdo num lugar de superação, selecionamos apenas algumas sequências discursivas, que acreditamos serem suficientes, para visualizarmos e compreendermos o funcionamento desta, que estamos chamando de *palavra-discurso*. Segue abaixo os recortes selecionados:

- SD 27 – [O vasto currículo do professor e a vontade de **superação** tornam Luiz Cláudio um exemplo de motivação e inspiração.]
- SD 28 – [**Superando** as barreiras do som.]
- SD 29 – [jovem Yago Pedro, de 18 anos, que nasceu surdo e hoje é exemplo de dedicação e **superação** ao ser aprovado no vestibular.]
- SD 30 – [**SUPERANDO PRECONCEITOS** - Yago acredita que **não** existe preconceito pior do que o do próprio deficiente. “**Quando o deficiente acredita que não pode levar uma vida normal**, ele perde o estímulo. Esse preconceito é o primeiro **que deve ser combatido**. Independentemente de ser surdo, posso viver, estudar. Como homem e cidadão, contribuo para o desenvolvimento do país em que nasci”, afirma.]
- SD 31- [“**Os desafios** estão aí para ser encarados e **superados**. Sei que muitas batalhas estão por vir (...)”.]
- SD 32 – [Desde quando a menina nasceu com limitações físicas, a dona de casa a ajudou a **superar** todos os problemas (...). “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas nunca deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela (...)”.]
- SD 33 – [“Nós temos que nos **esforçar**, tentar **superar** todos os desafios e lembrar que não somos inferiores aos ouvintes”, pontua. (W.B.)]
- SD 34 – [O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, tem **vencido os obstáculos** de sua limitação.]
- SD 35 – [Planeja levar a comunidade portadora de deficiência auditiva para a universidade e facilitar a comunicação e a divulgação de conhecimento, contribuindo **para mudar o pensamento das pessoas em relação ao surdo** (...).]
- SD 36- [(...)a história do professor é referência para quem convive com algum tipo de **limitação e até mesmo** para quem não possui deficiência alguma, pois ele sempre acreditou que a base para **conseguir vencer** todas as **barreiras** seria através do estudo e nunca pensou em desistir.]
- SD 37 – [O seu processo de **superação das barreiras** mostra que é possível a participação de todos os portadores de deficiência auditiva a alcançarem seus objetivos].
- SD 38** – [Ela faz questão de enfatizar que surdos e ouvintes estão no mesmo patamar na capacidade de estudar e se desenvolver e recomendou à população surda para que percebam a importância dos estudos e para que não desistam diante das primeiras **dificuldades**.]
- SD 39 – [Era uma escola pública, eu tinha contato com surdos e com alunos ouvintes”, afirma. Ela lembra que no início era muito difícil, porque **os professores não explicavam em Libras, não havia intérpretes e ela não compreendia os assuntos**.]
- SD 40 – [Aos 3 anos de idade foi matriculada em uma escola particular, mas **o processo de aprendizado era muito difícil**, pois Kelly **não conseguia entender** o conteúdo ministrado.]

Partindo do pressuposto de que os *sentidos são relação a*, iniciamos este gesto analítico buscando identificar as palavras que estão em jogo nestas SDs, se relacionando com **superação**, mas antes, percebemos que ela se manifesta de um modo geral produzindo três efeitos, o de algo a ser superado, algo que está sendo superado e o de algo já superado. Sobre o primeiro e o segundo funcionamento, a ser superado e sendo superado (gerúndio),

destacamos que a palavra “superação” faz relação com “barreiras do som” (surdez) - “obstáculos” - “dificuldades” - “limitação” - “preconceito do próprio deficiente” - “desafios” - “batalhas” - “o pensamento das pessoas em relação ao surdo”. No terceiro, de algo já superado, podemos citar a relação com “pensar em desistir” - “vontade de superar” - “os desafios” - “aprovado no vestibular”. A justaposição dessas expressões por si só, já está carregada de sentidos, evocam um imaginário já instaurado socialmente sobre a própria trajetória de vida de pessoas com deficiência, mas representam apenas uma organização do que foi posto, dado pelas SDs, nos questionamos sobre o que falta, o que não é dito na superfície linguística? O que este jogo diz sobre o sujeito locutor jornalista? O que dizem sobre o referente, o surdo? Quais posições ideológicas são movimentadas?

Para responder a estas questões, mobilizamos algumas noções já trabalhadas nesta pesquisa. Primeiramente, consideramos a constatação a que chegou Indursky (2013, p.264) ao trabalhar com o funcionamento da negação, a de que “quando o sujeito do discurso pode e deve dizer o que diz a partir do seu lugar social, ele o faz por uma predicação afirmativa, identificando seu dizer com o saber da FD que o afeta (...)”. Isto pode ser observado nas SDs abaixo:

SD 27 – [O vasto currículo do professor e a vontade de superação **tornam** Luiz Cláudio um exemplo de motivação e inspiração.]  
 SD 29 – [jovem Yago Pedro, de 18 anos, que nasceu surdo e hoje é exemplo de dedicação e **superação** ao ser aprovado no vestibular.]  
 SD 32 – [Desde quando a menina nasceu com limitações físicas, a dona de casa a **ajudou a superar** todos os problemas (...).  
 SD 34 – [O jovem de 22 anos, que nasceu com surdez total, **tem** vencido os obstáculos de sua limitação.]  
 SD 37 – [O seu processo de **superação das barreiras** mostra que é possível a participação de todos os portadores de deficiência auditiva a alcançarem seus objetivos].

Nestas SDs, notamos que o uso da palavra-discurso *superação*, vem acompanhado de flexões verbais no presente ou no passado (tornam, tem, ajudou, é), compondo o grupo de SDs que classificamos como atingidas e em processo de superação, como não apresentam marcas explícitas do discurso do outro (aspas, verbos *dicendi*), elas aparecem como sendo próprias do sujeito-jornalista. Estas SDs estão constituídas de dizeres que apontam as dificuldades do sujeito surdo como superadas, o que faz com que eles se tornem exemplos de dedicação, tendo como efeito de sentidos que estes sujeitos, mesmo sendo deficientes, surdos, têm condições de estarem incluídos em sociedade, “mostra que é possível a participação de todos os portadores de deficiência auditiva a alcançarem seus objetivos”(SD 37), desde que eles, os surdos, superem as “suas limitações”.

Pelo exposto, identificamos que o sujeito-jornalista é afetado por dizeres que são próprios do discurso político, este que aponta sempre para o que tem dado certo naquilo que apresentam como proposta, no caso, suas políticas de educação inclusiva, ao tempo em que silenciam suas falhas. Neste caso, sabendo-se que o “discurso da inclusão” é mesmo a proposta do governo do Estado do Piauí, nestas condições de produção, o jornalista fala do lugar dos representantes políticos, e, enquanto, porta-voz destes discursos, ele não pode dizer diferente, a limitação a ser superada não pode ser outra, senão a do próprio surdo.

Ainda sobre o funcionamento da negação proposto por Indursky (2013), repito, bastante recorrente em nosso *corpus*, passamos agora a analisar SDs em que esta marca linguística, da negação, está representada:

SD 30a – [SUPERANDO PRECONCEITOS - Yago acredita que não existe preconceito pior do que o do próprio deficiente. “Quando o deficiente acredita que não pode levar uma vida normal, ele perde o estímulo. Esse preconceito é o primeiro que deve ser combatido. Independentemente de ser surdo, posso viver, estudar. Como homem e cidadão, contribuo para o desenvolvimento do país em que nasci”, afirma.]

SD 32a – [Desde quando a menina nasceu com limitações físicas, a dona de casa a ajudou a superar todos os problemas (...). “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas nunca deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela (...)”.]

SD 38a – [Ela faz questão de enfatizar que surdos e ouvintes estão no mesmo patamar na capacidade de estudar e se desenvolver e recomendou à população surda para que percebam a importância dos estudos e para que não desistam diante das primeiras dificuldades.]

SD 39a – [Era uma escola pública, eu tinha contato com surdos e com alunos ouvintes”, afirma. Ela lembra que no início era muito difícil, porque os professores não explicavam em Libras, não havia intérpretes e ela não compreendia os assuntos.]

Retomando o que propôs Indursky (2013, p. 299), ao considerarmos a dupla determinação dos discursos que se inscrevem na modalidade negativa, determinados pelo que deve e o que não deve ser dito, tornando visível duas FDs antagônicas, “uma FD dominante explícita (FD1) e uma FD antagônica (FD2), sendo esta segunda constitutiva da primeira”, podemos compreender outros efeitos de sentidos produzidos pelo uso da palavra *superação*. Iniciamos, portanto, pela transformação destas SDs em afirmação:

SD 30a – [SUPERANDO PRECONCEITOS - Yago acredita que não existe preconceito pior do que o do próprio deficiente. “Quando o deficiente acredita que não pode levar uma vida normal, ele perde o estímulo (...)]

SD 30b – [SUPERANDO PRECONCEITOS - Yago acredita que existe preconceito pior do que o do próprio deficiente. “Quando o deficiente acredita que pode levar uma vida normal, ele ganha o estímulo.

Sobre esta SD30, temos, já de início, pelo uso do discurso relatado, uma marca de distanciamento (apenas ilusório) do sujeito jornalista. Pela abordagem metodológica que estamos trabalhando, a SD 30a corresponde à FD da qual enuncia o locutor, e que, por enunciar que o preconceito é *do deficiente* e que se não pode levar uma vida normal, se ainda está “superando preconceitos”, é porque *ele mesmo não acredita em si*, é a sua baixa-aceitação que deve ser superada, reproduz dizeres que são próprios de uma FDO, a que coloca sobre o sujeito surdo a responsabilidade por sua exclusão. O discurso-outro, o que é refutado, silenciado, é um que afirma que existe sim preconceito pior do que o do próprio deficiente, logo, o do não-deficiente, o do ouvinte, deste lugar se acredita sim que o surdo pode levar uma vida normal, logo, uma FDS. As aspas e as marcas de negação, portanto, evidenciam o modo dissimulado de o jornalista aderir ao discurso ouvintista, mesmo não estando explicitado no que se diz.

SD 32a – [ (...) “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas nunca deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela (...)”.]  
 SD 32b – “Ela sofria muito com bullying na escola, as outras crianças falavam e riam dela, mas sempre deixei que isso atrapalhasse a vida escolar dela (...)”.]

Pelo mesmo funcionamento anterior, temos na SD 32a o uso das aspas, como efeito de distanciamento, e o dizer com marca de negação, o de uma mãe que “nunca deixou que o bullying ou outras crianças, atrapalhassem a vida escolar da filha”. Há nesta formulação um discurso que diz que o bullying atrasa a vida escolar, é um dos problemas enfrentados pelo surdo, mas dito de outro modo.

Por outro lado, pensando os sentidos de superação e o modo como esta palavra diz sobre a inclusão educacional de surdos, compreendemos que deste lugar do qual o locutor jornalista enuncia, a inclusão acontece sim, desde que a mãe (a família) tome uma atitude; como efeito de sentido temos que a responsabilidade pelo sucesso, pela eliminação das barreiras é da família. Neste caso, qual formação discursiva representa o discurso-outro, o refutado, o não aderido pelo jornalista? Para compreendermos o lugar que tem sido refutado pelo funcionamento do discurso do jornal na produção desta notícia, é necessário esclarecer que se trata da aprovação da filha, que é surda, no vestibular, o fato que virou notícia foi o sucesso já atingido pela filha, logo, a outra maneira de transformar esta SD em afirmação, conforme orienta Indursky (2013, p.281), por se tratar de uma negação interna, que não marca uma fronteira entre FDs diferentes, mas marca diferenças dentro da mesma FD. Temos, portanto, nas duas SDs, a e b, o mesmo sujeito sofrendo bullying pelos colegas de classe e



ainda assim sendo aprovado no vestibular, o outro silenciado é a existência de mães que não interferem em conflitos que surgem no ambiente escolar, logo, os conflitos que surgem têm que ser resolvidos por quem? Pela escola, as dificuldades enfrentadas pelo sujeito surdo devem ser solucionadas pela escola, é responsabilidade da escola e não apenas da família, aí entraria a participação do Estado.

Por fim, na FD1 as barreiras vividas pelo surdos devem ser superadas pela família, já em FD2, elas seriam superadas pela escola, o Estado, e isto não é dito no discurso do jornal, é silenciado, evidenciando mais uma vez a relação de força que o Estado exerce sobre o os sujeitos jornalistas, determinado o lugar do qual eles podem e devem enunciar.

SD 38a – [(...) e recomendou à população surda para que percebam a importância dos estudos e para que **não** desistam diante das primeiras dificuldades.]

SD 38b – [(...)e recomendou à população surda para que percebam a importância dos estudos e para que desistam diante das primeiras dificuldades.]

Por meio de um discurso relatado indireto, a SD 38, além de marcar um certo distanciamento entre o locutor e o dizer, estabelece, pela negação, uma relação com o discurso-outro que o constitui, fazendo, por meio da refutação, ecoar que existe um discurso outro de que as pessoas surdas desistem diante das primeiras dificuldades. Perceba que há uma modalização do dizer, “recomendou”<sup>38</sup>, palavra que, numa breve consulta em internet, aparece como sinônimo de “aconselhar”, fazer ver o que não é visto, o que não é feito, ou seja, o processo de inclusão, a superação, depende de uma posição do surdo em relação aos estudos, é dele, novamente, a responsabilidade pelo seu sucesso.

SD 39a – [ (...) porque os professores não explicavam em Libras, não havia intérpretes e ela não compreendia os assuntos.]

SD 39a – [ (...) porque os professores explicavam em Libras, havia intérpretes e ela compreendia os assuntos.]

Nestas SDs, o sentido de superação é construído a partir de uma posição distinta das anteriores, temos um sujeito jornalista descrevendo em seu discurso dificuldades, barreiras que impactam o processo de inclusão de surdos, desta vez não são postas pelos surdos, mas partem do mau funcionamento pedagógico da escola. Há, neste caso, um discurso outro que

<sup>38</sup> Traduzido em: <https://www.dicio.com.br/recomendar/>.

diz que, se o professor explicasse em Libras, se tivesse intérpretes de Libras na escola, haveria inclusão. É importante esclarecer que este recorte foi extraído de uma notícia posta em circulação em Junho de 2016, que tinha como título “Piauí tem primeira surda a conquistar diploma”, num texto que resume a notícia, disposto em fonte menor, logo acima do título se diz o seguinte: “Kelly Samara é a primeira pedagoga surda do Piauí com um diploma de ensino superior e prova que é possível superar desafios, com dedicação e determinação”. Trata-se, portanto, de alguém que se enquadra no que o jornal tem posto como “exemplo de superação”, o recorte que estamos analisando, SD 39, faz referência à escola onde Kelly estudou no Ensino Fundamental, era nesta escola da rede pública de Teresina, portanto, sob a égide da Prefeitura Municipal, que **professores não explicavam em Libras, que faltava intérpretes** e que, portanto, **não era permitido que a aluna surda compreendesse o assunto**.

Fizemos um recorte da notícia para melhor demonstrar as inferências que temos feito, quando identificamos que, nem mesmo nesta notícia, que coloca a responsabilidade pelo “fracasso” do surdo sob o poder público, está preservada a “neutralidade”, a “imparcialidade” do discurso do jornal, observe:

**Figura 7 – Notícia – Primeira pedagoga surda do Estado**

<p><b>No início era muito difícil, porque os professores não explicavam em Libras, não havia intérpretes</b></p> <p>a estudar com alunos ouvintes. Era uma escola pública, eu tinha contato com surdos e com alunos ouvintes”, afirma. Ela lembra que no início era muito difícil, porque os professores não explicavam</p>	<p>em Libras, não havia intérpretes e ela não compreendia os assuntos.</p> <p>No entanto, sensibilizados, alguns colegas de classe lhe ajudavam na hora dos trabalhos e dessa forma foi avançando nas séries até a chegada do ensino médio, quando a situação se complicou devido a algumas disciplinas como física e química, em que ela não conseguia fixar os assuntos e decidiu, então, desistir dos estudos quando cursava o 2º ano.</p>	<p>“Eu não aguentava mais ficar estudando um faz de conta e passei a trabalhar em um supermercado, mas lá alguns colegas do trabalho me incentivaram a deixar o emprego e voltar para a sala de aula e assim eu fiz”, frisa. Ela matriculou-se em um curso de instrutor e quando o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS-PI) surgiu, em 2006, passou a trabalhar no local e decidiu voltar a estudar para concluir o ensino médio.</p>
---	---	---

**Fonte: Jornal Meio Norte**

Pelo recorte acima, vemos que, quando fala sobre a sua passagem pelo Ensino Médio, Kelly informa que “a situação se complicou”, e alega que foi devido às disciplinas de física e química que **ela não conseguia fixar os conteúdos, por isso, desistiu dos estudos no 2º ano**. Durante o Ensino Médio não foram relatados problemas na estrutura oferecida pela escola, e

sim na capacidade da aluna surda compreender. Sabemos que na cidade de Teresina, as escolas de Ensino Fundamental são administradas pela Prefeitura, enquanto as escolas de Ensino Médio são administradas pelo Governo do Estado, ou seja, o jornalista enuncia de um lugar do qual, naquelas condições de produção, naquele contexto, no ano de 2016, era admitido falar das falhas de uma escola do sistema de ensino municipal, mas não era permitido (falo apenas de uma força ideológica) falar sobre as falhas do governo estadual. Podemos amparar nossa constatação no seguinte: Kelly tinha 36 anos em 2016, quando se formou, na notícia é informado que ela começou a estudar com 3 anos de idade (SD 40) e não há relato de que tenha parado de estudar antes de chegar ao Ensino Fundamental, logo, se ela nasceu em 1980, então, aproximadamente entre os 6 e 14 anos de idade cursava o Ensino Fundamental, portanto, entre os anos de 1986 e 1994. A Wikipedia disponibiliza em sua página, no endereço <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_prefeitos\\_de\\_Teresina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Teresina)>, uma lista dos prefeitos de Teresina, nos atentamos para os últimos 32 anos (desde 1986), tempo mínimo pra que Kelly tenha ingressado no ensino fundamental, como segue:

Tabela I: Lista de prefeitos e Teresina (1983-2018)

Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato
Antônio Freitas Neto	Partido Democrático Social - PDS	21 de março de 1983	1 de janeiro de 1986
Wall Ferraz	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	1 de janeiro de 1986	31 de dezembro de 1988
Heráclito Fortes	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	1º de janeiro de 1989	31 de dezembro de 1992
Wall Ferraz	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 1993	22 de março de 1995
Francisco Gerardo	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	22 de março de 1995	31 de dezembro de 1996
Firmino Soares Filho	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 1997	31 de dezembro de 2000
Firmino Soares Filho <sup>[15]</sup>	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 2001	31 de dezembro de 2004
<u>Sílvio Mendes</u>	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 2005	31 de dezembro de 2008
Sílvio Mendes	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 2009	31 de março de 2010
<u>Elmano Férrer</u>	Partido Trabalhista Brasileiro -PTB	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2012
Firmino Soares	Partido da Social Democracia Brasileira -	1º de janeiro de 2013	31 de dezembro de 2016

Filho		PSDB		
Firmino Soares Filho		Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1º de janeiro de 2017	<i>em exercício</i>

Vemos, portanto, que nos últimos 32 anos a Prefeitura de Teresina nunca foi representada pelo PT, ou seja, este partido não administrava a prefeitura, logo, neste dizer, representado pela SD 39, posta em circulação em 2016, nada foi dito que pudesse pôr em questionamento a prática educacional desenvolvida pelo governo do Estado do Piauí, que no ano da pesquisa estava sob o domínio do PT, marcando, mais uma vez a relação de força que o poder político vigente exerce ideologicamente sobre o sujeito jornalista.

Pelas análises apresentadas, pudemos concluir que, pelo funcionamento de marcas linguísticas como, predicativas afirmativas e negativas, do discurso relatado direto (aspas) e indireto, presentes nestas SDs, extraídas de notícias do jornal Meio Norte sobre a inclusão de surdos, foi possível identificar um atravessamento do discurso político no discurso do jornal. Confirmamos que, ao construir seu dizer por meio de predicativas assertivas, forma-se um sentido de adesão do jornalista ao que é dito. Vimos ainda que as marcas de negação estabelecem fronteiras entre FDs antagônicas, e em nosso recorte, o sentido que prevaleceu, foi o de adesão do sujeito jornalista a um dizer que é próprio do lugar do poder político, no caso, inscreve seu dizer numa FD da qual se avalia positivamente o processo de inclusão praticado no Estado, com resultados de sucesso, como as aprovações de alunos sur-

dos, pois, deste lugar, as barreiras a serem superadas pelo sujeito surdo são na verdade internas. Temos como exemplo o título apresentado na SD 28, “Superando as barreiras do som”, por paráfrase podemos reescrevê-la de diferentes formas, “superando as barreiras causadas pela surdez”, uma vez que é a surdez do indivíduo que constitui uma barreira, um bloqueio à passagem do som; ou ainda, “superando a surdez”, agindo como se não fosse surdo, fazendo coisas que na surdez não se faz, indo além. Mais adiante estes sentidos são retomados na expressão “vencido os obstáculos da **sua** limitação” (SD 34), pelo uso do pronome “sua”, que tem como efeito de sentido colocar sobre o sujeito surdo a responsabilidade por seu fracasso educacional, ou ainda, em “**deve ser combatido**” (SD 30), sua incapacidade, sua deficiência, seu descrédito em si mesmo. Apaga-se aí o dever do Estado, anula-se a responsabilidade do poder público, silencia-se um sujeito surdo de direitos e faz ressoar apenas seus deveres, suas responsabilidades frente às suas próprias limitações.

Todos esses elementos apresentam traços de uma FD ouvintista, que reforça o imaginário social de um sujeito surdo incapaz, limitado e é sua limitação que constitui uma barreira no processo de inclusão educacional.

Vimos que a palavra constitui realidade e constrói determinado imaginário, neste caso, ao pensarmos sobre o imaginário que é construído sobre a pessoa com surdez e seu processo de inclusão educacional, observamos aquilo que Orlandi (2017) denominou de “explosão de sentidos”, apontando para diferentes sentidos sobre o sujeito surdo, capaz/incapaz, dedicado/não dedicado, ou ainda, sobre sua educação inclusiva/exclusiva, responsabilidade do Estado/responsabilidade da família, evocando em seu funcionamento diferentes memórias, uma palavra-discurso, com seus múltiplos sentidos.

Compreendemos, portanto, que os sentidos de “superação” são produzidos a partir de duas formações discursivas, uma pautada na concepção de surdez como anormalidade, limitação, nela, a grande barreira que o surdo deve superar é interna, sua deficiência, o descrédito que ele próprio atribui a si, e outra, que não atribui à surdez a causa das barreiras educacionais, mas compreende que a existência dela somente se torna um fator determinante para o fracasso escolar quando não são criadas condições para que estes sujeitos surdos sejam inclusos, quando por fatores externos, alheios a eles, não têm acesso ao conhecimento em sala de aula.

### **5.3.5 Surdos no Ensino Superior: do “silêncio” à resistência.**

*A sociedade não vem até nós,  
somos nós que estamos conquistando,  
passando em vestibular, em concursos.*

*Professora Luíza (Primeira aluna cega  
da Universidade Federal do Piauí)*

Mesmo que ressoe paradoxal, por estarmos tratando de sujeitos surdos, iniciamos esta sessão falando do silêncio, o silêncio que historicamente foi imposto aos sujeitos surdos, excluídos do direito de estudar, excluídos do direito de exercer cidadania, excluídos do direito de falar em sua própria língua.

A breve trajetória histórica sobre a educação de surdos no Brasil e no Estado do Piauí foi relatada aqui a partir do que está registrado por autores ouvintes, não por acaso, mas porque por muito tempo estes sujeitos estiveram segregados, silenciados, impossibilitados de transitar os espaços acadêmicos, berço das produções literárias e científicas.

Em Maluf-Souza *et al.* (2017) são analisados os sentidos postos pela nomeação do deficiente/da deficiência, nele são apresentados dois funcionamentos que historicamente constituíram os discursos sobre/da deficiência desde a era medieval, o da rejeição e eliminação sumária, de um lado, e o da proteção assistencialista e piedosa, de outro. Esclarece ainda que, na Idade Média, estes dois funcionamentos dividiam espaço na sociedade, eram, por exemplo, sacrificados sob a alegação religiosa de que se tratavam de serem amaldiçoados, ou acolhidos por sua incapacidade de adquirir independência. Na pesquisa, os autores apresentam o modo como estas visões acerca da pessoa com deficiência foram sendo gradativamente substituídas por uma visão de “sujeito de direitos e deveres”, uma forma-sujeito histórica, a do capitalismo. Nesta nova conjuntura, recai apenas sobre o próprio sujeito deficiente a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, instituindo um novo modo de ser deficiente, agora dentro dos modos de produção capitalista.

Posteriormente, no Renascimento, o deficiente/a deficiência passou a conviver nas cidades, em nome da integração, que era assistida, um ato de piedade. Desse modo, por não conseguir independência, precisava ser tutelado pela família ou responsável legal. A fase de mendicância, de dependência do sujeito deficiente, de apartação dos seus direitos sociais, deu origem à fase da inclusão, na qual o Estado, representando os direitos dos cidadãos, deveria assegurar ao deficiente a ampla inserção social (MALUF-SOUZA *et al.*, 2017, p.152).

Antes de pensarmos as noções de silêncio e resistência, ressaltamos a necessidade de compreendermos o processo de individuação do sujeito capitalista, o qual é interpelado em sujeito pela ideologia, constituindo uma forma-sujeito-histórica, “sustentada no jurídico (direitos e deveres)” (ORLANDI, 2016, p. 228). Este sujeito, constituído no e pelo discurso, poderá ocupar aí diferentes posições, resultantes do modo como ele, em sociedade, foi individuado pelo Estado, ou por sua falha (ORLANDI, 2016). Deste modo, concluímos que é, pois, por uma falha do Estado que as minorias, neste caso, os sujeitos surdos, permaneceram por tanto tempo em processo de segregação, em Orlandi (2016) vemos que esta falha é estruturante do sistema capitalista.

Em AD, não há, portanto, “discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia”. Ao se significarem a partir de uma formação discursiva e não outra, os sujeitos não o fazem de maneira voluntária e consciente, mas são interpelados pela ideologia, que por sua vez está sujeita a falhas e é esta falha que constitui a noção de resistência (ORLANDI, 2016).

O silêncio, por sua vez, apresenta, conforme define Orlandi (2007, p. 102), duas grandes divisões: o silêncio fundador e a política do silêncio. O primeiro, é “o que torna toda significação possível”, a possibilidade mesma de fazer sentido. “É o elemento responsável

pela incompletude constitutiva da linguagem, dado que o sentido sempre pode ser outro, pois ele é afetado por condições de produção, pela memória discursiva (COSTA & SANTOS, 2012, p. 106). A política do silêncio, por sua vez, divide-se em silêncio constitutivo e silêncio local. O silêncio constitutivo, parte do princípio de todo dizer cala algum sentido, produz “um recorte entre o que se diz e o que não se diz”, ou seja, pelo silêncio constitutivo se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que evocam dizeres próprios de uma outra formação discursiva, “trabalha assim os limites das formações discursivas” (ORLANDI, 2007, p. 74-76). O silêncio local, pode ser exemplificado pelo que ocorria no Brasil durante a ditadura militar, a censura, à interdição do dizer.

Ao pensarmos a censura em sua relação com o processo de inclusão educacional de sujeitos surdos, buscamos identificar em nosso *corpus* marcas do funcionamento do silêncio, enquanto interdição, “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p.76). Neste empreendimento, parte-se do princípio de que no/pelo discurso, se constituem ao mesmo tempo sentidos e sujeito, e, portanto, pelo funcionamento da censura, o sujeito é proibido de ocupar certas posições no discurso.

Ainda com Orlandi (2007, p.76), entendemos que a censura não é praticada no discurso de um sujeito de maneira consciente, mas surge “nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação”, trata-se, portanto, da “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”. A autora esclarece que este funcionamento afeta a constituição da identidade do sujeito-do-discurso, exercendo sobre ele relações de força, capazes de definir o que ele deve e não deve dizer. No entanto, ao tempo em que é impedido de expressar os dizeres que o afetam, o sujeito produz outro silêncio que “explode os limites de significar” (ORLANDI, 2007, p. 85), sustentado pelo silêncio fundador, uma resposta retórica da resistência, que faz o silêncio significar de outras formas, promove um resgate do dizível, há, portanto efeitos de censura, mas também de resistência a ela.

Em nossa análise estaremos considerando um modo de censura da ordem do político, que se dá numa relação com um discurso-outro, que o sujeito está ou não autorizado a dizer (ORLANDI, 2007, p. 105), intervindo na relação do indivíduo com sua identidade social e com o Estado.

É por meio da linguagem que o Estado impõe seu funcionamento ao sujeito, Benilton Jr. (2016), por meio de um vídeo publicado pelo site Café Filosófico CPFL, com o título “Diversidade Humana”, esclarece que é a linguagem que produz tanto as identidades, quanto as diferenças, o autor informa que foi mesmo pela linguagem que se delimitaram as fronteiras do que é normal e do que é patológico, do que é normal e do que devemos combater, a

linguagem é performativa, cria identidades e não-identidades. Como exemplo, o autor trata da palavra homossexual, revela que ela não existia no dicionário até a segunda metade do século XIX, a princípio seu uso não representava uma prática, mas um tipo de gente, com identidade própria, recebendo para isto um reforço vindo das áreas de psicologia e medicina. No dicionário, por exemplo, ser homossexual significa, não ser hetero, implica aquilo que o sujeito não é. Ao seu modo, o autor atravessa uma noção que é própria da AD, quando diz que os indivíduos absorvem culturalmente seus vocabulários, de modo que, independente de sua vontade, passam a positivar certas identidades e negativar outras.

Em outro texto, Benilton Jr, (2005) fala sobre a organização hierárquica das sociedades, sustentada por um regime de distribuição de direitos e deveres, delimitando o lugar reservado a cada um em sociedade, o autor considera que uma das formas de se criar hierarquias é quando se criam as diferenças. Por outro lado, sinaliza uma forma de se positivar as designações, através de movimentos que permitem aos excluídos voltarem ao lugar no qual são postos em sociedade.

Sobre os “excluídos”, Benilton Jr. (2005, p. 40) considera serem alvos do que ele denominou de “fenômeno da marginalização por obsolescência”, pois, uma sociedade pautada em forte interesse por produtividade, crescimento e competitividade, tende a tornar supérfluo, desnecessária a existência de contingentes humanos, considerados descartáveis, irrelevantes. Para o autor, muitas vezes este grupo não é sequer oprimido ou explorado, “não interessam, são deixados de lado”.

Pêcheux (1990, p. 11-12), por sua vez, por meio de uma abordagem discursiva, faz menção ao modo como em diferentes épocas as sociedades organizaram sua hierarquia política, exercendo poder sobre o povo. Referindo-se à burguesia, o autor compreende que ela dissimula seu poder ditatorial por meio de aparências democráticas, e faz por meio da linguagem, seu poder “tende ao invisível, para se exercer com mais eficácia”, e providência para que as classes dominadas permaneçam assujeitadas. O instrumento que eles fazem uso para manter um controle político invisível é o discurso do Direito, constituído por um espaço de uma linguagem dupla, de classe secreta, acessível para o “bom entendedor” encontrar soluções pessoais, possibilitando a criação de classes e hierarquias, por meio de aparelhos ideológicos, sob a aparência da paz social, tende a manter o mundo dividido.

Por outro lado, ao tempo em que práticas ideológicas vão regulando o lugar que cada indivíduo deve ocupar em sociedade, este funcionamento abre para o equívoco, pois Pêcheux (1990, p. 17) parte do pressuposto de que “não há ritual sem falha, sem desmaio ou rachadura”, há pontos de resistência e de revolta que surgem em meio ao processo de



dominação ideológica. O autor explicita que há resistência, por exemplo, ao não se entender, ou entender errado; quando não se escuta ordens, falar quando se exige silêncio, etc. É no cenário de resistência que Pêcheux (1990) informa que surge a figura do porta-voz, aquele que fala em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar, torna-se negociador entre povo e poder político. Porém, Pêcheux (1990, p. 18 apud B. CONEIN) ressalta:

O que nunca é introduzido no discurso do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe o lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz”.

Com base nas discussões aqui realizadas, iniciamos nossa análise pela definição de surdo em um dicionário<sup>39</sup>, praticando o que propôs Benilton Jr. (2016), e buscando no dicionário o significado que ele aponta para “surdo”:

Surdo:

- Adjetivo: Privado, mais ou menos completamente, do sentido da audição: tornar-se surdo.
- Substantivo masculino: Indivíduo que não ouve, que sofre de surdez.

A falta, a deficiência, aquilo que o difere do “normal”, que o diferencia daqueles que ouvem, a não-identidade hegemônica definem o Surdo. Mesmo havendo nestes sujeitos características que os tornam diferentes dos ouvintes, podendo representá-los positivamente pelo que têm a mais, o dicionário sustenta a visão negativada sobre estes sujeitos. Vigotski (1997), por exemplo, reconhecia a existência de uma compensação para o sujeito surdo, que era desenvolver a leitura labial para compreender a fala dos interlocutores, compensando sua dificuldade não pela cura biológica, mas falava de uma compensação social, que no caso dos surdos ocorria pelos olhos.

A criança com defeito não é indispensavelmente uma criança deficiente. Do resultado da compensação, quer dizer, da formação final de sua personalidade em geral, depende o grau de sua deficiência ou normalidade (VYGOTSKY, 1997, p. 93).

Em Skliar (2013, p. 118), vemos que a compreensão atual sobre o potencial linguístico da língua de sinais, reconhecida como língua natural das pessoas surdas, capazes de expressar “o conjunto de significados do mundo interior e exterior de seus usuários” nos permite

---

<sup>39</sup>Verbete obtido pelo arquivo digital do Dicionário Online da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/surdo/>.

concluir que, se há algum atraso no desenvolvimento psíquico dos sujeitos surdos não é em virtude de sua deficiência, nem da natureza das línguas de sinais, mas por razões socioeducativas, já que lhe foi negada historicamente sua identidade e sua língua. O autor conclui, portanto, que a surdez “não priva os surdos da faculdade da linguagem, mas total ou parcialmente, da língua oral” (SKLIAR, 2013, p. 120) e defende um modelo socioantropológico sobre a surdez e uma educação bilíngue para surdos, na qual a língua de instrução destes sujeitos seja a língua de sinais e afirma:

A língua de sinais anula a deficiência e permite que os surdos consigam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade (SKLIAR, 2013, p. 134).

Relacionando esta concepção sobre a surdez, capaz de formar uma identidade que é própria ao sujeito surdo, marcada principalmente pelo uso da língua de sinais, e, pensando a noção de censura proposta por Orlandi (2007), podemos considerar que historicamente os surdos foram impostos ao uso de uma língua oral, tanto que as escolas priorizavam esta prática, considerada terapêutica, em detrimento de práticas verdadeiramente pedagógicas, eram, na verdade proibidos de usarem a língua de sinais, isolados em classes especiais. Temos, portanto, uma clara representação da censura, pois estes sujeitos, que têm como natural uma língua que é espaço-visual (se poderia usar, mas foi proibido), tinham que se expressar por meio de uma língua oral-auditiva.

Por outro lado, se o país chegou ao ponto de promulgar uma lei específica (Lei Nº 10.436/2002), que permite o uso da língua de sinais pelos surdos no Brasil, é porque houve resistência, os surdos não aderiram ao oralismo, não se ocuparam dos lugares que sempre tentaram lhes impor, primeiro não “conseguiram” aprender a língua oral, permaneceram em “silêncio”, tendo que se comunicar pelo outro modo (proibido), a língua de sinais.

Em nosso *corpus*, um acontecimento discursivo ganha notoriedade, trata-se do acesso de surdos piauienses ao ensino superior, identificado por nós como ponto de resistência do sujeito surdo, por romper com o ciclo de repetição, com o discurso do surdo como incapaz. Esta ruptura do processo de significação sobre o sujeito surdo pode ser identificada no texto de diferentes formas, conforme apresentado a seguir.

Ao enunciar este acontecimento, os jornalistas, fazem uso, por exemplo, de modalizadores, produzindo em seu dizer um efeito de comoção, surpresa:

<p>SD 41 – [“É uma sensação indescritível ver meu nome na lista dos aprovados”, <b>conta emocionado</b> o jovem Yago Pedro, de 18 anos, que nasceu surdo e hoje é exemplo de dedicação e superação ao ser aprovado no vestibular.]</p>
--

SD 42 – [“Quando soube que fui aprovado em primeiro lugar, **fiquei emocionado**, lembrando de todo o meu esforço até aqui. Isso é só o começo, ainda pretendo ser um grande arquiteto”, sinalizou o estudante.]

SD 43 – [Quando a gente não escuta e não há ninguém com quem conversar, a tendência é ficarmos calados, só observando, e era o que eu fazia, me sentia invisível”, **relata emocionada** ao lembrar dos anos de escola.]

SD 44 – [Porque eu moro longe, no interior de Beneditinos, foi difícil, me esforcei muito. Sempre vim aqui em Teresina e procurava o melhor. Hoje estou muito feliz”, **diz emocionada** a estudante que vai morar na casa de parentes para dar início aos estudos.]

SD 45 – [**Estou emocionada**, muito feliz por ter conseguido essa conquista, porque quando eu lembro de toda luta que eu tive, eu não desisti e estou aqui agora, formada e mostrando para todos a primeira pedagoga surda do Piauí com muito orgulho”, destacou]

SD 46 – [“Meu Deus, quando vou ter a minha filha na Universidade?”. Agora chegou minha vez. Minha filha conseguiu e isso é maravilhoso”, **conta a mãe com lágrimas nos olhos**.]

Observando o funcionamento da SD 41, identificamos o uso das aspas, que, além de marcar um distanciamento (ilusório) do sujeito jornalista com o dizer, marca também uma borda entre o dito e não dito, a falta e o excesso. Em seu discurso o jornalista marca o dizer “É uma sensação indescritível ver meu nome na lista dos aprovados” e faz uso do modalizador “Conta emocionado”, que tem como efeito, colocar o jornalista como testemunha dos fatos relatados, já que ele descreve as reações que ele presenciou, ressaltando em seguida que trata-se de alguém que nasceu surdo e que hoje é exemplo de superação, por ter sido aprovado no vestibular.

No dicionário<sup>40</sup>, a palavra superação significa “passar por cima; passar além; ser ou ficar superior; sobrelevar-se: superar a expectativa; superou-se em inteligência”. Seu uso nesta SD41, assim como o dizer “Agora chegou minha vez” SD46, ambos acompanhados por marcas de modalização, “conta emocionado”, “conta a mãe com lágrimas nos olhos”, provocam um efeito de surpresa, algo que não se esperava, o nome de um surdo na lista de aprovados, um surdo no não-lugar, a mãe que também tem um filho na universidade, o lugar da falta, da ausência, do silêncio, é preenchido por outros sentidos, ele rompe uma regularidade, há resistência, deslocamento, surdos passam no vestibular e isso emociona.

Neste sentido, Ducrot (1987, p.188) dá sua contribuição ao esclarecer que “o sentimento, no caso dos enunciados declarativos, aparecem como exterior à enunciação (...)” é o que ocorre nas SDs apresentadas, nelas o efeito de evidência se dá pelo uso dos verbos *dicendi*. Por outro lado, as interjeições situam o sentimento na própria enunciação como ocorre na SD (39), ‘**Meus Deus**, quando vou ter a minha filha na Universidade?’.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/superar/>

SD 42 – [“Quando soube que fui aprovado em primeiro lugar, **fiquei emocionado**, lembrando de todo o meu esforço até aqui. Isso é só o começo, ainda pretendo ser um grande arquiteto”, sinalizou o estudante.]

No funcionamento discursivo da SD 42, compreendemos que o sentido de emoção relatado pelo jornalista se dá em função da aprovação, mas também da posição ocupada pelo sujeito surdo aprovado, um aluno surdo da rede pública de ensino fica em primeiro lugar e deste lugar, agora ocupado, ele já ousa marcar um novo espaço pra si, o de um grande arquiteto.

Do exposto podemos concluir que o funcionamento dos verbos *dicendi* não apenas introduzem o dizer, mas produzem sentidos no texto, nos casos citados, as aprovações, os sucessos educacionais obtidos pelos surdos surpreendem e emocionam, isto porque o acesso de surdos ao ensino superior não é um acontecimento que se espera, não é um lugar constituído em sociedade para o sujeito surdo ocupar, mas que ele ocupa por um movimento de resistência, por uma falha da ideologia dominante.

Esta forma como o jornalista se coloca como testemunha do fato narrado recai sobre aquilo que Pêcheux (1990) denominou de antecipação, ocorre quando o locutor fala a partir da imagem que ele acredita que o público terá do que ele diz, neste caso há uma antecipação de que o seu discurso, uma notícia sobre a aprovação de surdos no vestibular, provocará emoção no público leitor.

SD 43a – [Quando a gente **não** escuta e **não** há ninguém com quem conversar, a tendência é ficarmos calados, só observando, e era o que eu fazia, me sentia invisível”, **relata emocionada** ao lembrar dos anos de escola.]

Nesta SD, a fronteira entre o dito e o proibido é marcada pelo funcionamento da negação, temos, portanto um sujeito jornalista aderindo ao discurso do conformismo, da aceitação pelo sujeito surdo ao lugar que lhe foi imposto, do silêncio, da observação, do apagamento, “me sentia invisível”. Há um dizer aí apagado que pode ser resgatado pela memória, que identificamos a partir do seguinte questionamento: Porquê não há ninguém com quem conversar? Óbvio que este sujeito convive com pessoas, no entanto, estas pessoas não falam sua língua, são ouvintes, oralizam, não conhecem a língua de sinais. O discurso-outro pode ser resgatado pela afirmação do dizer, sobre o qual produzimos um outro, por paráfrase:

SD 43b’ – [Quando a gente **não escuta** e **não** há ninguém com quem conversar, a tendência é ficarmos calados (...)]

SD 43b’’ – [Quando a gente é surdo e tem alguém com quem conversar (...)]

Pelo exposto, vemos o discurso que é refutado pelo dizer do jornalista, o da possibilidade de surdos se comunicarem com as pessoas ao redor, de interagirem, de não se sentirem isolados em salas de aulas repletas de outros alunos, apaga-se a possibilidade de haver comunicação entre eles, o que seria possível se houvesse intérpretes nas escolas, se as crianças ouvintes também aprendessem Libras. Ficar calado, por outro lado pode significar resistência, já que, mesmo diante da possibilidade de aprender a língua oral, o surdo opta por silenciar, por não se comunicar, impõe silenciosamente, o direito de usar sua língua, a língua de sinais.

Nestas sequências, o sujeito jornalista (locutor) faz uso do discurso relatado direto, trazendo para o intradiscorso, as vozes dos próprios sujeitos envolvidos no acontecimento, os surdos e sua família, sob a ilusão de assim estar apagando sua posição de surpresa, de alguém que também não acreditava que a aprovação de surdos seria possível. Este sentimento de descrédito escapa ao sujeito jornalista, não lhe é consciente, se fosse, dificilmente estaria compondo seu discurso, já que uma das características próprias ao se pensar o discurso pelo viés da comunicação, como vimos em Lage (2001) é o compromisso com a verdade, nela evita-se o uso de aferições que manifestem juízos de valor, prioriza a imparcialidade, motivo pelo qual é recorrente o uso de terceira pessoa.

Pelo exposto, podemos concluir que este efeito de emoção e a ideia de superação, fortemente marcadas em notícias sobre a inclusão de pessoas surdas, fazem relação com o acontecimento, a aprovação de surdos, a novidade. O sujeito jornalista, por sua vez, tem o seu dizer atravessado de modo dominante por um discurso político, que é historicamente constitutivo do discurso do Jornal Meio Norte, deste lugar, que chega a se confundir com o lugar do governo, há um domínio ideológico, determinando o que o jornalista pode dizer e não pode dizer. Um lugar onde se pode dizer, por exemplo, que o CAS (Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez), mantido pelo Governo do Estado é o principal responsável pela aprovação dos surdos em vestibulares.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paris, 1980, uma inevitável hierarquia política, sustentada por um controle político invisível, o discurso do Direito, a burguesia dissimula seu poder por meio de aparências democráticas e exerce poder sobre o povo, por meio de aparelhos ideológicos. É deste modo que Pêcheux se refere à sociedade burguesa, num texto escrito ainda no ano de 1980.

Brasil, 2002, Lei da Libras, 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Políticas de inclusão sendo criadas, ao tempo em que os jornais noticiam o ingresso de surdos em Universidades Públicas, a oferta de cursos de Libras, histórias de superação.

Diferentes leituras poderiam ser feitas sobre os fatos acima listados, uma que se dedicasse em compreendê-las simplesmente pelo que está posto, provavelmente concluiria que entre o primeiro e o segundo parágrafo não há forte ligação. Contudo, a partir do lugar teórico ao qual nos filiamos, a AD, para compreender o funcionamento, a produção de sentidos em notícias sobre a inclusão educacional de sujeitos surdos, postas em circulação no Estado do Piauí, adota-se a concepção de que a língua não é transparente e, portanto, os sentidos somente podem ser apreendidos, a partir da inscrição da língua na história, e isto nos permitiu acessar espaços silenciados, discursos-outros, zonas de confronto entre distintas posições ideológicas, o não-dito nestas notícias, trabalhando principalmente com as noções de formações discursivas, discurso relatado, funcionamento da negação e resistência.

Nesta pesquisa, vimos que, a pretensa concepção de prática jornalística revestida de impessoalidade, neutralidade, de compromisso com a verdade, nada mais é do que uma ilusão, pois, os jornalistas, enquanto sujeitos, ao noticiar fatos concretos, o fazem por meio de um gesto de interpretação, são sempre afetados por uma memória, aquilo que já foi dito e esquecido e que é constitutivo do seu dizer, assim como pelo contexto imediato da enunciação, falam a partir de uma posição ideológica e não de outra. É sobre este funcionamento que nos referimos ao conceber a produção de notícia como um acontecimento discursivo, e foi esta discursividade, esta memória, que afeta o discurso do Jornal Meio Norte, que buscamos compreender.

Vimos que as condições de produção (sujeito, situação e memória) fazem relação com o dizer, em nosso *corpus*, tínhamos, no contexto imediato, notícias sobre a educação de sujeitos surdos, postas em circulação no Estado do Piauí, Estado apontado por diferentes índices estatísticos, como sinônimo de baixa renda, de analfabetismo, de fome, de falta de imunização, de mortalidade infantil, como um dos mais pobres do país. Estas notícias são produzidas por jornalistas do grupo Meio Norte. Em sentido amplo, identificamos que a

imprensa piauiense foi historicamente constituída para atender aos interesses do poder político vigente. Além disso, a educação dos surdos no Estado foi, em sua origem, organizada a partir de uma concepção do sujeito surdo como incapaz, a julgar pelos métodos que utilizava, mais terapêuticos do que pedagógicos.

Logo, ao analisarmos estas notícias, as colocamos numa relação com todas estas condições, buscando identificar em quais formações discursivas se inscrevem o sujeito jornalista ao produzir notícias sobre inclusão de surdos? Que efeitos de sentidos são aí produzidos, como a inclusão educacional de surdos é constituída no/pelo discurso do Jornal Meio Norte?

Foi, portanto, partindo destas indagações e constatações que passamos a operacionalizar os conceitos que nos permitiram identificar nos discursos, as posições ideológicas, as memórias que são atualizadas no dizer e o que participa da produção dos sentidos.

Consideramos em nossas análises que os discursos são sempre constituídos por uma dupla determinação, pela FD1 que ele adere e pela FD2 que ele refuta. Identificamos em nosso recorte, que os discursos dos jornalistas do Meio Norte apresentaram marcas de duas formações discursivas, FDO e FDS, sendo também atravessado pelo discurso político-jurídico. Quantos aos sentidos que estas posições ideológicas produziram, podemos relatar os mais significantes e que corroboram o dizer de Pêcheux (1980), acima descrito.

Um dos conceitos mobilizados para buscarmos compreender os sentidos que são postos para inclusão e sujeito surdo foi o funcionamento da negação (INDURSKY, 2013), por meio do qual identificamos que, ora o jornalista inscreve seu dizer numa FDO, deste lugar ele enuncia, por exemplo, que o sujeito surdo “não tem condições de acompanhar o ritmo de aprendizagem dos ouvintes”; “não acreditavam na própria capacidade”, ora enuncia a partir de uma FDS, afirmando que “A deficiência auditiva nunca foi um grande problema na vida de Françoan”; “porque no passado eles não tinham tanta acessibilidade”.

Pelo funcionamento do discurso relatado, empreendemos que, ao noticiar sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos em sociedade, os jornalistas fazem uso das aspas, isto simula um efeito de distanciamento com o dizer, pois, do lugar que o sujeito locutor enuncia (jornalista), delimitado por forças ideológicas, este se encontra impedido de dizer sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos em sociedade, é algo que pode, tanto que foi dito, mas não deveria ser dito, por isso, as aspas. Isto significa que ele não pode falar da exclusão, apontar a falha do governo, o nível de contribuição do Estado para este “sofrimento”.

Ao analisarmos os sentidos da palavra-superação, observamos que ela produz diferentes sentidos sobre o sujeito surdo, o de capaz/incapaz, dedicado/não dedicado, ou ainda, sobre sua educação inclusiva/exclusiva, responsabilidade do Estado/responsabilidade da família, demonstrando que seus sentidos não são estáveis, são sempre outros, significando a partir da relação com as suas condições de produção.

Ao trabalharmos com a ideia de silêncio, em notícias que tratam do acesso de surdos ao ensino superior, vimos que elas estão marcadas por efeitos de emoção, provocados pelo uso de modalizadores, este recurso marca sentidos no texto, de modo que as aprovações, os sucessos educacionais obtidos pelos surdos causam surpresa, justamente por não ser um acontecimento que se espera, não é um lugar constituído em sociedade para o sujeito surdo ocupar, mas que ele ocupa por um movimento de resistência, por uma falha da ideologia dominante.

É esta, a inevitável hierarquia política relatada por Pêcheux (1980) a que determina o lugar que os sujeitos devem ocupar em sociedade. Porém, como o processo de interpelação ideológica está sujeito a falhas, quando ela acontece, quando o surdo entra no ensino superior, quando se desloca da posição que lhe é imposta neste sistema capitalista, surge um novo discurso, um novo lugar, explicitando a falha no processo ideológico, marca da resistência.

O equívoco, o efeito de deslizamento se dá ainda quando, a despeito de um discurso que valoriza e reconhece a capacidade do sujeito surdo de obter sucesso educacional, de ser aprovado no vestibular, são produzidos dizeres, sentidos outros, que enfatizam a condição de deficiência, de limitação, que desvalorizam os surdos e atribuem ao Estado todo o mérito por suas conquistas educacionais.

Observamos, portanto, que, independentemente da existência de leis, da construção de políticas de inclusão, o Estado, por meio de suas instituições (aparelhos ideológicos), como escolas e até mesmo a imprensa, consegue estabelecer relações de forças, disciplinando, pela linguagem, o lugar que cada grupo deve ocupar.

Ao mobilizarmos a noção de heterogeneidade pudemos identificar o modo como o Outro/outro é inscrito no discurso do jornal, como memórias discursivas são atualizadas aí, como diferentes vozes são acionadas para garantir o efeito de verdade, de transparência. Em nosso arquivo identificamos que os jornalistas ao produzirem notícias sobre a inclusão de surdos, ora se afastam, inscrevendo o outro por meio do discurso relatado direto, ora aderem ao discurso, fazem juízos de valor aos fatos e assumem a responsabilidade pelos sentidos produzidos.



Nesta pesquisa, analisamos o discurso jornalístico enquanto acontecimento, algo que faz relacionar língua, história e ideologia; tratamos da impossibilidade de se produzirem notícias de forma imparcial, pois, o sujeito jornalista sempre filia-se a um rede de memórias para significar, pra seu dizer fazer sentido é necessário que já tenha sentido; compreendemos que um discurso é sempre atravessado pelo discurso do outro, ou Outro.

Constatamos que, por meio do aparato teórico-metodológico disponibilizado pela teoria do discurso, é possível reconstruir diferentes espaços de memória que são acionados pelo sujeito jornalista e que põem em jogo diferentes sentidos sobre a prática inclusiva de sujeitos surdos, ora vista como eficiente, ora como dotada de falhas. O sujeito surdo, por sua vez, ora é posto como capaz, ora como incapaz, permanece numa zona de conflito ideológico, entre o lugar que pode, mas que não deveria ocupar, ou mesmo o seu lugar, que lhe é proibido (censura).

Por fim, esperamos que nosso gesto analítico, desperte outras reflexões possíveis, que este modo de leitura proposto pela AD, e sem qualquer pretensão ou mesmo possibilidade de completude, permita que outros sujeitos ousem questionar a lógica, apenas aparente, que a hierarquia política estabelece, pela linguagem, em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Senado Notícias, 28 dez. 2016

AIUB, G. F. **Arquivo em Análise do Discurso**: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. Revista Leitura, Maceió, N.50, P. 61-82, JUL./DEZ. 2012

ALVES, D. **IBGE: Piauí despenca em renda de trabalho, mas é segundo em Bolsa Família**. 12/04/2018. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2018/04/12/ibge-piaui-despenca-em-renda-de-trabalho-mas-e-segundo-em-bolsa-familia>. Acesso em: 15 de Julho de 2018.

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Cad.Est.ling., Campinas, (19), P.25-42, jul/dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

BEZERRA JR.,B. \_\_\_\_\_. **Identidade, Diferença e Exclusão na Sociedade Brasileira Contemporânea**. In: ACSELRAD, G. Avessos do prazer drogas, Aids e Direitos Humanos [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, 310 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bgqvf/epub/acselrad-9788575415368.epub>

\_\_\_\_\_. Diversidade Humana. Café Filosófico CPFL. 30/08/2016. Disponível em: <http://www.institutocpfl.org.br/podcast/diversidade-humana-benilton-bezerra-jr/>. Acesso em 03/08/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei N°. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: set de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 23.12.2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 7.7.2015. Brasília.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação.** Diretoria de Estudos Educacionais. Sinopse Estatística da Educação Básica 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

CAMPOS, M. H. C. **“A modalidade apreciativa: uma questão teórica”.** In Oliveira, F. E Duarte, I, M. (org.). Da Língua e do Discurso, 2004, p. 265-281.

CARDOSO, A.C.R. **Discursos sobre a inclusão escolar: governamento docente e normalização dos sujeitos surdos pelo Atendimento Educacional Especializado.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106461>>. Acesso em: 22/06/2016.

COSTA, G. C. **Sentidos de milícia: Entre a lei e o crime.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. & SANTOS. **Entre “ ”: Falta e excesso na relação com o silêncio.** In: Línguas e instrumentos linguísticos 30/Campinas: CNPq – Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2012: Unicamp, 1997-2012.

COSTA, R. & ELZA, M. **Pela primeira vez na história, Piauí recebe o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos.** Governo do Estado do Piauí. 15/12/2008. Disponível em: <http://www.seid.pi.gov.br/noticia.php?id=572>. Acesso em 22/05/2017.

\_\_\_\_\_, R. **Piauí ganha Complexo de Reabilitação em Saúde e Educação.** Governo do Estado do Piauí. 05/05/2008. Disponível em: <http://www.ccom.pi.gov.br/materia.php?id=29726>. Acesso em: 22/05/2017

COURTINE, J.J. **A estranha memória da Análise do Discurso.** In: Indursky, F e Ferreira, M.C. L (org). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELA-SILVA, S. **(Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia.** In: FLORES, G. G. B., et al. Análise de discurso em Rede: Cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sobre o arquivo e a constituição do corpus. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EPITÁCIO, S.S. & RESENDE, R.C. **Política no Piauí**: contextos históricos, eleições e partidos políticos [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FERREIRA, J. **A consequência maior da batalha de Waterloo ou os impoderáveis a da guerra**. Revista Militar. Nº 2543. Dezembro/2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/revista/2543>. Acesso em: 01/08/2017.

FERREIRA, M.C.L. **Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação**. In: ORLANDI, Eni. A leitura e os leitores. Campinas: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O caráter singular da língua na Análise do Discurso**. Organon 35, v. 17, n. 35, 2003.

\_\_\_\_\_. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs). Michel Pêcheux & Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007, pp. 13-22.

FREITAS, V. E. V. S. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí de 1987 A 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciencia Política). Universidade Federal do Piauí. Teresina-Pi. 2010

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

HENRY, P. **A história não existe?** Trad. por José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. (org.) Gestos de Leitura. 4ª ed. Campinas, SP; Ed. da Unicamp, 2014, p.31-54.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=censodemog2010\\_defic.>](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=censodemog2010_defic.>) Acesso em: 29/07/2016.

\_\_\_\_\_, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2016**. Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2018.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

JOHN, V. M. ; LEAL, C. G. ; FORLIN, G. A. . **A Invisibilidade da Cultura Popular nos Jornais Diários Catarinenses**. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação , v. 1, p. 1-19, 2009.

LAGAZZI, S. **O recorte significativo na memória**. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009. p.67-78.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo, SP. Ática, 2003

LANE, H. (1992). **The Mask of Benevolence**. Disabling the Deaf Community. New York: Alfred Knopf. (tr. port. de Cristina Reis, A Máscara da Benevolência. A Comunidade Surda Amordaçada, Lisboa, Instituto Piaget, 1997).

LOPES, M. **Folha de S.Paulo: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

MAGALHÃES, J.; PEDROSA, R.; MARTINS, M. **Relembre os fatos que marcaram a política no Piauí**. Jornal O DIA. 01/01/2015. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/relembre-os-fatos-que-marcaram-a-politica-no-piaui-256639.html>. Acesso em: 29/07/2017

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**. (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. In: Gestos de Leitura. 4ª ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014.

MALUF-SOUZA, O., SILVA, Patrícia Aparecida da, SILVEIRA, Wellington Marques da. **Nas sendas do discurso: sentidos postos pela nomeação do deficiente/da deficiência**.

Entremeios [Revista de Estudos do Discurso, on-line, [www.entremeios.inf.br](http://www.entremeios.inf.br)], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 15, p. 151-168, jul. - dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol15pagina151a168>

MARIANI, B.S.C. **Discurso e Instituição: a Imprensa**. In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP-NUDECRI. Campinas, SP, n.05, março, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Comunismo imaginário**. Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 - 1989). Tese (Doutorado em Linguística). UNICAMP, Campinas, SP, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692&fd=y> . Acesso em: 29/08/2016

\_\_\_\_\_; MAGALHÃES, B. **Lacan**. In: OLIVEIRA, L.M. Estudos do Discurso: perspectivas teóricas. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MARQUES, Welisson. **Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos**. Domínios de Lingu@gem. Uberlândia, vol. 5, n. 1 – 1º semestre 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem> Acesso em: 19/02/2017

MORIN, Edgar. **Os Campos Estéticos**. In: Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo .1- Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 77-85

MOURA, J. B. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte do Estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

MUSSALIM, F. **Análise do discurso (capítulo revisto e ampliado)**. In: Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras – v.2* (edição revista e ampliada). 9 ed. São Paulo: Cortez editora, 2012, p. 112-161.

NASCIMENTO, M. N.A; SOUZA, C.C. **Sujeito surdo no ensino regular: (ex)inclusão ou inserção?** VI Seminário Internacional AMÉRICA PLATINA (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços. Campo Grande, UEMS, 2016.

ORLANDI, Eni. P. **Segmentar ou recortar**. Linguística: Questões e Controvérsias, Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Série de Estudos n. 10, p. 9-27, 1984.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2 ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Texto e Discurso**. Revista Organon – Revista do Estudo de Letras da UFRGS. v.9, n.23 (1995). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>. Acesso em 06/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP. Pontes, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_ & LAGAZZI-RODRIGUES. **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade**. Campinas, SP.: Pontes Editores, 2006a.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: ORLANDI & LAGAZZI-RODRIGUES. **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade**. Campinas, SP.: Pontes Editores, 2006b.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas: SP: Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **A palavra dança e o mundo roda: Polícia!**. In: Guimarães, E. (Org.). Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 anos de História. Campinas, São Paulo: LABEURB, 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Maio de 1968, os silêncios da memória.** In: ACHARD, P et al. *Papel da Memória.* Tradução e introdução de J.H. Nunes. 4º Ed. Campinas: Pontes, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia.** 3 ed. Campinas: Pontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª Edição, 2017.

OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PÊCHEUX, M. **A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo.** *Ethnies*, 3, 1973, Paris, p. 101-118. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*, Michel Pêcheux. Textos Escolhidos por: Eni Pucchielli Orlandi. Campinas, SP: 4ª Ed. Pontes Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. (1982) **Ler o arquivo hoje.** . In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso.* 4ª ed. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, 2014, p.57-67.

\_\_\_\_\_. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Análise automática do discurso (AAD 69).** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997a, p.82.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: três épocas.** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997b. p. 61-151.

\_\_\_\_\_. **Papel da Memória.** In: ACHARD, P. et all. *Papel da Memória.* Tradução e introdução: José horta Nunes. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso.** Texto escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP, 4ª Edição. Pontes Editores, 2016.



\_\_\_\_\_ e FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975)**. In: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

**PORTELA, C. Piauí figura entre os cinco estados com mais pessoas vivendo na pobreza extrema.** 26/07/2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/piaui-figura-entre-os-cinco-estados-com-mais-pessoas-vivendo-na-pobreza-extrema-302857.html>. Acesso em 15 Julho de 2018.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **Letras LIBRAS : ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2014.

RÊGO, A. R. B.R.L. **Imprensa Piauiense- atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIBEIRO, M.C.M.A. **A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras. Belo Horizonte, 2008.

ROSADO, R. M. B. Q. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PIAUÍ – 1968 A 1998: reflexões sobre sua história e memória**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

SANTOS, G. A. **Memória surda: discurso e identidade**. Dissertação ( Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, S.S.B. **Pêcheux**. In: OLIVEIRA, L. A. Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p.209-233.

SKLIAR, C. (org.). **Educação & Exclusão: abordagens socioantropológicas em Educação Especial**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013

\_\_\_\_\_. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015

SOARES, M. A. L.. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, R.M; D'ANGELIS, W.; VERAS, V. **Entre o dizer e o fazer:** o discurso oficial sobre a inclusão e suas contradições. *Estilos clin.* [online]. 2000, vol.5, n.9, pp. 82-95. ISSN 1415-7128.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

TAUMATURGO, C. Piauí é o terceiro estado com maior taxa de analfabetismo no Brasil. 19/05/2018. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/noticias/piaui-e-o-terceiro-estado-com-maior-taxa-de-analfabetismo-do-brasil-433393.html>. Acesso em 15 de Julho de 2018.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia. In: Obras completas.** Tomo V. Trad. de Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. p. 74 - 87. Disponível em: <file:///C:/Users/valar/Documents/LIBRAS/fundamentos%20da%20defectologia.pdf>. Acesso em: 05 de Junho de 2018.